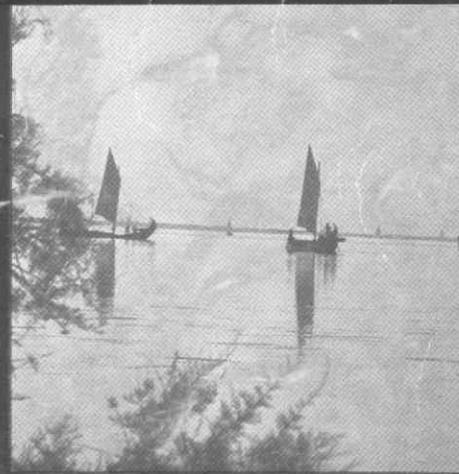


AVEIRO

biblioteca

E O SEU

DISTRITO



FL
908
149

AVEIRO
E O SEU
DISTRITO



DIRECÇÃO
EDIÇÃO
PROPRIEDADE

DA

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO
bibRIA

SECRETARIAS DE CULTURA
OFERTA DA ASSEMBLEIA DISTRITAL

*



Número avulso 75\$00

A Direcção da revista não se considera vinculada às opiniões dos autores que publica.

AVEIRO
DISTRITO



DIRECCAO
E DISTRITO
PROPRIEDADE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

bibRIA



CAMARA MUNICIPAL DE AVEIRO
-BIBLIOTECA-
000000 | -40UT82
ENTRADA DE OBRAS





bibRIA

Nascimento e Morte de uma Associação Cultural Espinhense

— O CENTRO GIL VICENTE

Por Francisco Azevedo Brandão

1 — NASCIMENTO

O CENTRO GIL VICENTE, agremiação de beneficência, foi fundada no dia 18 de Janeiro de 1943.

A primeira notícia de que em Espinho se estava a organizar um Grupo de teatro para amadores, foi dada na coluna «Revista da Semana», assinada pelo Repórter Z», inserta no semanário «Defesa de Espinho». Dizia a crónica a certa altura: «Espinho foi, desde longa data, uma terra onde muito se cultivou a arte de Talma. Quem se não recorda do «Alegre Mocidade», mais tarde «Espinho Club», com imensa saudade?

No «Espinho Club», velhos e novos confundiam-se no entusiasmo e na paixão pelo teatro... Havia bons amadores que interpretavam peças de responsabilidade e muito boas revistas, quantas vezes presenciadas por artistas verdadeiros... Vem isto ao caso de se estar ensaiando, provavelmente para ser apresentada no Teatro Aliança uma peça escrita por um amador⁽¹⁾ e que por amadores vai ser representada.»⁽²⁾

Na mesma coluna, Repórter Z noticiava duas semanas depois, que já estava constituída uma Comissão Organizadora para levar para a frente o Teatro Amador e que essa Comissão integrava os srs. António Andrade, António Cruz, Alexandre de Sousa Reis, Álvaro Quintas, Álvaro Reis, Artur Pinto da Costa, Fausto Neves (sobrinho), Francisco Faustino, Henrique Castro, Jerónimo Reis, José Gaspar Mascarenhas, Joaquim Fernandes da Silva, Joaquim de Sousa Reis, Mário Martins de Almeida e Manuel Fernandes da Silva, acrescentando ainda o articulista que já tinha sido nomeada também uma Comissão Administrativa com os seguintes elementos: Presidente — Jerónimo Reis; vice-presidente—Mário Martins de Almeida; Secretários — Álvaro Reis e José Gaspar Mascarenhas; Tesoureiro — Francisco Faustino; Vogais — Joaquim de Sousa Reis e Joaquim Fernandes da Silva.⁽³⁾

A 14 de Fevereiro o mesmo «Repórter Z», informava-nos finalmente do nome do novo Grupo. Ao anunciar que a Comissão tinha recebido novas adesões, como o Dr. Vasco Luís Moreira Marques, António de Barros e maestro Fausto Neves, dizia «que houve uma ideia que se nos afigura muito feliz, muito adequada e que reúne todas as probabilidades de vingar, intitular-se-ia «CENTRO GIL VICENTE», tendo como sub-título «Centro Beneficente de Cultura e Divulgação da Arte Teatral». ⁽⁴⁾

Mas foi a 23 de Março de 1943 que os organizadores, aderentes e convidados se reuniram no Salão Nobre da Associação Académica de Espinho, para resolverem, definitivamente, a constituição do novo grupo.

Compareceram à reunião, entre outros, os srs. Carlos de Morais, Fausto Neves, Alberto Barbosa, Mário Valente, Silvério Vaz e Alexandre Canali, homens experimentados em actividades artísticas que tinham animado Espinho, algumas décadas antes e que ali estavam para apoiar a iniciativa deste grupo de jovens.

Presidiu à reunião o Dr. Vasco Luís Marques, secretariado por Carlos de Morais, Mário Valente, Benjamim Dias, Alexandre Canali e Manuel Martins Almeida. Para expor os fins da reunião falaram Jerónimo Reis e Mário Martins de Almeida, tendo em seguida tomado da palavra outros elementos presentes como Carlos de Morais, Mário Valente, Álvaro Quintas, Alexandre Canali e Benjamim Dias, prometendo a sua incondicional colaboração e apoio.

Nessa reunião ficou estabelecido que, entre outras iniciativas, se levasse a cabo a criação de um Grupo Cénico.

A este respeito, João da Beira Mar (Carlos de Morais), na sua secção «Prato de Sardinhas» no semanário «Defesa de Espinho», dizia: «É de louvar a iniciativa, a todos os títulos interessantíssima e de larga projecção moral e artística, pois os fins do «CENTRO

GIL VICENTE», além da função beneficente que se propõe exercer com a realização de espectáculos ou de outras diversões de carácter recreativo, terá a virtude de educar e instruir, sabido como é que o teatro foi, é e será sempre uma fonte de educação e de ilustração... (5).

Por curiosidade, acrescentamos que nessa reunião inscreveram-se no Grupo Cénico os seguintes elementos: Maria Emília Quintas, Ângela Cardoso Lima, Isabel Ferreira de Carvalho, Maria Vitória de Carvalho Quintas, Rosa Quintas, Amélia Quintas, Sara Jacinto, Natalina Quintas, Maria Joaquina Coelho, Julieta Gomes de Almeida, Maria de Lurdes Cardoso Lima, Maria Rosário Cardoso Lima e Arminda Ferreira de Carvalho (6).

2 — PRIMEIRA ACTIVIDADE

O «CENTRO GIL VICENTE» iniciou a sua actividade com uma série de palestras subordinadas ao tema «Como nasceu o teatro em Portugal — Gil Vicente — O Homem e a Obra».

A primeira destas palestras realizou-se no dia 22 de Maio, no Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários de Espinho e foi seu palestrante o Dr. Vasco Luís Moreira Marques, que na altura exercia o cargo de vice-presidente da Câmara Municipal de Espinho (7).

3 — A PRIMEIRA APRESENTAÇÃO EM PÚBLICO — O GRANDE SARAU DA MISERICÓRDIA

A primeira apresentação em público do novo Grupo Cultural deu-se a 10 de Junho de 1943 (8) no Teatro Aliança e foi incluída no Grande Sarau da Misericórdia, organizado pelo professor Fausto Neves e Almeida Cruz, que elaboraram um aliciente programa constituído por três partes (9), tendo sido a segunda parte totalmente preenchida pela actuação do seu Grupo Cénico que apresentou a peça «A Coroa de Rosas», de Carlos de Moraes com encenação de Ferreira da Silva.

Sobre esta primeira estreia o crítico do jornal «Defesa de Espinho», disse: «Algumas pessoas mais exigentes não aceitaram bem que uma das personagens — o miúdo — falasse uma linguagem superior à sua categoria. É preciso não esquecermos, porém, que se trata de uma produção em verso, onde necessariamente o espírito do poeta se reflecte, tratando o assunto com verdade no que respeita ao drama interior do rapazinho, embora a linguagem seja por demais douta.

Ricardo Silva revelou-se um amador teatral de recursos e Pedro Machado, no pequeno papel de escri-

vão, denunciou o artista há bastantes anos retirado do palco.

É fácil calcular o trabalho extenuante que devia ter o ensaiador Sr. Ferreira da Silva, para conseguir do pequeno M. Lima o efeito que o seu trabalho produziu no palco, papel bastante ingrato para um miúdo, inexperiente na arte de representar e cuja mentalidade não pode ainda atingir a filosofia que encerra o papel que representou.

A peça teve o condão de emocionar a maioria da assistência que premiou a «Coroa de Rosas» e a sua interpretação com prolongados e quentes aplausos.

O autor e ensaiador foram chamados ao palco, recebendo as homenagens do público.

O mobiliário da cena, muito adequado ao gabinete do «juiz», foi gentilmente cedido pela firma Alberto de Sousa Reis desta Vila» (10).

4 — AS FESTAS DA AJUDA DE 1943

Perante a falta de tempo da maioria dos membros da Comissão de Festas de N.ª S.ª da Ajuda do ano anterior, o «CENTRO GIL VICENTE» resolveu, nesse ano de 1943, chamar a si a responsabilidade de organizar as tradicionais festas em honra de N.ª S.ª da Ajuda que eram ao mesmo tempo as Festas da Vila.

Com início no dia 18 de Setembro e com um programa constituído por Bandas de Música, Tourada, fogo de artifício, feira das cebolas, arraial nocturno e agrupamentos folclóricos, as festas prolongaram-se por quatro dias, tendo decorrido com grande animação e farta concorrência. «Defesa de Espinho» no seu número de 26 de Setembro escreve: «Está de parabéns a Comissão do Centro Gil Vicente pelo brilhantismo que as festas da Ajuda atingiram. Em tão pouco tempo, não era possível conseguir melhor, e o que se presenciou não foi inferior aos festejos dos demais anos» (11).

5 — O PRIMEIRO ANIVERSÁRIO

Tudo se preparou no «CENTRO GIL VICENTE» para se comemorar condignamente o seu primeiro aniversário que era a 18 de Janeiro. Pela crónica de Emexis «Do Cimo da Passerelle», ficamos a saber que, infelizmente, não fora possível fazer quaisquer festejos. As razões são-nos apontadas pelo citado cronista: «... Sei também que o Centro se propunha levar a efeito uma festa brilhante pela passagem do seu primeiro aniversário, infelizmente impedido pela grave doença que acometeu o seu vice-presidente, Mário Martins de Almeida, amigo

verdadeiro e um dos primeiros baluartes do Centro Gil Vicente.

Louvo — acrescentava o cronista — o gesto da restante Direcção, que, em homenagem àquele incansável batalhador, deixa passar o primeiro aniversário em silêncio profundo...» (12).

6 — OS PRIMEIROS ASSOMOS DE DESAGREGAÇÃO

Embora o CENTRO GIL VICENTE tivesse mostrado grande actividade durante o seu primeiro ano de existência, parece que isso não chegou para contentar alguns sócios que acusaram a direcção de inactividade e desinteresse, teimando em considerar o Centro extinto ou prestes a extinguir-se.

Isto mesmo se depreende da crónica de EMEXIS, subscrita na sua coluna «Do Cimo da Passerelle»: «É sempre com bastante mágoa que tenho de referir-me ao meio colectivo da nossa terra, e muito especial ao jovem Centro Gil Vicente, assassinado à traição, por meia dúzia de associantes (?)...

É sempre com bastante mágoa que observo o desinteresse seguido de calúnia, por esta simpática colectividade, calúnia esta disparada sempre por aqueles que se propuseram um dia auxiliá-lo, com um entusiasmo «já muito conhecido», pela época feliz dos bailes servidos à descrição e da memorável noite de S. Martinho do passado ano de 1943»...

E assim de boato em boato e de calúnia em calúnia, o Centro Gil Vicente, ficou reduzido a duas dezenas de associados criteriosos, que confiam plenamente na vontade firme da sua Direcção, reduzida a dois escassos fundadores, a quem a doença bateu à porta no melhor das suas aspirações...» (13).

Em Abril desse ano de 1944 o CENTRO GIL VICENTE tinha feito publicar no «Defesa de Espinho», um convite a todos os associados a comparecerem a uma reunião no dia 17, no Salão Nobre da Académica de Espinho, a fim de se discutir a colaboração do Centro no Sarau Anual da Santa Casa da Misericórdia a realizar no dia 10 de Junho (14).

Não sabemos se a reunião se realizou ou não, pois o «Defesa de Espinho», que era o único jornal que se publicava em Espinho naquela época, não se referiu a ela em qualquer dos seus números posteriores à notícia da reunião.

Sabemos apenas que a parte teatral do programa do Sarau anunciado, esteve a cargo dos «velhos e distintos amadores Amadeu Moraes, Cassiano Marques, Joaquim Moreira, Roberto Fernandes, Armando Moraes, Álvaro Tamagnini, António Vieira, Manuel F. da Silva e

Maria Helena Vasconcelos Tamagnini, que representaram a comédia «O Comissário é um Jóia» (15). Sobre o CENTRO GIL VICENTE nem uma linha, levando a supor que o grupo acabou por não poder dar qualquer colaboração.

7 — ELEIÇÃO DE NOVOS CORPOS GERENTES

Para sair do torpor em que se encontrava o CENTRO reuniu-se em Assembleia Geral, no Salão Nobre dos Bombeiros V. de Espinho, no dia 16 de Junho de 1944, a fim de eleger novos corpos gerentes.

A mesa foi presidida por Jerónimo Reis e secretariada por Mário Martins de Almeida, Francisco Faustino, Álvaro Reis e Joaquim de Sousa Reis.

A lista aprovada foi a seguinte: Assembleia Geral — Presidente: Dr. Vasco Luís; vice-presidente: Jerónimo Reis; relator: Higinio Mendes. Direcção — Pres.: Mário Martins de Almeida; vice: Miguel Oliveira Quintas; 1.º secretário: Luís José Dias; 2.º secretário: Álvaro Quintas; tesoureiro: Francisco Faustino; vogais: Álvaro Reis, Joaquim de Sousa Reis e Elísio Baptista. Conselho Fiscal — Manuel Martins de Almeida e João Faustino. Direcção artística — Pres.: Raúl Ferreira da Silva; vice: Carlos de Moraes; secretário: Alexandre Canali; vogais: Álvaro Quintas, Américo Patela e Artur Pinto da Costa. Comissão de Festas — Mário M. Almeida, Francisco Faustino, Joaquim Reis, Américo Patela, Francisco Resende e Henrique Loureiro (16).

Com o novo elenco o CENTRO GIL VICENTE abalançou-se, mais uma vez, a tomar sobre os seus ombros a organização das Festas da Ajuda que se realizaram, nesse ano de 17 a 25 de Setembro, com um vasto programa constituído por bandas de música, festivais aquáticos, tourada, arraial nocturno, festivais desportivos, etc. (17).

Do êxito das festividades é testemunha o «Defesa de Espinho», que nos conta: «Foram sem dúvida, as mais brilhantes dos últimos 4 ou 5 anos as Festas da Ajuda realizadas nos passados Sábado, Domingo e Segunda. Para isso, sem dúvida, muito contribuiu o factor tempo, mas o que é certo é que a Comissão do Gil Vicente, trabalhou afanosamente para o bom êxito... Está, pois, de parabéns o Centro Gil Vicente, pela maneira como organizou as Festas da Ajuda de 1944» (18).

8 — MORTE

Apesar deste sucesso, o Centro Gil Vicente nunca mais é falado nas colunas do «Defesa de Espinho», nem nesse ano nem nos anos seguintes, tudo levando a crer

que a causa principal desse silêncio se deveu à doença do seu principal impulsionador e entusiasta, Mário Martins de Almeida que o impediu de dar a sua colaboração e dinamismo ao Grupo que tinha ajudado a fundar.

A sua morte ocorrida em Fevereiro de 1946, veio, concerteza, frustrar quaisquer esperanças de revitalização de um Grupo Cultural, que durante pouco mais de um ano, mercê da sua dinâmica actividade, parecia vir a impor-se como instituição de recreio e cultura apostada na divulgação do teatro.

Assim não quiz o destino nem a vontade dos homens.

NOTAS

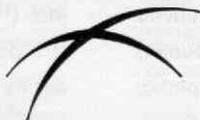
- (1) — CARLOS DE MORAIS — «Coroa de Rosas». Foi publicada ultimamente no «Espinho — Boletim Cultural», n.º 3, Vol. I, 1979.
- (2) — «Defesa de Espinho», n.º 564, de 17 de Janeiro de 1943.
- (3) — «Defesa de Espinho», n.º 566, de 31 de Janeiro de 1943.
- (4) — «Defesa de Espinho», n.º 568, de 14 de Fevereiro de 1943.
- (5) — «Defesa de Espinho», n.º 574, de 28 de Março de 1943.
- (6) — «Defesa de Espinho», n.º 575, de 4 de Abril de 1943.
- (7) — «Defesa de Espinho», n.º 583, de 30 de Maio de 1943.
- (8) — «Defesa de Espinho», n.º 584, de 6 de Junho de 1943.
- (9) — O programa foi o seguinte: I Parte — Música de concerto (orquestra constituída por 45 professores): 1 — **Guerreiro e Monge** — 1.ª audição (ode a Nuno Álvares Pereira), Almeida Cruz, Filho; 2 — **A Escrava do Sultão** (1.ª audição) — Intermezzo da Suite de Ballados «No Oriente», Almeida Cruz, Filho; 3 — **Aipmiló** — Serenata Zingara, — 1.ª audição, Almeida Cruz,

Filho; (Solo de violino pelo prof. Henrique Barbosa com acompanhamento de orquestra); 4 — **Costa Verde** — Selecção de operetas, Fausto Neves; 5 — **No Pinhal da Idanha** — Prelúdio dedicado a Espinho, Almeida Cruz, Filho; 6 — **Praia de Espinho** — Marcha Triunfal, Fausto Neves.

Direcção do professor Compositor Almeida Cruz, Filho. II Parte — O episódio dramático em um acto — A COROA DE ROSAS — original do distinto poeta Carlos de Moraes, desempenhado por elementos do Centro Gil Vicente e com a seguinte distribuição: Juís — Ricardo Silva; escrivão — Pedro Machado C. Branco; garoto — Manuel Lima. Encenação do professor Ferreira da Silva. Direcção do Palco e contra-regra — A Canali. III Parte — Solos e Coros com acompanhamento de orquestra.

1 — **Regina Coéll, Aleluia** (coros mistos), Fausto Neves; 2 — **Chegou a Primavera**, Fausto Neves (pela senhorinha Maria Joana Ferreira Alves, poesia de Alberto Barbosa (Béka)); 3 — **Concerto de violino** — O. Riending, (pelo menino Carlos Alberto R. da Fonte, do curso do Prof. Alberto Pimenta); ao piano Mário Alberto Neves; 4 — **Ainda Não** — Canção, Fausto Neves (pela senhorinha Maria Joana Ferreira Alves, poesia de Alberto Barbosa (Béka)); 5 — **Gondoliera** — W. H. Irique, Solo de violoncelo pela menina Maria Amélia Oliveira Ramos, do curso da Prof. Lionilde Moreira Sá e Costa); ao piano: Maria Zélia Oliveira Ramos; 6 — **Espinho** — Canção Regional, Almeida Cruz, Filho (coros mistos e orquestra); poesia de Stélio Gil; 7 — **Praia de Espinho** — Marcha Triunfante (coros mistos e orquestra), poesia de Carlos de Moraes. Direcção de Fausto Neves. Direcção de coros de Mário Neves. (in «Defesa de Espinho», n.º 584, de 6 de Junho de 1943).

- (10) — «Defesa de Espinho», n.º 586, de 20 de Junho de 1943.
- (11) — «Defesa de Espinho», n.º 600, de 26 de Setembro de 1943.
- (12) — «Defesa de Espinho», n.º 618, de 30 de Janeiro de 1944.
- (13) — «Defesa de Espinho», n.º 633, de 14 de Maio de 1944.
- (14) — «Defesa de Espinho», n.º 629, de 16 de Abril de 1944.
- (15) — «Defesa de Espinho», n.º 636, de 4 de Junho de 1944.
- (16) — «Defesa de Espinho», n.º 641, de 9 de Julho de 1944.
- (17) — «Defesa de Espinho», n.º 649, de 3 de Setembro de 1944.
- (18) — «Defesa de Espinho», n.º 653, de 1 de Outubro de 1944.



"30 anos de Pesca do Bacalhau"

Por Asdrúbal José Sacramento Capote Teiga

Comandante da Marinha Mercante

Capitão-Pescador da Pesca do Bacalhau

INTROITO

Em 1980 fomos convidados a assistir e participar na conferência «ENSINO NÁUTICO 80» realizada na ESCOLA NÁUTICA INFANTE D. HENRIQUE (ENIDH) durante os dias 4, 5 e 6 de Junho; vinte e quatro trabalhos cujas cópias escritas foram distribuídas aos convidados anteriormente, foram lidos e discutidos nesses três dias.

Dado que a nossa actividade profissional se desenvolveu quase inteiramente no mar — 30 anos ao serviço da pesca longínqua do bacalhau — achámos que seria dentro dessa temática que nos expressaríamos com o mérito e fidelidade indispensáveis ao cabal desempenho do propósito que havíamos aceiteado.

Na hora, verbalmente respondemos aos quesitos postos, esclarecemos as dúvidas suscitadas e declarámos a nossa incapacidade de resposta para o que não estava ao nosso alcance; posteriormente, reduzimos essas respostas a escrito enviando-as à ENIDH.

Apesar, da exploração da pesca do bacalhau, ter enveredado a partir de 1980, em grande parte, por caminhos admissíveis e aceitáveis e até por nós defendidos no desenvolvimento que se segue, pelo menos como transitórios, o progressivo apossamento da Indústria por um neo-capitalismo de circunstância onde os pseudo-industriais da experiência que se exige nas andanças do mar, dos navios e da sua racional exploração, mormente no ramo da pesca, apenas conhecem cifras e verbas de deve-haver, apesar do que vamos ouvindo a fontes dignas, creio não estarmos deslocados na hora e no conteúdo do trabalho apresentado em 1980. Pelo contrário: Se o que se vê e ouve nos domínios do estimado e do concreto servem os propósitos de um projecto a médio ou a longa distância, devemos reafirmar que as acusações verberadas contra quem, antes e depois do 25 de Abril, em dirigismo totalmente negativo, superintendeu e continua a orientar os destinos das pescas em Portugal, se mantêm de pé com plena actualidade; e assim, as considerações que seguem, com permissiva de um romanceado que se não julga figurativo, antes destacante do carisma humano que torna o homem do mar e o pescador uma entidade própria e bem definem a região que lhe foi berço, têm e terão sempre força de actualidade.

Claro que, a indispensável planificação por que concluímos esse nosso trabalho em Junho de 1980, não pode ser preceituada, por falta de cabimento em muitos aspectos na era actual, uma vez que o figurino das explorações pesqueiras em Portugal, embora, como sempre, indefinido, tenha adquirido novas dimensões de visionamento.

O destino de mais uma achega para o historiado da pesca longínqua do bacalhau que na região Aveirense tem raízes tão profundas, será cobrança mais do que satisfatória para o trabalho que vai seguir-se.

ILHAVO, 22 de Março de 1982.

a) ASDRÚBAL CAPOTE TEIGA

30 ANOS DE PESCA DE BACALHAU

Tem a casa portuguesa uma janela enorme virada ao mar. A imensidão que lhe é panorâmica ora quieta e convidativa, ora revolta e amedrontante, um convite permanente, embora arriscado, ao devassamento e à conquista e assim, foram os portugueses mais que atraídos, empurrados para os oceanos sucedâneos daquele que, enrolando se espraia momento a momento, hora a hora, dia a dia, sob o peitoril dessa grande janela; e os sucessos e promessas banhadas de ouro e sangue foram um nunca acabar.

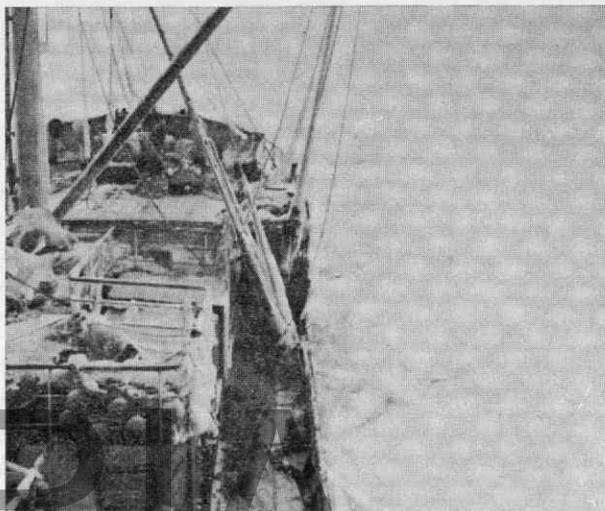
Ao sabor da aventura, seguiram-se as certezas e realidades de sonhos e projectos e o português fez-se marinheiro, casando o verde da esperança e da vitalidade com o azul das imensas e incertas águas oceânicas, o vermelho do sacrifício e da glória com o negro das crepes e das sombras. A ambição de alargar fronteiras e construir impérios, herança sempre presente na mente das testas coroadas da época e na da elite com quem partilhavam riquezas e glória, a era da cruz e do alfange, do fanatismo e da renúncia, iria motivar os povos que sorviam sal e brisas na grande epopeia marítima e realmente, se criaram impérios e formaram empórios; e, devassados que foram os mistérios dos mares, dobrados cabos e tormentas, desvendados e ultrapassados mistérios e continentes, atingidos os confins do mundo, ora regressando cheios de feitos e magnificências, ora se fixando quais raízes adventícias, na busca e na ida e volta, uma certeza lhes sobrava sempre: a da via cruzada, misteriosa e traiçoeira, é certo, mas aberta ao sulcar de naus portadoras de génio, pedrarias e bens comuns.

Ultrapassada a épica, cuidou-se então de observar as realidades que se ofereciam nessa mole imensa e o desvendar das suas riquezas íntimas mais a vida própria que oferecia em sua fauna e flora imanentes que no então e à distância já se afirmavam fonte onde o homem iria colher os recursos e energias que se adivinhavam viriam a minguar-lhe na terra, um real interesse não isento já de cobiça e poder, nasceu. Primeiro via depois subsistência; e aqui nasceu a pesca; a qual foi livre e ao alcance de todas as gentes, manancial, isenta de tributações ao serviço de camadas desfavorecidas, matéria prima que foi oferta, depois troca e que hoje está sob total controle mercantilista; e, é até já, pomo de discórdia, argumento de persuasão, força de controle. Por temperamento e necessidade, além de marinheiro, também o português se fez pescador... Primeiro à saída da porta e ao alcance da janela e depois por razão de poupança, reserva própria e ainda e sempre a tal índole marinhesca, fez-se ao largo na busca do mais e do melhor, mas não do fácil.

Ao largo do continente norte-americano, **Estados Unidos, Canadá, Terra-Nova, Lavrador**, à vista dos imensos

glaciares de uma imensa **Groenlândia**, ao redor de uma agreste e alta costa Islandesa, na imensidão de um **Barentz** olhando o limite mais setentrional da Europa para logo demandar as praias vermelhas do **Spitzberg**, ali a dez graus do polo elevado, sem receios burlescos, antes no respeito pela seara agressiva que amanhavam, rentes e presentes, década após década.

No apreço de quantos lutam nessas águas frígidas e traiçoeiras, no justo render de uma homenagem e gratidão a quantos e tantos foram, pagaram com a vida o tributo devido à sarça ardente que jeiraram, quedemo-nos e apreciemos.



Uma constante de sempre entre Janeiro e Junho de cada ano; cortando gelo quando não era de ficar bloqueado, como tantas vezes aconteceu.

— O HOMEM

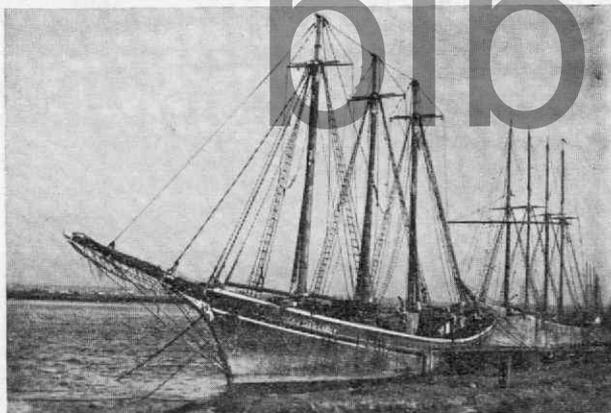
Furtando ao rocambolesco a imagem do homem que por vocação ou necessidade, por contrato ou por sentença, por atrevimento ou por renúncia, buscou no mar realização, satisfação, cumprimento, expiação, refrigério e consolo, despindo-o dos enfeites que o tornaram mito ou objecto de repúdio, subsiste a unidade indispensável ao conjunto que é a sociedade-consumo, aquela que no planeamento económico dita leis e orienta os caminhos a percorrer. É na sociedade fascista de base técnico burocrática onde se verifica a fusão do capitalismo organizado com o Estado Totalitário sob presença de chefes carismáticos que poderão ser instrumento de grupos técnico-burocráticos, que vamos encontrar o homem-peça de máquina produtiva, jeirando vinhas da ira onde o indispensável é subsistir, numa fase metamorfofísica que se adivinha breve na indústria da pesca já experimentada em países de técnica evoluída e progressiva.

É o homem pescador de 1950 ao serviço de elites atávicas, soberanas de força que lhes advêm da detenção do capital e do protecçãoismo escandaloso do Governo; é o homem votado à obrigação de servir e vetado

ao direito de pensar; é o homem cuja acção é orientada nos serviços de Deus, Pátria e Família e a quem é negada a faculdade de uma acção criadora. Nestes moldes, produzindo sob medidas suasórias, sob controle de um dirigismo inflexível, por força teria que ocupar a cauda da senda revolucionária que os estados pescatórios vinham desenvolvendo nos domínios da construção naval, indústrias paralelas e subsequentes.

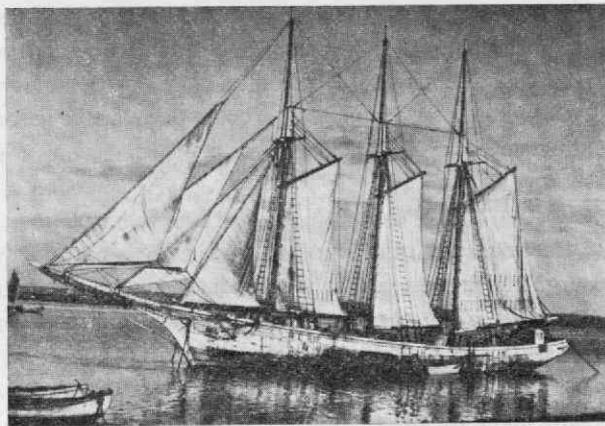
Claro que, em primeira mão e como se adivinha sem recorrer ao testemunho visual, in-loco, logo a primeira vítima de uma incapacidade criadora e renovadora de uma frota que primava já pelo obsoletismo seria e era o próprio homem em todas as suas dimensões.

Vinhamos insistindo, por indiferença à tributação que ano após ano pagávamos às águas geladas e revoltas de uma Terra-Nova e Groenlândia, na continuidade de um processo de pesca que havia feito época, é certo, mas que ora estava já ultrapassado; por fidelidade à legenda épica que orientou os homens de 1500, para imagem, o luzimento das praxes obrigatórias antes da largada, dentro do porto de Lisboa aonde todos os navios de todas as praças teriam que arribar para uma largada triunfalista a que não faltavam estandartes, trombetas, procissões e bençãos, promessas e adeuses vestidos de negro como negra seria a roupagem das mães, esposas, pais e irmãos que se ficavam porque



Lugres — «Rainha Santa Isabel» e «Senhora da Saúde» (4 mastros), ancorados em frente à Seca da firma Pascoal, Cravo e Vilarinho Constr. Ano de 1929 — Cale. Vila - G. Nazaré - Ilhavo.

se adivinhava, quantas vezes, uma ida sem regresso; por sujeição a um ideal extemporâneo, mais que por razão natural no planejar e orientar de uma laboração que se impunha por necessária à economia e ao gosto de todos os portugueses, continuava-se com sistemas ultrapassados e até, para vergonha de quem militava nas hostes dos oprimidos e tinha por força de obrigações tratar com estrangeiros de assuntos relativos à faina escolhida ou imposta, ouvir comentários justos, mas chocantes, relativos à insistência e persistência em processos condenáveis à presente época.



Lugre «ILHAVENSE II» — aparelhado para navegar — Na Cale da Vila - Gafanha da Nazaré.

Esta era a pesca de 1950, este o tipo de pescadores que nela operava. Uma frota em que predominavam as unidades de madeira, algumas delas ainda sulcando mares e demandando pesqueiros só à vela, outras mistas e uns tantos arrastões que haviam tido seu advento por 1935/36.

Mas, voltando ainda ao homem e analisando as suas possibilidades económicas à época, mesmo exorbitando com o valor da moeda, verificamos quão baixo era o seu nível de vida, se vida poderia ser chamado ao acto de subsistir.

No meu ÍLHAVO de largas e insígnies tradições marítimo-pesqueiras onde viúvas e órfãos de vivos e mortos eram dominância, onde as sombras da noite tão bem casavam com as vestes do dia dos seus filhos e filhas, onde miséria e tuberculose moravam paredes meias, proliferavam, como anátema à sua condição de humilhados, as casas de «prego» e penhores que bem falavam e atestavam das exíguas e precárias condições de vida dessa do mar. Na hora de chegada dos bacalhoeiros vestiam-se galas, reinava a concórdia, tudo eram regalos e amícias, adiava-se por pouco tempo, ameaças e certezas da verdade; ao luzimento, seguiam-se as lamúrias, a desesperança e o velho recurso ao penhorista.

Contra essa situação de penúria e opressão não havia revoltas, apenas lamentações, conformismo, temor do pior; o mais vale assim que pior, gravara-se a ferro e fogo no coração daquela gente boa, humilde e trabalhadora até à exaustão.

Na pesca à linha o pescador ganhava consoante o escalão que atingia, sendo considerados verdes os que não chegavam aos 100 quintais, daqui a 120 segundas linhas e daqui para cima especiais; o valor do quintal variava conforme o escalão, atingindo o seu máximo para os especiais; por volta de 1950 a distribuição era sensivelmente de 30\$00 por quintal até 100; 100/120 — 40\$00; 120/180 — 60\$00 e mais 80\$00, isto é, um especial médio

de 200 quintais, conseguiria um máximo, no complemento de soldada de 16 000\$00 a juntar à soldada fixa que dava em média cerca de 400\$00 por mês.

Obscurantismo, submissão, factos e números evidência que se impõe e falam de uma época.

— O NAVIO

Naturalmente, através dos tempos, como criação e como herança esse engenho flutuante estruturado em vários materiais e obedecendo a diferentes formas teve, na nossa história marítima uma amplitude na utilização, como é óbvio e por manifesta determinação, a madeira. Matéria-prima ao pé da porta em abundância e facilidade de maneo, por mais barato sob todos os aspectos, respondeu de facto, durante séculos às necessidades navais portuguesas; e assim, desde o século XV até meados do XX nos domínios da construção naval, é nesse material que buscamos expansão para o nosso poder construtivo e, conseqüentemente alargamento da frota mercante nesta incluindo navios de exploração fluvial, recreio, comércio e pesca. Neste último ramo, tal e qual como para os descobrimentos, consoante necessidades e fins podendo afirmar-se, segundo estudos legados, ter sido a construção naval portuguesa uma das mais férteis em modelos utilizados, merecem especial referência, barcas, naus, lugres e seus derivados; de formas consentâneas com o rifão que impunha dever «um barco ter cabeça de xarroco e rabo de carapau» para ser bom, de arte redonda, latina ou mista; cedo começaram os nossos veleiros a buscar nas costas e nos mares, agora, não rotas e novas terras, mas sim, uma riqueza que não exigindo paga imediata ou compulsória, de quando em vez requeria a pesada tributação de umas muitas vidas ceifadas. Ao comportamento e à reacção dos navios perante condições desfavoráveis de mar, vento, correntes, nevascas e brumas, muito se ficou a dever, ora na defesa segura das vidas ocultas nos seus bojos, ora na fragilidade cruel com que deixava roubar-lhas, e por isso, impunha-se a evolução constante para melhor, desse celeiro de pão e vidas.

Como não podia deixar de ser, movimentação, resistência, segurança, facilidade e espírito de manobra, seriam condições primordiais a ter em conta no futuro das construções navais de pesca, especialmente longínqua, aquela que nos importa neste desbobinar de imagens de um passado remoto que fez história, um passado próximo que fez campanha de vários tons, um presente que se não discorre e um futuro que se não adivinha.

Para não discorrer sobre assuntos promotores de extensas considerações, e não nos quedarmos sobre motivos e factos de longa e controversa polémica, teremos que submetermo-nos tanto quanto possível objectivamente ao esquema delineado no presente trabalho, que identificou os tipos de navios de pesca em acção em 1950.

Lugres de madeira na sua maioria de costado forrado a cobre, três a quatro mastros, armando velas latinas triangulares e quadrangulares, envergando em retrancas e caranguejas, entre mastaréis enfoladas de extênsulas, de um modo geral quase todos com máquina propulsora de reduzida cavalagem como auxiliar da navegação; alguns de convés corrido o que facilitava o arrio e embarque dos pequenos dórís distribuídos um a cada pescador, e também muito mais enxovalhados pelo mar revolto e susceptível por tal, de mais perigos e mais avarias, estes dórís eram empilhados ao longo de bombordo e estibordo de cada navio; outros do mesmo tipo, com a diferença de possuírem castelos e extenso poço o que impedia o embarque de mais de dois dórís de cada lado; menos embarque de mar, mas mais dificuldades nas manobras de pesca.

Como exemplo de navios corridos: «Argus», «Creoula», «Manuela», em ferro. Também em ferro, de castelos: «S. Rui», «Sta. Maria Madalena», «Souto Maior».

De madeira, convés corrido: «Novos Mares», «Oliveirense», «Brites». De madeira, com castelos: «Coimbra», «Celeste Maria», «Ilhavense».



Lugres «Cruz de Malta», «Alcyon» «Ilhavense II» e «Vaz», ancoradas frente à Seca do Cap. António José dos Santos (Rochelro) — Cale da Vila - Gafanha da Nazaré - Ilhavo. Construção — ano de 1934. No primeiro plano: Bacalhau a secar.

Os mais pequenos, tipo «Lousado», e «Ana Maria» arriando 22 dórís; os maiores tipo «Madalena», «S. Rui» cerca de 900 Toneladas com cerca de 65 dórís.

As instalações das tripulações, especialmente as dos pescadores ofereciam um negro e triste aspecto, género mansarda prisional.

Com reduzida capacidade de armazenagem de mantimentos em benefício dos porões do peixe salgado, mais se cuidando do fim a que se destinavam, do que das forças vivas que os mantinham; no aspecto instalações e passadio eram um atentado aos direitos do ser humano. Não se julgue porém, que nas construções posteriores à 1950 esse aspecto que poderia ser considerado tipo de construção antiga, tenha sido alterado de maneira a

merecer encómos, não se respeitando jamais esse condicionalismo da habitabilidade. E a prová-lo, estão os erros, insistências e desinteresse postos nas mais recentes construções porque, habitabilidade de um navio não é só dotá-lo com mais um colchão de espuma, um espelho ou um quarto de banho; é sim estabilidade que garanta repouso capaz a um pessoal que ainda tem nos nossos dias, um horário de trabalho diário mínimo de 12 horas, porque quando a pesca é boa, o que interessa é safar e as horas de canseira aumentam; e, não há sábados, nem domingos, nem feriados, nem festas, e não é com balanços bruscos de 30º graus e mais, que se obtém esse necessário repouso; é conforto que importa a quase uma centena de homens que durante 150 ou 180 dias de tudo se privam e são privados, dar-lhes por direito natural uma sala de estar com biblioteca, máquina de projectar, distrações que motivem e obriguem a um convívio saudável aqueles que fora das horas das suas obrigações ou nos dias em que a pesca mingua ou se emposteia, carecem de uma motivação natural e legítima, um refrigério para os seus anseios; é segurança, física e anímica para veteranos e iniciados oferecida por unidades que seduzam e convidem uma juventude a amar e orgulhar-se da profissão que escolheram e não a sujeitar-se ao **ápodo de proscritos de uma sociedade que teima em não reconhecer aos homens do mar como seus iguais e dignos das mais enaltecidas admiração e gratidão.**

Em 1935/36 surge o primeiro arrastão na frota bacalhoeira portuguesa: navio em ferro de maior espessura na roda de proa e amuras 16 m/m, restante 13 m/m.

Propulsão mecânica a gasoil, dois castelos, no da ré uma ponte; equipado com guincho de pesca que per-



Arrastão «Clássico» arrastando entre gelo disperso.

mitia o enrolamento de 1200 metros de cabo de aço de 2"½ polegadas.

Monta dois arcos de pesca a BB e EB embora posteriormente o trabalho só se efectue por EB, onde passam os cabos que rebocam o aparelho de pesca,

sendo este esquematicamente constituído por portas de arrasto em madeira e ferro, ou só de ferro de 500/600 Kg cada, no começo. Mais tarde 1300 Kg a 1500 Kg cada, rede e saco; destinava-se este tipo de aparelho à pesca demersal, isto é, espécies de fundo como geralmente o é o bacalhau.

A sua autonomia é de cerca de 60 dias e tonelagem bruta de cerca de 1200 Toneladas, traduzido em quintais de bacalhau verde à descarga 18000 quintais e com uma tripulação de 64 homens, descritos 3 na ponte, 7 na máquina, um na T. S. F., 4 na cozinha e camaras e 49 incluindo mestrança destinados ao preparo do peixe.

O Capitão é o pescador responsável embora no primeiro arrastão português «Sta. Joana» da praça de Aveiro embarcasse um mestre francês para emprestar o seu saber e experiência. Até 1950 o equipamento da ponte quedar-se-á pela roda do leme e prumo de mão e só a partir desta data com a aplicação da electrónica como ajuda à navegação, surgirão radares sondas, gónios, lorans, novos equipamentos de Telegrafia e Telefonia.

O incremento que já se verificava em frotas estrangeiras, muito vagarosamente será pelos responsáveis portugueses, assimilado a despeito dos repetidos avisos dos capitães-pescadores que se viam assim ultrapassados no seu saber, experiência e capacidade, pela evoluída técnica estrangeira filha dessas ajudas electrónicas.

Desde 1936 que as pescas portuguesas estavam subordinadas à planificação e orientação da organização corporativa das Pescas, tendo a encabeçá-la elementos cuja ideologia mais virada às obras de fachada do que à razão, mais embarcada na fantasia de continuidade dos feitos dos Gamas e dos Cabrais do que na evidência e materialização de uma indústria a despertar explosivamente nos países de afinidade marítimas, não atinava em apostar em um futuro que se augurava próspero no domínio das pescas.

A expansão Germânica e pró-Germânica na Europa e sua congénere Japonesa na Ásia, impunham-se pela ideologia e pela força. Estávamos em vésperas do grande conflito de 39 a 45 que abalou profundamente todas as nações em todos os aspectos; iam testar-se, na vizinha Espanha, armas, poderio, ambições e ideais.

Recordar a posição de Portugal nesses conflitos que se prolongaram por dez anos, é como evocar uma capitalização ofertada em bandeja de ouro e totalmente renunciada por ser demais para a nossa capacidade; por isso, quedámo-nos no respeito pelas tradições, abstivemo-nos de um lançamento que não oferecia dúvidas nem riscos.

Imaturos como sempre, apesar das alvíssaras de experimentados homens do mar e de um ou outro Armador mais atrevido, Tateando o caminho mais que singrando a todo o pano como se impunha, volvido esse decénio em que as atenções mais se concentraram

na devastação e no extermínio do que, no progresso e equilíbrio entre as nações, vamos, situando-nos em 1946, encontrar uma frota bacalhadeira portuguesa constituída por 50 navios de linha e apenas 6 arrastões.

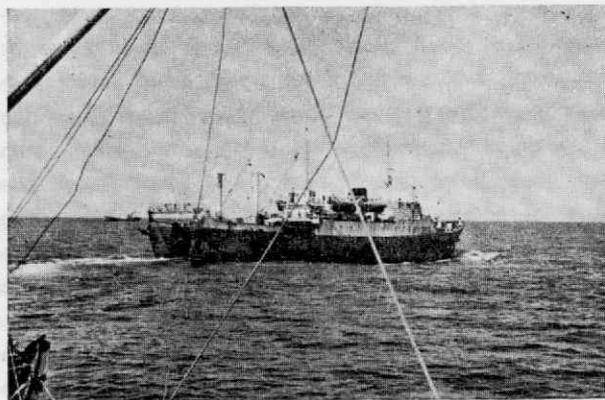
Praticamente senhores absolutos dos pesqueiros da Terra-Nova e Groenlândia não soubémos aproveitar essa soberania. Dez anos depois, isto é, em 1956, temos ainda o mesmo numerário de navios de linha, embora com a substituição de 5 de madeira por ferro e 22 arrastões.

Apenas na forma, na propulsão e na capacidade estes arrastões diferem do primeiro; repetem-se em séries e a única alteração um tanto revolucionária é a introdução a partir de 1952 de alguns meios electrónicos que muito virão facilitar e incrementar as capturas com destaque para o radar e sondas, o tal rescaldo benéfico das hecatombes que são as guerras; a fúria de matar, aguça o engenho.

Outro decénio passará até 1966 e a apatia de todos os nossos responsáveis manter-se-á na rotina das substituições, por perda ou abate de uns tantos de linha por igual número de arrastões. Por vezes, surgirá uma ou outra transformação de um linha de ferro para arrastão, claro que, deixando de ser um bom navio de linha para passar a ser um mau arrastão e, ainda e sobretudo, não se verificando crescimento na frota. De qualquer modo, em 1956 uma frota de 72 navios; em 1966 os mesmos 72.

Em 1955 surge pela primeira vez entre as grandes frotas estrangeiras, francesas, alemãs e inglesas, o primeiro navio de formas e processos revolucionários: o arrastão de arrasto pela popa, o inglês «Fairtry I». Era já do conhecimento dos capitães portugueses através de revistas de pesca e já se haviam alertado dirigentes e armadores para todas as vantagens que viria a oferecer a pesca por tal sistema. Através de um júri de apreciação estabelecido no Grémio dos Armadores da Pesca do Bacalhau, ouvidos todos os Capitães-Pescadores do arrasto, em consenso quase absoluto, todos foram unânimes em realçar a superioridade desse tipo de navio, prós e contras, a necessidade imediata de propôr para as novas construções tal modelo de navio; pois bem: continuaram as transformações, insistiu-se nos arrastões clássicos, propôs-se a construção de parelhas à semelhança das espanholas, alvitram-se navios polivalentes de «long-line» e redes de cerco, todo um rosário de idiotices sem qualquer espécie de plano capaz, sem um mínimo de visão realista que os problemas sérios exigem. O capital aparecia através do fundo de fomento e renovação das frotas, para todas as aventuras; foi e é testemunha de algumas delas, o signatário deste trabalho.

Em 1966 surge finalmente o primeiro arrastão português pela popa, o «Cidade de Aveiro» perdido por



Quando apareceu em força a frota de pesca Russa com vários tipos de navios desde «clássicos», aos evoluídos «pôpas» e «fábricas».

explosão e incêndio, em viagem de regresso a Portugal no passado ano de 1979.

Claro que, atendendo a todas as vantagens que oferecia tal tipo de arrastão, em 1960 e 1961 era o modelo largamente divulgado entre russos, alemães ocidentais e orientais, polacos, romenos e franceses; algumas frotas, sabia-se, estavam em plena transformação, dado o êxito materializado em números de rendimento da referida modalidade e já se estudavam redes pelágicas e semi-pelágicas a adaptar muito mais funcionalmente a esse tipo de arrastão, aliás, o que em breve era uma realidade.

A imagem de sempre, seguíamos na cauda do empreendimento mesmo esgotando todos os adjectivos em favor dos resultados positivos que eram bem conhecidos; mesmo depois de 1966 e, ainda com possibilidades ilimitadas nos domínios das capturas, o nosso progresso, à maneira do costume, continuou lento e, para mais, a partir de 1970 em direcção errada, pois continuou a dar-se primazia ao salgado quando o aproveitamento integral das espécies capturadas aconselhava a imediata aceleração no sentido do congelado, tal e qual como o vinham fazendo já a totalidade de estrangeiros nas pescas longínquas.

O «arrastão-popa» é um modelo em que o aparelho de pesca sai por uma rampa existente à popa; a ponte é normalmente puxada à vante; há pórticos e bípodos para suspender o saco que abre para uma porta que dá para a coberta de trabalho sob o convés principal; o peixe é trabalhado nessa coberta. Estes navios são normalmente equipados com linhas de montagem de máquinas de descabeçar, escalar ou filetar e máquinas de lavar. O peixe é transportado por passadeiras e apenas a evisceração é manual; tem sistemas congeladores de variados tipos, porões de salga, frigoríficos ou polivalentes.

Matriculam companhias de cerca de 65 homens e o equipamento das pontes é hoje completíssimo. Entre as nações que se dedicam a pescas longínquas, os

navios de pesca clássicos, desapareceram e hoje o processo popa é universal, mesmo até já nas costeiras; a nossa frota porém, prima ainda por uma maioria tipo convencional, isto, aos nossos dias; sempre na cauda da evolução mesmo com as possibilidades desfrutadas.

— PESCA

As origens da pesca do bacalhau na Terra-Nova remontam aos fins do séc. XV com um período áureo



Arrastão-popa. «Santa Cristina» da EPA na sua primeira viagem 1967. Golfo S. Lourenço.

por volta de 1578, anos que nos são transmitidos como sendo a frota portuguesa igual à inglesa. Há depois um longo interregno que se identifica com o desaparecimento quase total da frota e da indústria a incrementar.

Em 1935/36 o governo português outorga-lhe medidas que possibilitem o seu restabelecimento com bases firmes.

De acordo com estatísticas legadas, poderíamos, em síntese, dar uma ideia mais objectiva da pesca do bacalhau aproximada entre os anos de 36 e 70.

ANOS	N.º de Navios	Arqueação (Tons.)	Capacidade Pesca (Tons.)	N.º Total de Tripulantes e Pescadores	Percentagem em função do consumo
1934	51	16 682	17 274	2 213	20 %
1940	47	19 454	20 496	2 228	
1950	63	47 857	44 695	4 018	
1960	72	71 029	65 707	5 490	
1970	63	72 166	62 952	5 200	80 %

Em 1950/51 vinte e duas Empresas da Pesca Longínqua do Bacalhau, organizadas em Grémio dos Armadores do Bacalhau, distribuídas por Viana do Castelo, Porto, Aveiro, Figueira da Foz e Lisboa com os seus 65 navios:

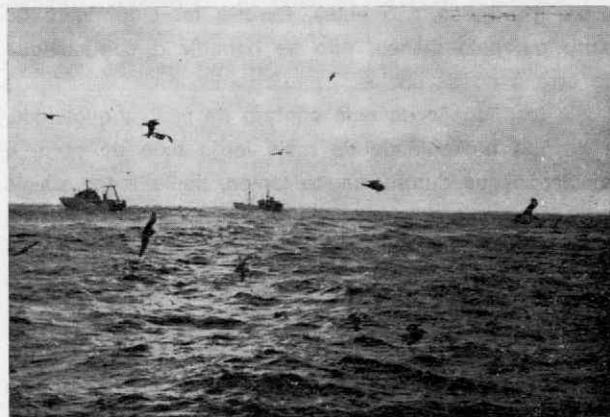
45 navios de linha — 25 532 Tons. de Arqueação
20 arrastões — 25 401 Tons. de Arqueação

com um total de 4 142 homens, consegue um total de bacalhau verde de 51 472 toneladas, seco correspondente 38 879 tons. que atingem o montante de 402 258 contos, valor extraordinariamente relevante para a época.

Mediante estes valores que nos são legados por estatísticas mais ou menos sujeitas a vícios (sabe-se bem a adulteração sempre praticada pelo Armamento para fugir ao fisco e ao pagamento honesto do pessoal do mar), não era difícil colocar tal indústria em plano de destaque especial, mesmo primordial, pois em rápidas transferências para valores actuais rondaria os 8 milhões de contos; isto, só no que se referia à indústria em si, sem relacionamento de valores que implicavam descargas, armazenamentos, transportes, construções, reparações; **um mundo de actividades em redor de uma mina que se não soube explorar por crenças de inegotabilidade.**

A pesca do Bacalhau é uma laboração que, pela espécie que captura e seu habitat, pelo esforço e sacrifício que exige daqueles que se doaram a tal faina, pelos meios e artefactos rudes que são usados na captação, merece ser colocada em plano especial de distinção entre as mais violentas profissões exercidas pelo homem no seu amanho pela subsistência.

O bacalhau (*gadus callarias*) é um peixe de águas frias, ideais entre 0° e 6° graus, ora procurando baixos ora fundos, conforme a salinidade das águas e, também, devido às perseguições intensas que através de tantos anos lhe têm sido movidas; águas obedecendo a tais características só em latitudes superiores a 40° graus Norte, isto é, Terra-Nova, Labrador, Groenlândia, Islândia, Ilhas Faroës, Noruega, Rússia, Ilha dos Ursos até ao Norte do Spitzberg. Para entendidos, nem sequer será necessário fazer referência a dominância dos tempos nestas áreas; o Golfo do México e imediações despejam anualmente cerca de nove ciclones cujas trajectórias obrigatoriamente atravessam os Mares da Terra-Nova, curvando ora para o Estreito de Davis, ora para o Canal da Dinamarca, flagelando em seus trajectos Labrador e



O contraste: Popa e clássico lado a lado.

Groenlândia, outrossim Islândia, Faroos e Noruega. O estado normal de tais mares, sobretudo em épocas de inverno, as mais férteis em pesca, é de violência e agitação permanentes: ventos rudes, fechados nevoeiros, intensos nevões, temperaturas árticas de queimar, águas glaciais; claro que nestas condições, impossíveis ao homem sem resguardo, ao homem do dóri, ser-lhe-á suficiente a sobra amena dos seis, três e zero graus das águas dos «Stores» e «Fyllas» ou o rodopio traiçoeiro dos «Virgin Rocks».

Anos ricos e pobres se sucederam na pesca do bacalhau, tanto na pesca à linha, como no arrasto e compreende-se, quer pelas condições naturais que fazem ocorrer ou afastar o peixe dos bancos, quer e fatalmente, pelo castigo e perseguições intensivas que lhe eram movidas por centenas e centenas de navios.

As beiradas da Groenlândia no lustre de 54 a 58 e, todo o Labrador desde os cinquenta e dois graus norte aos cinquenta e seis também norte, em 1960, 61, 62 e 63, são marcos de fortes pescarias arrecadadas por centenas de navios alemães, ingleses, franceses, noruegueses, dinamarqueses, faroes, portugueses e espanhóis; no Labrador, há a registar as duas centenas de navios, de todos os tipos e tamanhos, dos russos, o aparecimento de polacos e romenos de um modo geral com uma maioria esmagadora de navios de arrasto pela popa, mesmo navios fábricas com o aproveitamento integral de todo o pescado e seus derivados; é a pesca racional que os portugueses ainda hoje não fazem, além do que, navios de arrasto pela popa só viríamos a apresentar o primeiro em 1966; largos anos para copiar mal, a realidade e a racionalidade.

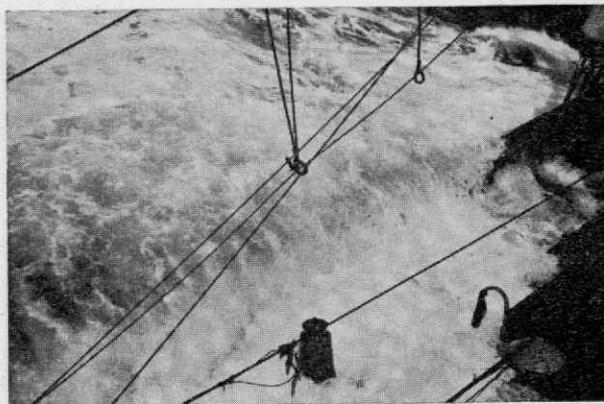
Fomos alcançados e ultrapassados por países saídos, destroçados de uma guerra quase total; não soubemos ganhar a nossa paz.

— ARTE DA LINHA

É um sistema de pesca atraente que fez uma extensa época sem grandes evoluções, mas que, em determinada altura (1933), se não antes, deveria ter sido posto de parte ou, pelo menos, não se permitir a continuidade no erro e no devaneio.

A justificação de uma captura de melhor qualidade, a illusória necessidade de mais larga mão de obra, a convicção que durante muito tempo, iludiu responsáveis crentes de uma soberania impossível nos mares onde os navios de linha pretendiam impor o seu ultrapassado processo de pesca, iriam levar a indústria a um lugar humilde, num pretensu equilibrar com similares estrangeiras.

No frágil bote de pouco mais de dois metros, aquele solitário pescador, de pé, como dedo especado a apontar o infinito, Deus se possível, era a imagem de um conde-



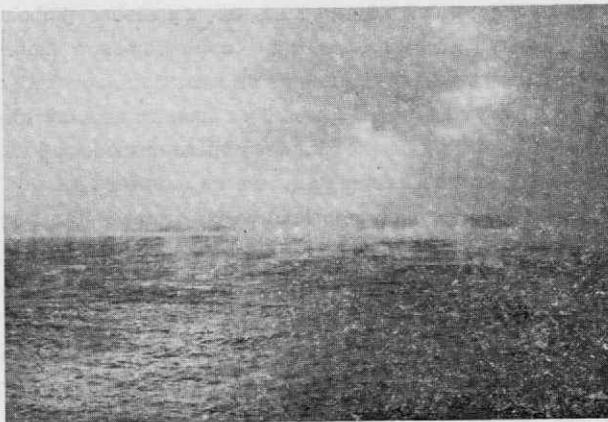
O mau tempo por aqueles mares de Oeste, mares dos bacalhaus é uma constante.

nado contra quem é cometido erro judiciário e, no derradeiro momento de seguir para a expiação sem culpa, inconformado, mas impotente, aponta silenciosamente na direcção do seu impávido juiz; mas também lembrava o poder de um soberano, senhor de um feudo, ao qual arrancava pela força dos braços, da experiência e da sorte, o sacio das bocas ávidas que lhe haviam ficado na pátria distante.

Quantas vezes na hora do arrio, ainda não despontara a aurora, no momento do «cai n'água» por manobra apressada, que se estabeleciam despiques, se arriava mais à proa ou à ré e o bote abicando chegava a meter água; então era ouvi-lo, uma mão agarrada ao teque, em defesa, não fosse o diabo tece-las mesmo ali, à beira do navio, entre blasfémias e imprecações, invectivar, sem distinção os que ficavam a bordo.

— Olhem que desta embarcação, sou eu o Capitão! Aqui, mando eu!

E daí a pouco, arrumado o «estrafêgo», de vela em cima ou a remadas vigorosas, era vê-lo sumir-se no horizonte por vezes a tais distâncias que nem binóculos categorizados o iam buscar; lá ia, ora sobre águas plácidas ora, a maior parte das vezes, sobre mar revolto, lá ía, em boa ou má hora, à sua sorte, em demanda do seu pesqueiro, numa detecção irreal apenas orientada por um sexto sentido que teimava em pertencer aos eleitos, aos especiais, às primeiras linhas; depois, «poita» no fundo, a um e outro bordo sua linha de dois anzois cada, iscados de capelim, sandilho, carne de gavinha, pombaleta ou cagarra, à falta, buchos do próprio peixe, era vê-lo, esquecido, por largas doze horas encurtando e alongando braços num intento de engano e engodo ao peixe que viria a morder, se calhasse; e, quando o peixe não tinha fome, queria brincar e a zagaia era o brinquedo traiçoeiro e mortal que o pescador lhe oferecia. Pelas muitas da tarde, se as condições, tantas vezes escondia a traição, não obrigavam a uma chamada antecipada e urgente, lá regressavam eufóricos, ocultando o cansaço uns, desiludidos, vitupe-



Um dia de 35 graus negativos. Pesca quase impraticável.

ricndo tudo e todos, esmagados por um estéril amanhã, outros. A canseira porém, não ficava por ali; engolidos o prato do feijão e a meia caneca de vinho baptizado, quinze ou vinte minutos apenas, esperavam-nos as mesas de trote e escala e o porão onde cresciam canjas e hinos numa obcecação de alargamento do sal.

Era e foi esta a rotina árdua de uma campanha de pesca do bacalhau nos navios de linha: em labuta e esforço, que não em resultados, o dia de ontem igual ao de hoje, este igual ao de amanhã, se mar e tempo permitissem; seis e mais longos meses de canseira num prosseguir de consumo de vidas cujos sonhos eram alimentados pelo sal do mar e das lágrimas; anos seguindo anos, em partidas com e sem regresso, lustres decênios ofertados à exigência do subsistir; até 1960, pelo imperativo da manutenção, depois, pelo ameaçar de uma guerra inglória e injusta.

Naturalmente, que numa arte tão antiga e que se mantinha, algumas inovações iriam ser admitidas mais por força da explosão progressiva que dominava o mundo do que, propriamente, pela exigência dos responsáveis; também vultuosos interesses subjacentes à campanha da modernização estiveram quase sempre em jogo; a introdução do «long-line», impôs o isco-sardinha, cavala, lula, capelim e consequentemente a instalação de câmara frigorífica para manutenção desse isco; a actualização das pontes devida ao sucesso electrónico, criou disputas e imposições que chegaram ao escândalo; engenhos mecânicos de maior potência, permitiram trabalho mais fácil e mais rentável, mas foram pressionamento constante de agentes e fornecedores interessados, muita vez intercessores de gerências sequiosas de proveitos próprios.

Dessa onda de lucros de todo o género, só o pescador não colheu dividendos, ou melhor, o lucro auferido de uma aparente facilidade de trabalho para uma maior captura, de modo nenhum permitia a cobertura de um maior esforço e risco no amanhã; é que, alar uma linha de 50 metros com dois anzóis, era bem diferente

de alar um trol com 1300 metros e mais de 750 anzóis; submeta-se agora o aparelho à contingência do peixe engatado e veja-se a diferença; o mais grave porém, sobrevinha quando surgia uma chamada inesperada, devida às más condições que se avizinhavam; ou optavam pelo corte puro e simples do trol, perdendo aparelho, esforço e peixe e, claro, soldada ou, correndo gravíssimos riscos, tentavam a chance de sua recolha, jogando fazenda e vida; este funesto dilema muitas vidas consumiu.

Não foi pois de estranhar que o decorrer dos anos, já pelo arcaísmo do processo, já pela dificuldade cada ano mais acentuada de conseguir pescadores de nível para a modalidade e sobretudo, porque a tentativa das redes de emalhar, menos dependentes das condições de mar e tempo, ao fim e ao cabo mais rendosa, menos exigente de especialização e menos sujeita à contingência de sorte e perigos, motivasse a opção pela experiência positiva das redes.

Hoje da «White Fleet» como terranovenses a crismaram e entre estrangeiros era conhecida, restam os navios adaptados à nova modalidade, uns com lanchas bem equipadas e possantes que arriam, lançando estas milhares de redes que chegam a cobrir áreas de 100 milhas quadradas, outros em operação própria, para o que estão equipados com hélices à proa e à ré para facilidade de manobra, ocupando também similares porções de mar.

O preparo do peixe a bordo, porque tais navios permaneceram de um modo geral fieis à salga, é o mesmo de sempre: a esventação (trote), o partir de cabeças, a escala e finalmente a salga. Pelos sistemas, a qualidade de peixe na linha, no long-line e nas redes de emalhar é, regra geral, boa.

Da arte da linha de mão, quando passámos pelos navios que a adoptaram tentando futuro nesse ramo, isentando-a do seu carácter compulsório como meio de ganhar a vida, do destemor porque eram encarados os perigos que a rodeavam, ficou-nos o sabor do entusiasmo desportivo que oferecia.

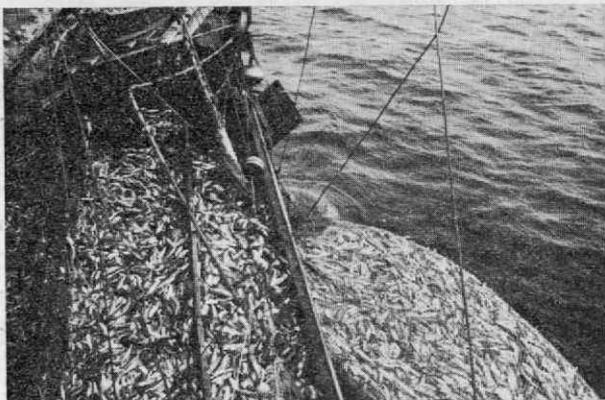
Foi, a todos os títulos, uma das mais atraentes, embora verberada, experiência porque passámos na vida profissional do mar e dela guardamos recordações prenhes de tragédia, respeito e exaltação.

— ARTE DO ARRASTO

Entre nós, como já foi dito, adoptou-se esta arte há 4 anos. Tendo por base e princípio o reboque de uma rede pelo fundo, rede indicada para as espécies demersais de que o bacalhau é exemplo e está em causa no presente trabalho, atingiu o seu apogeu de produção, a nível mundial, pelo decénio de sessenta para o que muito contribuíram riqueza de bancos, introdução de uma gama vasta de equipamento electrónico, criação

de fibras sintéticas muito fortes para as redes e aperfeiçoamento de cabos, ferragens e materiais indispensáveis ao bom armamento de um aparelho de pesca completo.

Lógica e naturalmente que, pela destruição que vem trazendo à fauna e flora dos bancos, mais tarde ou mais cedo haveriam de conduzir a migração e refúgio das espécies para zonas e águas inacessíveis à faina, ao empobrecimento e até esgotamento dos bancos, se medidas capazes não fossem tomadas; era porém o sistema



Virando sacos de uma boa sacada de bacalhau.

que se impunha, em segurança não isenta de perigos, em eficácia não sem objecções, em rentabilidade passível de alternâncias.

Mesmo entre nós, seguindo na cauda de uma progressiva evolução se introduziram inovações, filhas, sobretudo, de informações e observações colhidas pelos nossos Capitães-Pescadores junto de frotas estrangeiras.

Mantendo o tradicional arrasto lateral, só em 1965 foi dado o primeiro passo na alternância para o sistema de arrasto pela popa com a construção do «Cidade de Aveiro».

A nova unidade além do sistema que tão bons resultados apresentou e das referências a todos os títulos lisonjeiras que são referidas por todos os tripulantes, dadas as melhorias também introduzidas nas instalações das tripulações, quase não representa marco importante na evolução do arrasto. Mesmo sabendo e repetindo-se, as dificuldades criadas ao sistema clássico lateral, pelas condições, mar, tempo, gelos, o maior risco corrido pelas tripulações ante a obrigação de um trabalho totalmente exposto às intempéries nas manobras a que um arrastão clássico é sujeito ao largar, ao arrastar, ao virar na submissão e esses condicionalismos naturais atrás citados, não se verificou aquele movimento de aplauso e incremento que todos esperaríamos para a nova modalidade.

Não vamos entrar no domínio das técnicas que militavam em favor da opção arrasto-popa por não ser esse o carácter a imprimir ao presente trabalho; como

se vem decorrendo, foram mais as impressões globais que nos feriram, sobre as quais continuamos a manifestar-nos.

A arte arrasto, vem trazer um aumento de produção mais que suficientemente manifesto, para se poder aduzir de todas as suas vantagens. Assim compare-se:

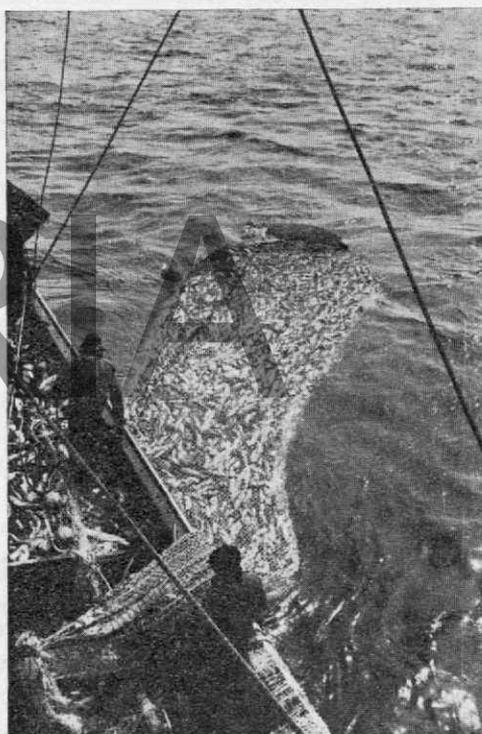
1936 — 50 navios de linha — 1 arrastão clássico — 13 000 Tons.

1941/42 — 45 navios de linha — 3 arrastões clássicos — 15 257 Tons.

Com uma redução de 5 navios de linha e apenas o acréscimo de mais 2 arrastões, um aumento de 2 257 Tons.

1950/51 — 45 navios de linha, 20 arrastões clássicos 49 000 T. com os mesmos navios de linha e mais 17 arrastões, 33 743 Tons.

Foi bem evidente e significativo o aumento de produção e não exige mais comentários.



1967. Bom ano de pesca. Arrastão Clássico com uma boa sacada de bacalhau à borda.

1960 — 47 navios de linha, 25 arrastões — 60 000 Tons.

Mais — 2 navios de linha, mais 5 arrastões — 11 000 Tons.

1967 — 31 navios de	$\left\{ \begin{array}{l} \text{madeira} \quad 13 \\ \text{ferro} \quad 18 \end{array} \right\}$	$\left. \vphantom{\begin{array}{l} \text{madeira} \\ \text{ferro} \end{array}} \right\}$	Total — 75 000 Tons.
linha			
33 arrastões	$\left\{ \begin{array}{l} \text{clássicos} \quad 27 \\ \text{popa} \quad 6 \end{array} \right\}$	$\left. \vphantom{\begin{array}{l} \text{clássicos} \\ \text{popa} \end{array}} \right\}$	

Menos 16 navios de linha, mais 2 arrastões clássicos e o acréscimo de 6 popas — 15 000 Tons.

Pelos dados anteriores se verifica o acentuado incremento na produção, com a introdução, primeiro, de arrastões clássicos em substituição de navios de linha, depois, a preferência para os arrastões-popas, acentuadamente significativa.

Em 1979 fazem a campanha de pesca:

Arrastões popas:

Praça de Aveiro	2
Perde-se o «Cidade de Aveiro»	
Praça de Lisboa	3

Arrastões clássicos:

Praça de Viana do Castelo	4
Praça de Aveiro	14
Praça de Lisboa	5

Polivalentes: (Arrasto e redes de emalhar)

Praça de Aveiro	2
---------------------------	---

EVOLUÇÃO

EVOLUÇÃO LENTA; CONSERVANTISMO E INDEFINIÇÃO; MEIOS E INSUFICIÊNCIAS; ESTAGNAÇÃO.

De um modo geral, à medida que fomos expondo o que mais nos chamou a atenção durante a longa experiência de pesca, que foi nossa profissão, sem nos quedarmos na pormenorização, no rigor técnico ou na explanação dilatada que certos assuntos requeriam, seguimos a linha crítica imediata e adequada ao assunto em causa sem a preocupação de um ordenamento que um trabalho pedagógico sempre exige.

No presente capítulo pretender-se-á, em síntese, balancear o disperso pelos capítulos anteriores destacando o positivo e o negativo de um triénio piscatório fértil em flutuações de todo o género e número.

Os governantes anteriores ao 25 de Abril estabeleceram como marco histórico no revigoreamento da indústria da pesca longínqua do bacalhau, o ano de 1936; foi a partir desse ano que a organização corporativa das pescas pretendeu planificar e estruturar bases e condutas a seguir; com mais aparato do que efectividade se deu seguimento ao projecto.

Sobre a Europa, onde se localizavam os países mais evoluídos na pesca, pairavam sombras densas e um movimento de recessão despontava no campo das pescas longínquas em preferência à construção e ao desenvolvimento de navios de guerra, comércio e transportes. A neutralidade de Portugal nos conflitos que iriam

estalar poderia ter oferecido azada oportunidade de impulso relevante e ordenado nesse campo industrial de vastas possibilidades e largas promessas.

Não há dúvida que se verificou um surto de crescimento, passaram a merecer atenção e crédito as gentes do mar, imprimiu-se à organização um carácter atestador das potencialidades de uma governação estilo empolado e retumbante, fiel à linha política definida e imposta. Será justo reconhecer-se que merece atenção e valimento uma organização cujo cômputo económico se iniciava em 1935/36 com uma produção que equivalia a 11 % das necessidades de consumo do país e 30 anos depois (1965) para a mesma satisfação interna o valor de 70 %; Houve, na realidade, crescimento na frota e respectivas capturas sobretudo, com a adopção e acréscimo do arrasto.

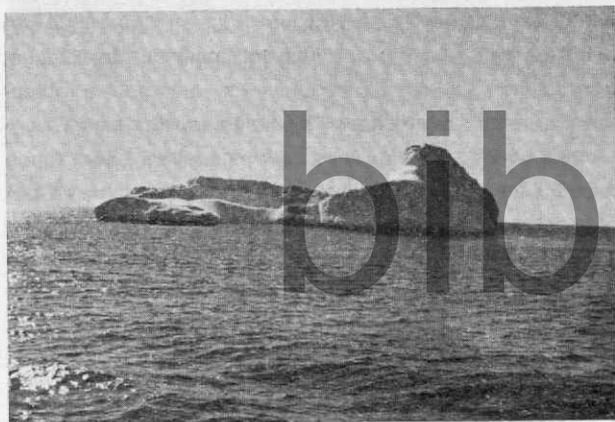
Até onde se poderia ter ido entretanto, é interrogação que não oferece dúvidas a quem viveu essa época dentro do círculo dessa indústria pesqueira, a quem observou as fartas possibilidades abertas e ofertadas, a quem por experiência directa e cuidada não escapou uma promessa que poderia ter-se transformado numa realidade e que nunca se furtou dentro das limitações impostas pelo sistema à época, tal como outros colegas, a proclamar os caminhos imediatos a seguir e objectivos urgentes a alcançar. Mas não, quedados na contemplação da própria obra, em narcisismo que rotula e define bem um programa governativo que teimava por egocentrismo omnisciente e onipotente em erros e omissões, descuraram a oportunidade embarcando em sonhos quinhentistas.

Às prenhes velas dos lugres, apenas faltavam impressas em destaque as cruces de Cristo da era epopeica; depois, como justificação de um conservantismo fanático e incompreensível que imprimia a continuidade numa senda errada, a preferência não oculta, por meios, processos e acções que viriam a ditar o atraso em que persistimos mesmo a despeito de um equilíbrio notório atingido no plano interno.

A insistência na pesca à linha mesmo a despeito das transformações que sofreram navios, meios e processos, descurando a competição futura que era forçoso admitir, as limitações que iriam nascer mais cedo ou mais tarde, a evolução incompatível com futilidades e obstinações, tornou-se ponto assente, premissa de um desígnio a aceitar e a cumprir. Também no arrasto, como já foi dito e se repete, durante cerca de 20 anos, isto é, até 1965/66, nos mantivemos fiéis ao tipo do primeiro arrastão clássico «Sta. Joana», numa prova de mentalidade conservadora totalmente reprovável. Claro que também nesta arte foram introduzidos melhoramentos mas, pelo carácter compulsório que dominava o embarque e comportamento das tripulações sob coacções e regulamentos de pesca ditatoriais até 1960 e, daqui até

74, tornadas então vítimas duma alternativa de fuga e medo, não existindo qualquer espécie de reacção mas aceitação tácita, a evolução positiva, a introdução de novas e diferentes unidades e técnicas, a actualização imperiosa da frota não surgiram, subvertendo-se o programa que se impunha.

Entre 1945, fim do grande conflito que ocupou as nações e 1955, é o despertar em ritmo sempre crescente, em número e qualidade, das frotas desses outros países também virados à riqueza que é a pesca. Saídos duma guerra total, primeiro carecidos de saciar as bocas esfomeadas das suas gentes, depois ambicionando as divisas que uma matéria prima gratuita lhes poderia oferecer, imediatamente cuidaram de aumentar e aperfeiçoar as suas frotas e navios de arrasto, e assiste-se então, ano após ano, ao aparecimento de unidades sempre diferentes, numa ânsia de atingir o melhor para mais fáceis e maiores capturas, à evolução dos navios correspondendo uma actualização nos sistemas e auxiliares da pesca; entre todos se destacaram alemães, ingleses e polacos com navios, por vezes revolucioná-



Um dos «Companheiros» habituais nas águas do Lavrador, Terra Nova e Groenlândia (Iceberg).

rios. Nem um só dos países se apresentou na pesca do bacalhau na Terra-Nova, Groenlândia, Islândia ou Noruega com qualquer tipo de navio semelhante aos navios de linha portugueses. Nós porém, a despeito das amostras e da evolução, repetimos e persistimos.

Em 1955 há já em pesca nos bancos navios de arrasto pela popa; só dez anos depois, quando todas as nações interessadas na pesca do bacalhau haviam já optado pelo sistema arrasto-popa ensaiavam redes pelágicas e semi-pelágicas, optavam pelo sistema prático rentável e racional do aproveitamento integral das espécies capturadas, da congelação e frigorificação, a velha frota portuguesa dá o primeiro passo com o arrastão «Cidade de Aveiro»; quanto à congelação generalizada entre arrastões-popas construídos depois de 1965, será preciso esperar até 1976 para se operarem mudanças radicais.

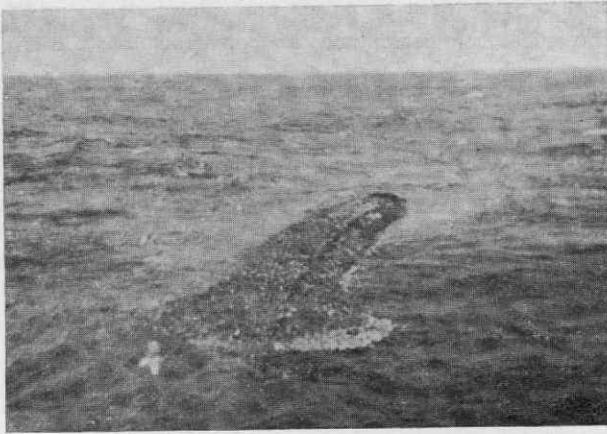
Infelizmente, neste ano de 80 ainda há navios-popas a transformar a capacidade congeladora e armazenadora que, em 1975 se cifrava por um máximo de 400 toneladas, entre os que tinham congelação. Também alguns de arrasto lateral enveredaram pelo congelado, mantendo-se ainda uma maioria fiel à salga e, por tal, unicamente votados à pesca da espécie bacalhau, isto é, desperdiçando toneladas e toneladas de outros peixes numa altura em que nos debatemos com problemas de quotas, limitações e inspecções impostas pelos países ribeirinhos, senhores de bancos e pesqueiros que antes, demandávamos livremente, não soubemos explorar como se impunha e continuámos a frequentar num desrespeito às leis naturais de que nada se deve desperdiçar, numa natureza de recursos a minguar acentuadamente, o que tantas preocupações causa conforme comunicam os organismos que regem o consenso das nações.

É difícil encontrar uma explicação e justificação aceitáveis para a evolução lenta observada na nossa frota bacalhadeira quando estabelecido o confronto com similares estrangeiras, como é difícil aceitar a dúvida da sua rentabilidade desde sempre, face ao crescimento e vulto que tomaram as empresas que à indústria se dedicavam. O surto de crescimento de armazéns, secas, câmaras frigoríficas, oficinas, estaleiros, observando ao longo dos cais bacalhoeiros do porto de Aveiro, falam por si e atestam o florescimento através de sempre, dessa mesma indústria a despeito das lamúrias de mais de meio século das sociedades e gerências, que, desse modo, sempre têm procurado iludir os mais directamente implicados na exploração: Os pescadores e trabalhadores da pesca.

Desde sempre, a indústria da pesca do bacalhau constituída em império e empório restringido a pequeno círculo de bafejados por herança ou compadrio, tem vindo a afastar poderosos interessados na admissão a ela numa prova mais que suficiente de não desejar repartir dividendos.

Dos nossos dias, numa arrogância herdada de muitos anos de posse e senhoria, atente-se no descaro com que são divididas as quotas atribuídas pelos países detentores dos pesqueiros, a Portugal; **se é um quinhão ofertado à nação Portuguesa, porquê ao critério de um grupo — Associação de Armadores — a sua divisão e não ao organismo próprio do governo, eleito e credenciado pelo povo?** Mas tudo foi sempre assim e continua a ser em Portugal; o povo outorga foros a escolhidos e depois é um grupo reduzido e fechado, armado de esporões, que põe e dispõe; por tal motivo, os erros e atropelos sucedem-se e depois, arca o país com o nefasto dos resultados.

Numa apreciação honesta que se impõe, falta recapitular em síntese o que foi feito e nos foi legado no sector humano durante o período de 1936/74. Com os



«Boiou!» Mais uma grande sacada de peixe vermelho (Red-fish) vulgo «comunista...» para deitar fora!

defeitos e erros inerentes a projectos e obras que primavam pelo aparato da fachada, **será justo lembrar a obra da Junta Central da Casa dos Pescadores no campo da assistência no mar e em terra; aqui, com creches, asilos, escolas, postos clínicos, maternidades e bairros económicos para pescadores, acolá, com o devido apreço à ideia, a obra de apoio dispensada pelo n/ Hospital «Gil Eanes» mandado construir para auxílio à frota de pesca e na instalação dum centro de convívio para pescadores, quando à terra fossem, em St. John's da Terra-Nova.**

Se é certo que em tão longo tempo, 44 anos, não foi montada uma indústria como se impunha, o que teria sido fácil dada a abundância, o preço e a liberdade de exploração da matéria-prima, antes se procurando dentro e além fronteiras a projecção de uma obra que evidenciasse a capacidade pretenciosa duma governação, sobrar-nos-á a pergunta para a qual ainda não achámos resposta que não seja a continuação de acérrimas críticas: **e depois de 1974?**

Dois e três anos depois, uma natural e admissível confusão, nada a organizar, nada a construir, nada a solucionar porque era necessário primeiro, observar e apreciar o bem supremo que é a liberdade, depois... a filha desta, a democracia. Mas depois?

Nos domínios da governação, a incompetência, no campo das realizações, a estagnação, no âmbito das possibilidades, o desinteresse.

É certo que as unidades de trabalho, com a soberana indiferença de sempre, em heterogénea mistura, linha, arrasto-convencional e arrasto-popa, numa fidelidade ao saudosismo onde os portugueses são pródigos e numa retração ao progresso a que são avessos, os navios, lá vão indo e vindo, ora carregados uns, os congeladores, em cumprimento de uma profecia que só agora se fez opção, meias cargas e menos os salga-dores em obediência ao paladar de gerações que não

dispensam o fiel amigo mas, bastará o vai-vem desses portadores de riqueza para justificar a falta de uma planificação com vista ao futuro?

PERSPECTIVAS FUTURAS

Todas as questões antes abordadas, mais ou menos superficialmente, dada extensão que um estudo técnico-crítico envolveria e exigiria deixaram, entretanto, ficar por demais evidente, a mediocridade directiva e governativa dos responsáveis pela pesca longínqua do bacalhau especialmente de 1936 a 1974. Erros sobre erros se amontoaram e, ainda que se julgue ser injustificável a crítica fácil à distância, embora o relembrar de erros cometidos seria muitas vezes para reflectir sobre eles, não os repetir e, sobretudo emendar, vale-nos pelo destaque que vai imprimir à conclusão a que poderemos chegar no apreço à obra depois de 1974.

Antes a senda errada que se alicerçava na onisciência e onipotência de um senhor e sua corte de aduladores, depois, por um lado, a ignorância dos escolhidos ou impostos para certas cátedras, por outro, a insistência e manutenção de uma continuidade podre.

Antes de 74 cuidou se do presente com os olhos no passado; depois de 74, nem passado, nem presente e, que futuro?

São volvidos seis anos sobre o 25 de Abril.

Aceitamos que os primeiros dois fossem de euforia e instabilidade. Mas depois, que novas e seguras directrizes para a pesca longínqua do bacalhau?

Numa planificação que se impunha e que nunca, por princípio, para não regressar aos erros do passado, poderia dispensar a presença de homens experientes e sabedores ligados ao ramo — que os havia — seria apreciada toda a polivalência que a pesca exige; primeiro, a matéria-prima, onde ir por ela e as negociações que tal implica; segundo, os meios e modos de exploração; terceiro, tratando-se de um bem comum e indispensável a todos os portugueses, a sua distribuição justa de fronteira a fronteira, sem interferência de terceiros, um cancro que persiste na sociedade portuguesa.

Não se esconde a complexidade da questão quando depois fosse diferenciada, os impedimentos e protestos que se levantariam, possivelmente e, como se verifica em outras questões, doutros e sabedores políticos em fecunda oratória fazendo cair o «Carmo e Trindade» pelas melhores soluções que um seu grupo ofertaria.

Mas era assim, que teria de iniciar-se uma nova etapa na pesca longínqua; e a verdade é que, houve uma tentativa!

Fracassou, mas fracassou por impedimentos que se chamaram incompetência, medo e desonestidade.

Não há dúvida que é difícil, quase impossível, vencer tais barreiras mas, se ao menos a última for contrariada, é meio caminho andado, é revigor, é meta à vista.

Perdeu-se a oportunidade e agora, com os impedimentos que são levantados ao direito da livre pesca de antanho, zonas económicas alargadas, quotas reduzidas, direitos de inspecção e fiscalização quase permanentes a redes e pescado, limitação de áreas de faina, impostos sobre peixe pescado, além das onerações que sobrecarregam a indústria agora, que possível e razoável solução para vencer uma crise que se adivinha? Sim, crise de produção e crise de trabalho, esta última porém, muito mais a ponderar e exigir solução capaz e imediata, quando chegar.

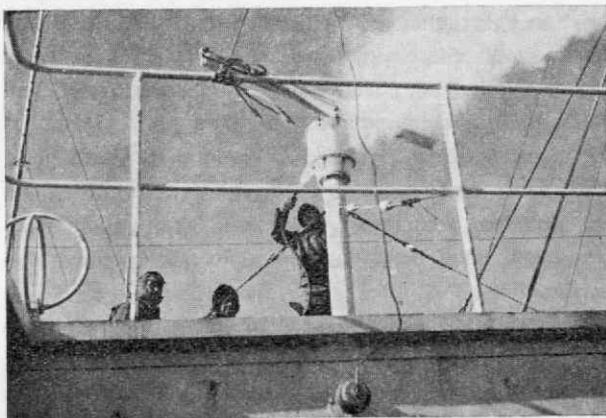
A hipótese reconversão, possível e até relativamente fácil noutra tipo de indústria, surge aqui, numa exploração que absorve e transforma caracteres intelectuais e morfológicos, como mézinha ou panaceia curativa para atavismo que o homem do mar, especialmente o pescador, herda e, por isso de total rejeição. Para homens habituados ao anzol, à rede a amanhar, escalar, filetar, salgar peixe, com dez e mais anos de mar, trinta ou quarenta de idade, que nova profissão e que nova adaptação? Fazer deles emigrantes, à boa maneira do passado, quando obrigatoriamente, em alternativa se sujeitavam às sete viagens ao bacalhau, sem remuneração compensadora, entretanto se profissionalizando e bem, para depois ir dar o seu melhor em continuidade no mar a alemães, canadianos e franceses?

Colhemos pessoalmente os malefícios dessa errada política corporativa e não advogamos soluções que preconizem mutações profissionais, a não ser que se pretenda pagar bem uma má produção. Esta seria a tentativa de aparente fácil solução.

Para a de difícil, mantendo a continuidade da indústria optaríamos em nosso ponto de vista:

1 — Imediata transformação de todos os navios salgadores que o merecessem, em congeladores; novas construções a substituir os abatidos.

2 — Conversações de elevado nível, conduzidas ou assistidas por técnicos capazes, independentes da cor



O «scanner» do radar devido à acumulação do gelo parou. Tem que se proceder, com vapor ao seu descongelamento.

política, com todos os países possuidores de expressão portuguesa com costas ricas em peixe, incluindo o Brasil.

3 — Manter conversações actualizadas com o Canadá e Noruega com vista à absorção total das quotas que hoje nos são atribuídas por esses países, tendo em vista o futuro com uma recuperação dos bancos e possível aumento de quotas. Recuperar através e directamente com a Groenlândia e a Dinamarca a quota perdida nas costas da primeira.

4 — Estudo imediato de sociedades mistas, com abstenção dos lucros fabulosos a que armadores e armazenistas estão habituados, em vista à manutenção dos postos de trabalho; incremento à marinha de pesca e proibição do abate de navios, como já se preconiza.

5 — Pelo Governo: bonificação devidamente fiscalizada à indústria, redução de preço do gasoil para os navios, isenção do imposto sobre o pescado, revisão de seguros, comparticipação em novas construções.

6 — Estruturação dum Secretariado das Pescas que dependa única e exclusivamente do Secretário das ditas assessorado por um Conselho Técnico de comprovada competência e experiência — Oficiais da Marinha Mercante especializados nas pescas.

7 — Criação na Escola Náutica de cursos de especialização em Construção Naval e Pesca, Gestão de Empresas de Pesca, Negociações de Pesca a nível internacional, técnicos da indústria conserveira delegados junto de indústrias afins.

8 — Obrigatoriedade de admissão pelas Empresas, Sociedades e Organismos dos técnicos estabelecidos em 7.

Não julgamos, nem ambicioso nem complexo o plano, em linhas gerais, apresentado anteriormente; talvez sim, tardio.

Não posso eu impô-lo mas todos poderemos trabalhar no sentido da concretização deste ou de um similar.

Até hoje não me foi dado conhecer para a pesca qualquer estruturação e quanto à chamada de homens abalizados não consta e nem sequer aos Capitães — Pescadores são pedidos relatórios concernentes à pesca, onde se buscassem opiniões, críticas, ideias construtivas; no passado era obrigatório, hoje nem facultativo porque se não deseja o diálogo que tanto se preconiza ou preconizou. Longo e talvez fastidioso se tornaria o conjunto de observações que acabamos de relatar se nos quedássemos em enumerar dados e técnicas, em transcrever estatísticas ou diagramas que obrigariam a longas pesquisas; rebuscamos na memória e nos muitos apontamentos que para sempre ficam e sobram ao homem do mar.

Lisboa, 6-5-1980.

Algumas notas sobre o "Edifício do Governo Civil de Aveiro"

Por Eduardo Cerqueira

No primeiro decénio deste século em que vivemos e se encaminha do fim, Aveiro sofreu uma das suas grandes transformações — eu diria urbanísticas se então já se usasse o termo — e subsequentemente a uma das obras que maior e mais lata celeuma desencadearam alguma vez.

E muito para além do âmbito local, de que desbordou largamente. Para altos páramos, como os do próprio trono, já que haverá atraído a intervenção, oculta mas persistente, da própria Rainha D. Amélia, que tomou o partido da facção aveirense mais conservantista. E, ao mesmo tempo, como suscitador da pena acerada e tersa de Ramalho Ortigão. Aliás, corre por aí um folheto defensor da integridade do edifício conventual carmelitano, com o expressivo título de «Brado a favor de um Monumento». Foi editado sem nome do autor, mas tudo faz crer que seja da autorizada autoria de **Marques Gomes**, que tomou frontal posição contra a amputação do extinto convento de S. João Evangelista — que a pertinácia inabalável de Gustavo Ferreira Pinto Basto viria a consumir, no segundo lustro desta centúria novecentista.

Vão já passados mais de setenta anos. Uns três quartos de século, bem contados.

O Dr. José Maria Barbosa de Magalhães, desde que assumira a presidência da comissão executiva delegada da Junta Distrital (organismo autárquico a que logicamente o problema especialmente importava) fez persistentes e esclarecidos esforços para que nas ruínas do Palácio do Visconde de Almeida se erguesse um amplo edifício para a instalação, em conjunto, das principais repartições de feição distrital, a contar da própria Junta.

Este palácio fora começado por iniciativa de Manuel de Sousa Ribeiro — que na ocasião da elevação de Aveiro a cidade, em 1759, era um aveirense proeminente. Iniciou-o em meados daquele século, mas não concluiu a edificação do majestoso imóvel projectado.

Prosseguiu-a Sebastião José de Sousa Pizarro — cavaleiro da Casa Real, cavaleiro professo da Ordem

de Cristo, oficial de cavalaria e juiz da Alfândega de Aveiro — cidade onde, a 8 de Abril de 1793, casou com D. Inês José da Silveira de Sousa Magalhães, «senhora de grandes haveres e ilustre renome», segundo escreveu o citado Marques Gomes, a cujos informes nos arrimamos mais uma vez nesta circunstância.

O palácio do Visconde de Almeida — como era conhecido no último terço do século passado — ocupava precisamente a área do edifício para as repartições públicas do distrito, que, mercê da perseverança do Dr. José Maria Barbosa de Magalhães, veio a erguer-se e do que lhe sucedeu, e persiste no local, como um dos mais avultados da cidade, ainda hoje.

Foi erguido, esse palácio desaparecido, sobre anteriores pertences do que fora, dentro de muros aveirenses, o palácio dos Duques de Aveiro, espaço supervenientemente ocupado, em grande parte, pelo chamado Convento das Carmelitas, da invocação de S. João Evangelista.

Foi o corte deste — para dar motivo à avenida então rasgada e que, antes de ser chamada a Praça de Marquês de Pombal, esteve, sob a égide de um dos influentes Melos, de Águeda — que, quando, repetimos, Gustavo Ferreira Pinto Basto, em meados da primeira decúria deste século, ocupava fecunda e operosamente a presidência da Municipalidade Aveirense, levantou a acesa controvérsia, de âmbito nacional a que atrás nos referimos.

Desse edifício, precisamente de topo, saíria o que ainda hoje, embora mais despido de árvores e canteiros é ainda um dos principais logradouros aveirenses — a mencionada Praça de Marquês de Pombal, topónimo que vem das mudanças efectuadas quando do advento do regime republicano.

Encostava ao pano de murachos que passava no local, e que ia desde a porta de Rabães (?) à de Vagos — fronteira ao actual Jardim Público.

Foi, para o efeito, concedida licença régia, que permitia, mesmo no espesso lanço da cintura aveirense, a abertura de janelas. E nesse diploma régio, aliás, punham-

-se em evidência os relevantes serviços prestados pelos edificadores do tão considerável imóvel, que dava ao acanhado local do velho Terreiro das Carmelitas, uma nova e maior dignidade.

Todavia, nem o aludido Sousa Ribeiro, nem, depois Cardoso Pizarro, conseguiram concluir a volumosa construção. Esta seria continuada e concluída pela sobrinha do primeiro e filha do segundo, D. Benedita de Sousa Pizarro — 1.ª Viscondessa de Almeidinha, pelo casamento que efectuou com o coronel de cavalaria José Osório do Amaral Sarmento, que foi agraciado com esse título, em 1842, por D. Maria II e teve em Aveiro um influente papel, social e político.

O edifício a que vimos aludindo, segundo o mesmo infatigável e prestimosíssimo aveirógrafo, era «de uma arquitectura severa, mas elegante». (1) Possuía «magníficas salas, todas bem decoradas», nas quais se efectuavam memoráveis e luzidas festas, de grande concorrência e elegância».

Nessa vultosa construção hospedou a Viscondessa de Almeidinha a Rainha D. Maria II, quando esta, em 1852, visitou Aveiro — e, ainda então, recebeu, simbolicamente, as chaves das Portas da Ribeira, que Ribeira se chamava ao actual e pretensiosamente denominado, ao sabor veneziano paradigmático, o Canal Central.

A distinta senhora aveirense esmerou-se ao máximo das suas capacidades e preparou o palacete para tão honrosa visita, segundo o mencionado, e tão digno de confiança, historiador aveirense, «com o mais requintado bom gosto e riqueza, sendo então afirmado por todos, que ninguém melhor do que ela poderia ou saberia fazê-lo.» (2)

No frontepício do palacete, que dava para o mencionado Terreiro, sobre a porta principal, numa grande pedra, de um só bloco, e entre delicados ornatos, via-se, lavrado cuidadosa e minuciosamente, o brasão da família proprietária do grande imóvel: um escudo esquartejado, tendo o primeiro quartel partido em palas. Na primeira apresentava as armas dos Ribeiros, e na segunda as dos Vasconcelos. No segundo quartel, mostrava as armas dos Sosas e no terceiro as dos Cardosos, ficando no quarto as dos Silveiras.

O palácio do Visconde de Almeidinha, «a que estavam ligadas tantas tradições de fidalga hospitalidade e lembranças de festas luzidas e caritativas» viria a ser reduzido quase inteiramente a cinzas — já que praticamente apenas ficaram as paredes exteriores — na madrugada de 24 de Junho de 1871, e, com ele, desapareceram nesse sinistro — dos maiores de que havia memória na cidade e alfoz — «muitas preciosidades que nele havia», como diz um cronista da época.

Recordava-se inapagavelmente desse alteroso e destruidor incêndio — e algumas vezes ouvi referi-lo — o famoso jornalista aveirense **Homem Christo**, que na altura



Palácio do Visconde de Almeidinha, que ardeu na noite de S. João de 1871.

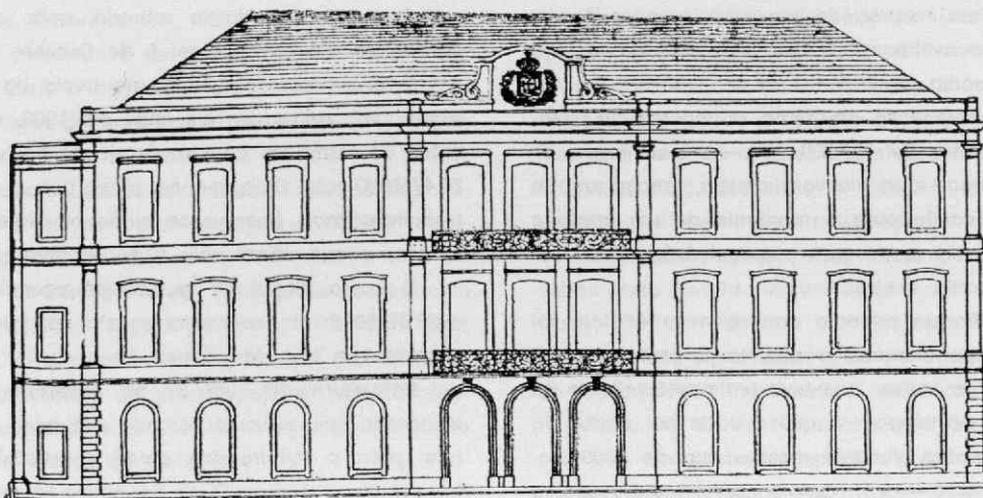
contava já onze anos, uma vez que nasceu, na Rua de S. Martinho, a 8 de Maio de 1860. A impressão inesquecível e do pavor infantil causado pelas chamas devoradoras, e a consciência das irreparáveis perdas que se estavam registando, e se estava presenciando, estampava-se, flagrante, em todos os rostos dos angustiados espectadores. Apenas o mais directo e profundamente afectado, segundo o testemunho do veemente panfletário, o próprio Visconde de Ameidinha — que, depois, transferiria a residência para uma mais modesta dependência do palacete, para onde se passava por um arco e que era na área hoje ocupada pelo Palácio da Justiça, se subtraía a essa geral emoção.

Fumava o seu charuto, com uma aparente tranquilidade, que a todos causava viva impressão, e admiração pelo autodomínio que patenteava. O fidalgo que se habituara a delapidar largas somas no desprezo dos bens materiais se calejara.

Logo em 1888, o Dr. José Maria Barbosa de Magalhães — em cujo centenário do nascimento, entre outras comemorações, se descerrou uma lápide de preito na casa onde nasceu, na rua a que foi dado o seu nome, e que fazia a área arborizada do Rossio de S. João — propôs no plenário da Junta Geral do Distrito, de que a comissão executiva, a que já nos referimos, era delegada, a construção, que muito se impunha, de um edifício destinado às repartições públicas, cuja competência abrangia aquela circunscrição administrativa.

Aproveitaria, para o efeito, um projecto de lei que concedia à mesma Junta Geral um subsídio de oito contos, que foi, aliás, aprovado por ambas as câmaras legislativas, após persistentes esforços daquele devotado e prestigioso aveirense e de outras individualidades.

A citada comissão executiva distrital acentuava no relatório que apresentou ao plenário da Junta-Geral, em



Projecto da fachada para o primitivo Edifício das Repartições Distritais.

1 de Setembro de 1888: «Têm as mesquintas paixões partidárias, se não as pequeninas invejas pessoais, levantado todos os estorvos à realização deste importante melhoramento, como se a insignificante glória da iniciativa valesse o sacrifício da sua /.../ vantagem pública». E adiantava: «A vossa comissão delegada, porém, não tem esmorecido na árdua tarefa da sua realização, certa de que presta um relevante serviço à cidade e ao d'strito.»

O local que os membros daquela comissão delegada, e em especial o Dr. Barbosa de Magalhães (Pai), como já tivemos ensejo de referir, tiveram em vista desde antes mesmo daquela data, foi o das referidas ruínas do antigo Palacete do Visconde de Almeida, no

Terreiro, que proporcionavam a área bastante para a finalidade visada.

A Junta-Geral adquiriu-os, precisamente nesse ano, pela importância de 1 400 000 reis — que hoje apenas daria para uma parte pequeníssima de um metro quadrado de terreno, naquele valorizadíssimo núcleo citadino, praticamente faceado por construções para entidades públicas.

Posteriormente, o aludido órgão administrativo, levado por premente conveniência, adquiriu também o já mencionado arco que atravessava a Rua da Sé — antes Rua Nova, e hoje do Capitão João de Sousa Pizarro — para o prédio que o Visconde de Almeida tomara — como



Edifício do Governo Civil de Aveiro — reconstrução iniciada em fins do Séc. XIX. Foi destruído em parte por um incêndio ocorrido em 18-10-1942 — Vidé Dr. Francisco Ferreira Neves, na obra «O Arquivo do Distrital de Aveiro, Vol. VIII, pgs. 283 a 286. (Vista da Praça do Marquês de Pombal).

já dissemos — em recurso de emergência, para o seu normal domicílio aveirense. E que, aliás, era ainda uma desafogada moradia.

Dispendeu com essa aquisição a importância, relativamente avultada, de 500 000 reis — o que levou as primeiras despesas que visavam aquela preconizada e importante edificação para o montante de um conto e novecentos mil reis, que agora parece irrisório, mas, na altura era bastante avultado.

A elaboração do projecto para o novo edifício foi confiada ao experimentado e distinto Engenheiro José Maria de Melo de Matos, que teve um papel saliente na vida de Aveiro do tempo — e que o daria por concluído em 15 de Setembro daquele mesmo ano de 1888.

Nesse projecto — que, depois, seria modificado e ampliado, mais de acordo com as conveniências, como veremos — o nosso edifício, que instalaria mais acanhadamente as repartições a que se destinava, cingir-se-ia a um pavimento térreo, um primeiro andar e um sótão ou mansarda. A escada, de acordo com a referência que lhe faz o mesmo Marques Gomes, tinha acesso por um grande vestíbulo, com entrada, como depois e ainda agora, por três portas, largas e altas.

Este projecto mereceu aprovação com algumas modificações sugeridas pelos membros da Junta-Geral. A obra foi iniciada, com as aludidas alterações, pouco depois. Sofreu, no entanto, diversas interrupções, especialmente por falta de meios.

Em 1 de Novembro de 1897, uma portaria ministerial passa a obra para a incumbência do Director das Obras Públicas do Distrito.

Com as novas causas, surgiram compreensivelmente, novas interrupções da importante edificação. Aliás, por determinação superior, foram introduzidas algumas substanciais alterações no projecto primitivo. Elaborou-as — ou pelo menos nelas superintendeu — o próprio director das Obras Públicas do Distrito, Engenheiro Diniz Teodoro de Oliveira.

A principal alteração foi a de substituir, e, assim, aproveitar a primeira mansarda, ou sótão, com um segundo andar — com um telhado a que davam acesso duas janelas sobre as fachadas laterais, e que em toda a volta do rectângulo permitiam divisar um amplíssimo panorama, quer da cidade quer lagunar.

O novo edifício ficaria, assim, com quarenta e dois metros de comprimento, que mantém, por dezasseis de largura. A fachada principal, como tivemos ensejo de já referir, faria frente ao Terreiro — e, mais tarde, como hoje, à Praça do Marquês de Pombal.

De arquitectura dórico-romana — conforme a designação que lhe foi atribuída na altura — apresentaria o andar térreo, na parte que enfrenta o mencionado logradouro, rusticada, e, sobre um tímpano, a encimar o andar superior, ostentava um frontão com as armas reais, cuja

coroa seria destruída, e retirada, após a implantação do regime republicano, em 5 de Outubro de 1910.

O orçamento, elaborado no início da obra, era de trinta (30) contos de reis, mas em 1902, e ainda muito antes do termo da construção, já se haviam dispendido 26 475\$000 reis. Calculava-se, aliás, que a conclusão dos trabalhos finais absorvesse ainda os vinte e cinco (25) contos, o que afinal veio a ser bastante ultrapassado.

O custo global do grande empreendimento subiria a 56 079\$875 reis, conforme consta da primeira memória descritiva a que deu origem ⁽³⁾.

Posteriormente, em 27 de Fevereiro de 1909, foi elaborado um projecto, orçado em seis (6) contos de reis, para o remate das obras e mobiliário. Foi dele incumbido o técnico Pinto de Sousa, e visou-o o Engenheiro-Director Paulo de Barros, depois muito viva e acerbamente criticado, a seguir à mudança do regime, e haveria, ao que creio, no entanto, de manter-se na gerência da Direcção de Obras Públicas, durante alguns anos.

Ali viriam a instalar-se, subsequentemente além do Governo Civil e da Junta Geral do Distrito — que se serviam de um salão único, com três altas portas envidraçadas, que davam para sacada superior às da entrada, e correspondia inteiramente à actual — as Direcções de Finanças, de Estradas e Escolar (que, há muito, se encontra num prédio alugado da Avenida do Dr. Lourenço Peixinho), a Secção de Aveiro de Construção da Junta Autónoma de Estradas e a Direcção Hidráulica do Mondego, a Pagadoria de Obras Públicas e, durante alguns anos, bastante posteriores (na ala norte do primeiro andar, hoje ocupada pelos serviços de secretaria do Governo Civil) o Tribunal do Trabalho, já que a Junta Distrital adquirira sede própria — o palacete de Sebastião de Carvalho Lima, na cerca do antigo convento do Carmo, devidamente adaptado.

Em 14 de Fevereiro de 1925, por exemplo, foi aberto concurso para obras de conservação do edifício, incluindo a caiação, tanto interior, como exterior, e a pintura de toda a caixilharia, com inclusão das portadas das janelas e das grades de ferro. Esses trabalhos já então importaram em bastante mais de metade do que em globo custaram as obras de construção na primeira década do século. Precisamente 33 893\$00.

Dois anos antes, exactamente em 21 de Abril de 1923, a Junta-Geral do Distrito de Aveiro, num ofício endereçado aos superintendentes regionais dos edifícios do Estado, acentuou que a ampla e altaneira construção à qual nos temos vindo a referir, fôra efectivamente, de princípio sua propriedade. Todavia, em 6 de Agosto de 1892, com a extinção — não muito perduradora — daquele instável corpo administrativo, passaria, com todos os respectivos fundos, para a posse do Estado, e ficaria, pois, sujeito ao regime que regulava os bens patrimoniais deste.

Em 20 de Fevereiro de 1926—segundo a mesma copiosa fonte informativa de que nos vimos socorrendo—seria autorizado o dispêndio, até ao fim do ano económico em curso, de uma verba de quinze (15) contos, para a conservação e reparação do edifício—e, assim, mais de um quarto da soma em que importou a construção—por conta do orçamento, de 23 893\$00, aprovado em 9 de Maio de 1925

Mas, em 26 de Agosto de 1942, foi assinado, com todas as formalidades legais inerentes, o contrato para as obras de «Reparação e Beneficiação do Edifício», adjudicadas a Manuel de Jesus Cardoso, de Coimbra, por cento e quarenta e um contos—mais do dobro do primitivo custo global da edificação.

Decorriam essas obras, quando, em 18 de Outubro de 1942, conforme ficou registado no artigo que ao facto consagrou o distinto e prestante aveirógrafo, Sr. Dr. Francisco Ferreira Neves (4), deflagrou, nas águas furçadas da ampla construção, um grande incêndio. Destruíu toda essa parte da edificação, onde se encontravam os pulverulentos arquivos de diversas repartições distritais e o fogo se propagou com celeridade que parecia de progressão em pólvora.

Foram ainda consumidas praticamente a totalidade das repartições instaladas no segundo andar—Direcção de Estradas, Secções de Construção da Junta Autónoma de Estradas e da Direcção Hidráulica do Mondego e a Pagadoria de Obras Públicas. Atingiu mesmo, não obstante denodados esforços de ambas as corporações locais de bombeiros voluntários (5), uma considerável parte do primeiro andar, que era ocupado, na mais atingida ala norte, pela Junta Geral do Distrito, e, do outro lado, pelo Governo Civil, cujos bens ficaram em grande parte inutilizados.

Pouco menos de um mês depois, a 13 de Novembro, o dinâmico e profícuo Ministro das Obras Públicas que foi Duarte Pacheco—que deixou memória assinalável, que se manteve muito para além do seu prematuro falecimento accidental—autorizou o imediato dispêndio, até cento e cinquenta (150), contos, com uma nova cobertura. Essa verba, aliás, seria reforçada no ano imediato, com as quantias de 59 470\$00, por portaria de 24 de Abril, e de mais 76 500\$00, por outra, com data de 11 de Setembro.

No ano seguinte, exactamente a 24 de Julho de 1944, iniciavam-se—de acordo com os mencionados elementos que amavelmente me foram propiciados pela já citada Direcção dos Serviços Regionais de Edifícios do Centro, que vimos seguindo, quase passo a passo—os trabalhos de «Obras diversas no Edifício das Obras Públicas de Aveiro». Referiam-se, especialmente, a trabalhos exteriores, cantarias e caixilharias, que foram adjudicados pela importância de 247 570\$000, a que se juntaria a de 33 476\$00, por trabalhos a mais, e cujo dispêndio viria a ser autorizado em data de 9 de Maio de 1945.

Entretanto, a segunda série do «Diário do Governo», n.º 130, de 6 de Junho de 1946, publicava, pela Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, a portaria que estabeleceu a zona de protecção da imponente edificação, que domina e dá o nível urbanístico à alongada praça. E, dentro dela, determina a área em que deveriam ser vedadas, ou pelo menos submetidas a condicionamentos, as novas construções. Mais tarde, de facto, esse problema seria revisto. Inclusivamente com a prevista construção de um vultuoso edifício para transferência de algumas das repartições que no reconstruído Edifício do Governo Civil têm estado radicadas.

Aliás, em 27 de Novembro de 1945, foi dado como concluso o projecto, e respectivo orçamento, da «Reconstrução do Edifício das Repartições Públicas de Aveiro», obra que foi computada globalmente, no valor de 2 342 610\$00—ou seja umas quarenta vezes mais do que o custo da construção primitiva.

Por influência e sugestão do ao tempo Governador Civil, o devotadíssimo e operosíssimo Dr. Francisco do Vale Guimarães—cujo nome, injustamente, foi retirado da toponímica local e continua sem a devida reposição—o Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas exarou um despacho—depois renovado pelo titular da pasta—para se considerar no segundo andar do edifício, a instalação de uma residência, se possível com entrada privativa, para o Chefe do Distrito.

As notas de que disponho são superabundantes. Sobejamente tornariam esta digressão sobre o alto-neiro edifício de que nos vimos ocupando, extensa e fastidiosa, para além do razoável para um trabalho desta feição. Daremos, assim, apenas algum pormenor que se nos afigure mais significativo.

Assim, por exemplo, acrescentarei que, por despacho do Conselho de Ministros de 31 de Agosto de 1948, foram adjudicadas as obras de «Reconstrução do Edifício das Repartições Públicas de Aveiro», pela quantia de 2 533 821\$00—ou seja perto de cinquenta vezes o custo da primitiva edificação, no primeiro decénio do século em curso.

Em quanto importariam hoje, com a crescente inflação que nos últimos anos se tem verificado?

Cativadamente para aqui aproveitarei, algumas das informações complementares do numeroso acervo de dados que aquela entidade conimbricense me proporcionou.

Assim, anotaremos que data de 14 de Outubro de 1949 o visto do Tribunal de Contas ao despacho do Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas, que concedeu a dotação de 98 500\$00 para as obras de «Trabalhos de assentamento e fornecimento de um ascensor». Admitimos, aliás, que esse foi o primeiro elevador que

o público em geral — e naturalmente os funcionários, que entretanto haviam regressado ao edifício, de diversos pontos da cidade — usaram em Aveiro. E há ainda pouco mais de três décadas de anos!

O auto, de recepção definitiva das obras de reconstrução do edifício do Governo Civil de Aveiro foi lavrado em 3 de Fevereiro de 1951. Seria publicado no «Diário do Governo» (II série), n.º 72, de 30 de Março seguinte.

Em 30 de Março de 1966 — e, assim, há pouco mais de três lustros — já foi exarado um despacho autorizando a despesa de 74 300\$00 para a beneficiação do ascensor.

E data de 24 de Junho de 1971 — para não mencionar outros similares, anteriores ou posteriores — um despacho ministerial, autorizando o dispêndio de uma verba de 59 contos — bastante mais do que custou todo o inicial edifício para as repartições distritais — apenas para a «Pintura e Reparação das paredes e carpintarias», na parte ocupada pela Direcção de Estradas.

Em 21 de Janeiro de 1974, passaram a funcionar na ala norte do primeiro andar — onde até pouco antes se encontravam os serviços do Tribunal do Trabalho, entretanto transferido para mais folgadas instalações num prédio da Avenida do Dr. Lourenço Peixinho — os serviços da secretaria do Governo Civil. Este passou, assim, a ocupar o aludido primeiro andar por inteiro. Na ala sul ficaram apenas as instalações para o próprio Governador Civil, e eventualmente o seu substituto, os funcionários de com ele mais directo e imediato contacto, e o Secretário-Geral.

Já no ano de 1976, um despacho ministerial de 20 de Abril, concedeu autorização da despesa de 68 900\$00 para beneficiação de salas e reparação geral de estores, e logo em 15 de Junho desse ano um outro despacho

autorizaria o dispêndio de oitenta e quatro (84) contos para trabalhos exigidos pelo novo regulamento de segurança dos ascensores.

E para substituição dos estores — correntemente denominados «persianas» —, em 7 de Junho de 1979, seria autorizado o gasto de 118 975\$00, como, em Junho de 1980 foi permitida, por determinação superior, a despesa de 299 500\$00 para reparações várias.

Poderia, se o não considerasse desnecessário, chegar à minúcia exaustiva e citar mesmo verbas e despesas até ao ano transacto. Creio, todavia, que este edifício, cujo telhado foi durante largos anos o mais alto da cidade e o melhor miradouro que Aveiro possuía, — e para onde, a solicitação da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil, foi autorizada a Câmara Municipal a promover a pintura — nunca concretizada, já que para o efeito pareceu bastante a que se efectuou em grandes e nítidas letras no telhado do velho liceu — a palavra Aveiro, em enormes caracteres, bem visíveis das aeronaves que em dias límpidos sobrevoassem a cidade. Essa autorização — com cuja citação darei por concluído este trabalho, de concatenação de elementos dispersos e que considere oportuno reunir — tem a data, aliás, de 28 de Julho de 1947, quer dizer, conta já, e nunca foi utilizada, mais de um quartel de século.

NOTAS:

- (1) Marques Gomes — No volume de recortes sobre «Monumentos, Retratos e Paisagens», 2.ª parte, pg. 38.
- (2) Idem, idem, mesma página.
- (3) Elementos fornecidos pela «Direcção dos Serviços Regionais de Edifícios do Centro», em Fevereiro de 1982.
- (4) In **Arquivo do Distrito de Aveiro**, vol. VIII, pgs. 283 a 286.
- (5) A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aveiro comemorou o seu centenário, em Janeiro de 1882.



Edifício actual do Governo Civil de Aveiro.

A Mão do Homem na Paisagem

Por Frederico de Moura

O Homem, para além de ser um fabricante de utensílios, é um impenitente **fazedor** de paisagens.

Desde a pegada inicial que lhe marcou a presença sobre a crosta da Terra que o seu afã de a afeioçar e de a colocar ao serviço do seu destino não abriu uma lacuna. No princípio o gesto era titubante e o utensílio canhestro para desbastar os espinhos que lhe impediam os passos e lhe limitavam os horizontes e a impressão que deixou no caminho percorrido, foi precária e de posterior leitura difícil.

Mas, desde o Neolítico que, talvez cansado de insculturar na escuridão, a parede da caverna e de a policromar com a gama cromática que a sua inventiva se atreveu descobrir; enojado, possivelmente de abrir desenhos misteriosos nos microsilexes do Mesolítico atacou, decisivamente, a superfície do planeta que lhe servia de peanha, começando a deixar sobre ele uma pictografia que, aberta a sulco de arado, a arroteou, a desbravou, a semeou, fazendo reverdecer, periodicamente, o chão danado à custa da clorofila das gramíneas cultivadas intensiva e deliberadamente.

Mas, e não contente com isso, deu-se a afeioçar pedras descomunais e a erguer, direitos ao céu, os megalitos que ocuparam improdutivamente o solo e que ficaram como testemunhos, pelos tempos além, de uma actividade que saía fora do cercado do pragmático para prestar culto a outra escala de valores, — a escala de valores que ficou como traço individualizante desta pobre condição humana.

E os vindouros, ao toparem com as «Antas» e com os «alinhamentos», esfregaram as córneas para lhe decifram o significado e penetrarem o sentido dos desenhos esquemáticos com que os enriqueceram.

A Ecúmena passou então a fazer contraste flagrante com a paisagem natural e a diferenciar-se dela por traços tão significativos que só por si, assinalam a presença do bípede pensante, do bípede pensante que «não pensava por ter mãos, como queria Anáxogoras e que, ao contrário, tinha mãos porque pensava» como objectou Aristóteles.

Então, a partir do momento em que o homem põe a mão no leme do seu próprio destino e rompe, decididamente, contra a negativa pétrea da litoesfera, passámos a poder ler na superfície da Terra a expressão de uma luta que, **Leôncio de Urabuyen** virá a etiquetar de «precipitados geográficos», importando da Química o chamadoiro para o resultado da reacção homem-geografia.

Quem hoje quiser provar o gosto adstringente do suor humano não precisa de mais do que olhar para a superfície do Globo anotando o caminho que se esfalha pela montanha acima, a urbe tentacular que a um tempo se concentra e alteia à procura de espaço, a mancha industrial que enfarrusca o azul do céu com baforadas de fumo negro, ou a actividade extractiva que esventra o chão com bocarras escancaradoras.

Não se pretende, com o que fica dito, fazer trabalhos de antropogeografia ou geografia humana, coisa que existiu muito antes de os Ratzel e os Brunhes a terem baptizado e que, longe de vir justificar um determinismo que coloque o bicho pensante entre varais, vem, ao contrário dar razão a quem disse que «onde melhor se vê o efeito da geografia sobre o homem, é no efeito do homem sobre a geografia».

O introito que aí fica não tem prosápias de eruditismo e visa, apenas, a introduzir, propedêuticamente, a mim e a quem me segue, no tema do **Ambiente e do Homem da nossa Região**.

Para fazer a leitura da actividade do homem nesta zona lagunar basta virar os olhos atentos para as páginas abertas da paisagem geográfica que nos circunda envolvendo-nos num ambiente macio de aguarela, sem nos deixarmos entorpecer pelo banho-maria que nos regala o sensorio. Não se torna necessária qualquer aptidão penetrante de paleógrafo para soletrar a escrita ideográfica que ela deixa a fazer proeminência na duma movediça e a disciplinar a água informe e desordenada numa domesticação de rigor geométrico que se estende,

por aí fora, sob a alçada da nossa visão até embater com o sopé do perfil arroxeadado dos montes do horizonte.

O simples contacto visual sincrético é suficiente para deixar o texto escancarado ao alcance da pupila, se ela não estiver embaciada por qualquer névoa de indiferença oclusiva e se a sensibilidade se não negar, por preguiça, a descer às funduras onde se catam as motivações.

Realmente, olhar para as lombas cultivadas, para os rectângulos faiscantes das marinhas e para as margens afeiçoadas dos canais e dos esteiros, é ter debaixo da visão a escrita bem expressiva da paisagem mais humanizada que possa conceber-se e, por isso mesmo, acessível sem necessidade de binóculos exegéticos ou de prévias e penosas meditações de sondagem.

Some-se a isto uma luz impossível de fixar em palavras a derramar-se sobre o azul-cobalto em que o Raúl Brandão veio «encharcar-se», para emergir das brumas cinzentas do «Humus» e em que uns discretos toques de verde, tenro e fresco, põem bandeiras brilhantes de alegria, e temos, a largas pinceladas, a ambiência da nossa paisagem lagunar — terra inundada e envergonhada que a medo aflora da extensão aquática que tudo inunda e a tudo serve de espelho.

Vista do alto, de qualquer miradouro natural escolhido entre os montes que a circundam e a empurram para o mar, a fragilidade da terra chega a meter medo, tão recortada se mostra de canais, de lagos, de esteiros, de valas, de regadeiras quase capilares que a penetram e e irrigam em todos os sentidos como um sistema circulatório que se estende, divide e subdivide em graciosas curvas serpentinadas...

A humanização da nossa paisagem é epidérmica por natureza: ela não inscultura a crosta com fundura nem faz avultar relevos flagrantes. Limita-se a realizar como que uma espécie de tatuagem, aliás precária, porque as próprias tintas que a embebem são vulneráveis às intempéries e desbotam ao ritmo das estações, passando do branco cristalino dos meios, ao zinco oxidado da água arrepiada pelo vento; da alvura nevada dos montes de sal no estio, à estremenha humilde da «bajunça» que cobre de burel as mulas quando o Outono começa a prometer chuva.

Inscrita sobre matéria movediça — areia e água — a duna que o vento modela transmutando-lhe o perfil versátil e a água, a água informe que se avoluma até a inundação e se encolhe até à secura — é uma humanização precária e provisória.

Sem rocha firme que lhe sirva de plinto, sem consistência de chão que lhe consinta permanência, o homem da região, apesar de tudo, lá foi arborizando as lombas para as fixar, lá foi construindo muros de torrão para conter o ímpeto das águas que, quando menos o espera, lhes perfura de «cambelas» o trabalho de castores.

Todos os anos o marnoto se esfalfa a refazer o que o Inverno lhe destruiu impiedosamente, colmatando com torrão e lama as feridas que a intempérie lhes abre no trabalho; e anos e anos levou o gafanhão antes que a areia estuporada que semeou lhe desse prémio exíguo para o suor que gastou a surribá-la e a fartá-la de moço.

De modo que, debruçar-se a gente sobre a nossa paisagem e, sobre ela, elaborar meditações, é o mesmo que fazer a leitura da biografia do homem que, subtraída a matéria dos elementos, é o seu autor ou, mais rigorosamente a seu Demiurgo dado que foi ele que, realmente a enfermou. E fê-lo em todos os aspectos e em todos os pormenores dando-lhe o sentido profundo e distribuindo-lhe, até, as cores com uma técnica tão apurada que parece importada da «paleta» de um pintor.

Não se trata de sondar etnias nem de esgravatar em rotas genealógicas, aliás, confusas e mal iluminadas por carência de combustível de ciência positiva.

Jaime de Magalhães Lima no seu formoso trabalho «Os Povos do Baixo Vouga» não tem outro remédio para abordar o tema enigmático, que não seja o de seguir pela vereda da intuição quase poética que, de resto, aproveitou maravilhosamente.

Mas não é esse o nosso escopo.

Quando pergunto quem são estes homens ponho, entre parêntesis, o problema das origens remotas para, muito modestamente, pretender saber quem foram e são os obreiros do milagre.

Creio que será lícito arrumá-los da seguinte forma, que até me parece fiel a um critério cronológico: marnotos, pescadores, marinheiros e gafanhões. Os marnotos dando o pano de fundo; os pescadores povoando a laguna de barcos e velas; os marinheiros projectando a região pelos rumos de todas as latitudes e importando influências do exterior; os gafanhões cultivando vidro moído e transfigurando o perfil da orla ribeirinha.

Para estes seres anfíbios, primeiro a água e depois a terra, sendo certo que estes lavradores de lombas viviam com um pé na areia e outro na «toste» do «moliceiro», e, quando abriam o ventre da terra bem sentiam que ela exalava um intenso e acre odor a maresia...

As Marinhas!

Desde a fundura do tempo que os homens se afadigaram na extracção e na difusão do sal que, no dizer de Plínio, pode ser «nativo» e «factício».

Mas quer aquele que se arranca dos jazigos, quer o que é fabricado com suor e sol, foi sempre, pelos tempos fora, isco atractivo do interesse humano.

Os Gregos em tal conta o tinham que o consagravam aos Deuses e atribuíram-lhe tal valor simbólico que falavam do «Sal Ático» que corrigia, com a adicção sávida da ironia e da chispa, o espírito dos atenienses quando adocicado em demasia pelo mel do Himeto.

Roma prestou-lhe vassalagem e é o Rei Anco Márcio quem, no Séc. VI a. c. estabelece as primeiras salinas.

De resto, já na designação da «Via Salária», por onde circulava o sal que vinha temperar o caldo dos «sabinos», se vê a importância de que disfrutava o precioso condimento.

Célebres na antiguidade foram os Sais de Tarento, de Tragasa e da Bética, não falando já nos da Ática e da Eubeia.



Há vários milhares de anos caíram aqui as célebres janelas do palácio do Céu. Ficaram intactas as vidraças nos respectivos caixilhos porque as janelas caíram sobre a relva verdinha.

José de Almeida Negreiros

Como símbolo da sabedoria afeiçãoou a língua dos recém-nascidos romanos e esse simbolismo foi aproveitado pelos Cristãos que o vieram a adoptar no ritual

do Baptismo, colocando-o na língua do neófito a quem dizem «... recebe o sal da sabedoria...».

E, até de moeda corrente serviu o precioso tempero da manança que deixou o seu vestígio na palavra «salário» que, ainda hoje designa a retribuição do sagrado trabalho humano.

Pois é este sal que, há mais de um milénio, traz o homem da região vergado para o extrair das entranhas da água e o tem estalfado no afã de o difundir para condimento do pão que mata a fome e estímulo do paladar dos que vão nascendo.

E desde quando marinhas na Ria de Aveiro?

Porque a história não se pode fazer sem papéis ou de coisa que os valha, temos de reportar-nos a um diploma da «Mumadona» para lhe poder exhibir o assento de baptismo. É com efeito, no latinório bárbaro de então que, pela primeira vez, surge a referência à salicultura aveirense: «Terras in Alavário et Salinas»... diz o texto do Séc. X em que a célebre «Comitissa» doa terras em Aveiro e salinas ao Mosteiro de S. Salvador de Guimarães. Para trás desta fonte escrita nada mais se encontrou até hoje, que permita aprofundar no tempo a lonjura originária. E temos de nos ficar pelo assento de baptismo...

Catando o que me foi possível para topar com algum lastro histórico, encontrei que no tempo de D. Afonso IV já existiam no salgado de Aveiro, nada menos do que 500 marinhas e que, nas Cortes de Elvas, em 1361 os homens de Aveiro se reportaram ao Rei Justiciero para que «cada um fizesse o sal que pudesse fazer»... e que o «milheiro», isto é, «mil moios», «que



A faina das «Marinhas».

soya dar pelas 4 ou 5 libras» fosse aumentado. «Pelo que se vê, que sempre houve reivindicações... Reclamava-se ao que parece contra qualquer condicionamento do fabrico e contra a magreza do preço. A isto respondeu D. Pedro I que **«noos sabemos a rezon que os moveo e olharemos o que é nosso serviço e prol da nossa Terra».**

No reinado de D. Duarte, as salinas de Aveiro **«jaziam em mortório»** como se afirmou nas Cortes de Santarém e isto por virtude de quaisquer disposições do Rei de Boa-Memória.

Durante a primeira dinastia era já o salgado de Aveiro que abastecia todo o norte do Reino...

Não se invocam as cãs e as rugas da actividade salícola do homem da região por motivos de pura inclinação historicista, mas, sobretudo, para homenagear uma labuta que se vem processando há mais de um milénio sob a torreira cáustica do Sol e investindo contra o bafo de fofalha do Nordeste, já que, como asseverava o já referido Plínio, «... a flor do Sal, não se forma senão com o Vento do Aquilão»...

Realmente a «amanhação» da marinha é uma rua da amargura que todos os anos se repete, em ritmo ofegante: desde o «escoar das comedorias» e do «mandamento», até ao «estranger»... com a «bimbadela» das «barachas» e das «canejas»; desde o tirar das «bimbaduras» e do «apancar» das próprias pégadas, até ao «curar» da marinha para a «botadela», com o seu «moirar» da «andaina de cima» e das «cabeceiras», ao «andar», ao «vasculhar», ao «ariar» que o fadário se prolonga com o corpo encharcado do esforço e da torreira.

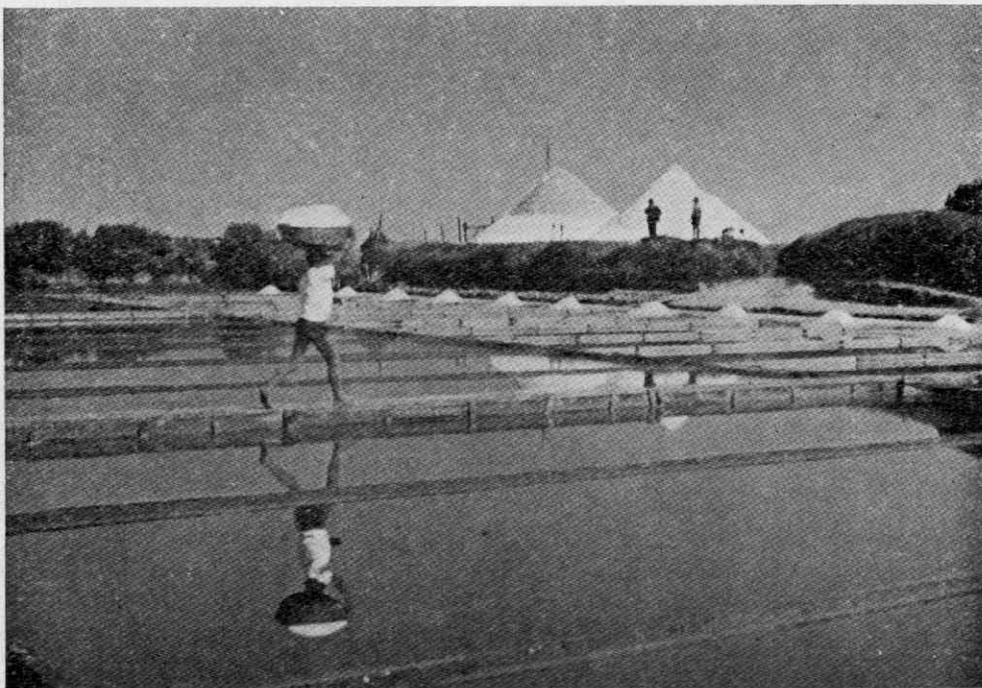
É uma tarefa esfalfante, a correr afadigado sobre «traves» e «barachas» com passos levezinhos de gaiotas em terra, antes de chegar ao momento da colheita que, aliás, continua a não dar tréguas ao marnoto que tem de «bulir» e de «rer» sob a brasa viva do sol, de camisa desabotoada e de «manaias» arregaçadas até às virilhas, envernizado por uma transpiração que, sobre a pele tisonada, e coreácea, brilha como unguento.

Amontoam então, o sal em cones, e em «mulas» com um rigorismo invulnerável de géometras, restando-lhe ainda ganas para gastar os últimos espasmos musculares a «afagá-los», a «cobri-los» e a «chapeá-los» para que a vendavais do Inverno os não dispam do seu gabão monástico de bajunça.

E por fim quando o Sol cintila e o «codejo» crepita estendem-se os olhos e é um nunca acabar de espelhos que faíscam lume e endurecem numa cristalização almo-fadada de brancura.

Em dado momento, montes de sal alvíssimo começam a crescer, a recortar-se no azul e a repercutir na água lisa como seda, a sua imagem imaculada. Só a fita estreita do «Malhadal» separa os dois cones pela base — o que, concreto se eleva para o Céu e o que, reflectido, mergulha na água que o recebe depois de o ter dado.

De noite, quando a lua cheia vem cobrir tudo de alumínio com a sua luminosidade fria, abre-se na frente dos olhos um panorama surrealista — visão onírica onde se não cata nem um vulto, nem um fantasma e onde, apenas, algum «maçarico», noctívago abre o bico numa queixa desolada de mágoa. Uma névoa translúcida tre-



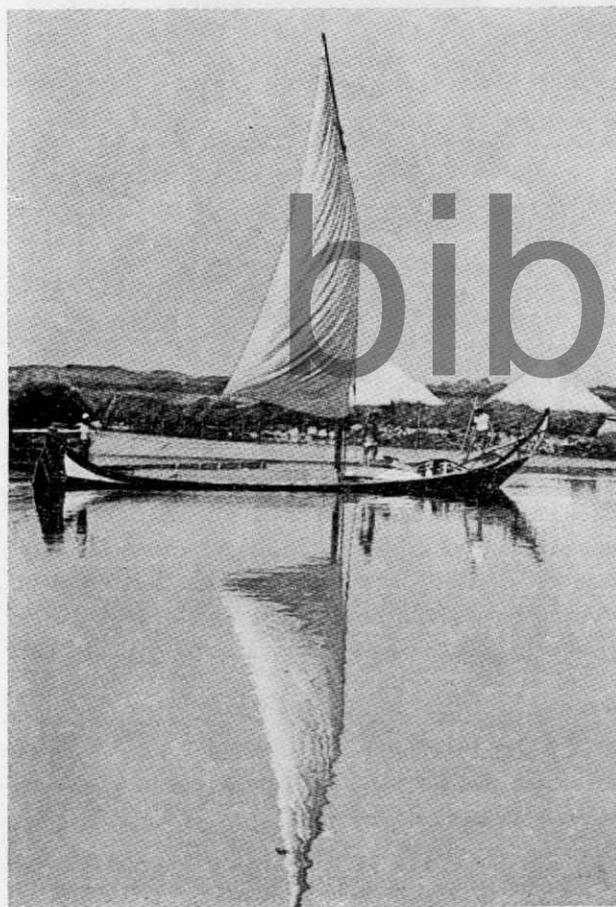
Salinas.

mula, esfumando a nitidez como um vidro despolido que oxidasse a prata do luar; e a água parece dormir, tão branda e macia é a sua respiração. Só de tempos a tempos, se ouve um suspiro mais fundo, quando algum peixinho tresnoitado risca a camadinha tênue de um «tabuleiro» com o seu perfil incisivo e nervoso...

Mas, entretanto, um clarim estridente vibra na madrugada de luz indecisa que luta com a cinza envolvente, quando o Sol surge no horizonte, vermelho e pagão, a tingir a cor macilenta do ante-manhã, com o escorrer dos seus lampejos de rubi.

Como uma donzela violada a paisagem aquática estende à luz descarada e crua a sua nudez recatada e o nocturno, lírico e púdico, é sacudido pelos sons da fanfarra que lhe arranca das cordas a surdina discreta.

E os pescadores?



Barco saleiro.

Foram eles quem povoou a laguna de velas brancas e de pragas rasposas e quem semeou nela uma complexa teoria de barcos onde nenhuma hibridização encontrou complacências desfigurantes e que, apesar do taquicárdia supersónica do nosso tempo, ainda se man-

tém sem cifoses nas cavernas nem dismorfias no perfil castiço da origem.

O «Saleiro», a «Bateira Mercantel», o «Chinchorro», a «Bateira Marinhôa», a «Ilhava», a «Caçadeira» e, subtraio, o «Moliceiro» — o mais lindo barco da Ria — por ter as raízes enterradas na lavoira ribeirinha, marcam à tona da água o testemunho de uma ancestralidade que não se sabe ao certo donde promana.

Ao longo da costa, lamentavelmente, começa a deixar clareiras na praia o surpreendente «Barco do Mar», o campeão das xávegas, alteroso como as vagas que tem de galgar e cujo processo de investigação de paternidade tem de ir precurar-se ao petroglifo Haggeby, que inculca, com uma nitidez especular, uma origem Normanda. O seu perfil em crescente tem tentado a imaginação mais ou menos temerária, de viajantes cultos e levou **D. Miguel de Unamuno** a recordar-se «do que deveriam ser as naves em que os «aqueus» arribaram a **Troia** — as naves Homéricas» — acrescentando que «são de facto como exemplares de uma espécie em outras partes extinta».

A tendência para a conjectura tão do temperamento do mocho de Salamanca, leva-o por caminhos calcetados de fantasia, para o Mediterrâneo, na procura de uma germinação que — tudo leva a crer — é de procurar nas geladas paragens do Norte.

Certo é que, por outro lado, nos barcos da Ria, não será a mesma progénie porque, aí sim, é-se tentado a conjecturar ancestralidades mediterrânicas nas proas erguidas e recurvas dos **Moliceiros** e, até no olho esgazado que aparece pintado na proa de tantas embarcações ao longo da nossa costa, e que não é raro encontrar nos nossos barcos, e que sugere o olho que vigiava na proa da **Barca de Ulisses** quando andou errante pelos mares antes de aproar à Ítaca onde o aguardavam os braços fiéis de Penélope.

Mas deixemos a tentação de pesquisar o impossível e de sondar genealogias esburacadas de lacunas sem matéria para as preencher.

E quem são os homens?

Essencialmente são os «Ilhavs» e os «Murtoseiros» que constituem os ramos grossos donde jorra a resina que anima a mão que caça a escota e faz ranjer os remos nos «escalâmões»...

De longe vem aos **ilhavs** a sua vocação para as lides do Mar. De tão longe, concerteza, como a terra de onde são oriundos e que já figurava como «Villa Illiavo» num vestuto pergaminho de 1027, vindo-lhe as barbas brancas do tempo do Conde D. Sesnando e de Fernando Magno...

Com fama longínqua de «Altieiros» certamente que, antes de se lançarem às rotas do Mar Alto teriam sulcado a laguna em actividades piscatórias.



O Barco alteroso das Xavegas.



Proa de moliceiro.

Insatisfeitos, porém, com a paz da lagoa adormecida e sendo certo que, como disse o Poeta Brasileiro **Ribeiro Curto**

«Nunca se naufraga
na ria inocente»

porque

«da crista da vaga
vêm braços à gente...»

os **ilhavos** não sofream a ânsia da aventura e difundem-se pela costa fora numa espasmódica actividade colonizadora, fundando núcleos de pescadores na Afurada, na Nazaré, em Sesimbra, em Matosinhos, em Quaios, em Lavos, na Caparica e quicá, até, no Reino dos Algarves.

É de ontem, por assim dizer, daqui saírem barra fora, as «Enviadas» com dois homens apenas, rumando ao Tejo e levando como único instrumento orientador, no dizer de **Alexandre da Conceição**, um «relógio de Sol de trinta reis».

E é, até, numa daquelas sumárias embarcações de fundo chato e de vela, pouco mais do que primitiva, que o **Tomé Ronca** — um lobo do mar que aquele escritor Ilhavense desenha biograficamente — sai sozinho da Barra, rumando a Lisboa, apenas confiado no seu raciocínio silogístico que o levava a não acreditar em naufrágios pela razão simples de que — «sendo o barco de tábuas e não indo as tábuas ao fundo, era claro que não iria ao fundo o barco»...

«Altieiros» como eram de raiz acabaram por se virar para as viagens de longe curso esfumando a sua actividade piscatória e vindo, assim, a dar razão aos que opinam que «foi das colmeias de pescadores que saíram os navegantes»... e que «as grandes navegações quase que acabaram com as pescarias»...

As Xávegas, realmente eram para os Ílhavos uma espécie de actividade lúdica que até era acessível aos ócios dos lavradores e que era incompatível com o seu horror inato ao sedentarismo.

O **Raúl Brandão**, por exemplo, conta que a «Ti Ana Arrieira» «uma mulher capazona com cuja a amizade se honrava», quando entendia que a sua ajuda era precisa não hesitava em espetar a agulhada na areia da praia e ir num barco à pesca da sardinha agarrada a um remo como um homem.

Aliás são os bois, que lavram a terra que, enfeitados com seus jugos estalhados e policromados, vão

ram os nossos marinheiros às geladas paragens da Terra-Nova e, depois da Groenlândia, como o é, agora em que o resfolgar dos motores fez arrear as velas jeitosas que estavam à mercê do vento que soprava.

«Ao que parece», escreve **António Sérgio**, «foram os de Aveiro e de Viana, os iniciadores da pesca do bacalhau na Terra Nova», para logo a seguir informar de que, no tempo de D. Manuel, o Venturoso, era este (o porto de Aveiro), de toda a costa, o que mais Naus enviava àquela zona. Pelo ano de 1550 possuíam os pescadores do Porto de Aveiro nada menos de que 150 barcos apropriados à faina da Terra-Nova e em 1552, e no Norte do País, o que a todos superava em arqueação de navios (entre 50 a 60 tons.).

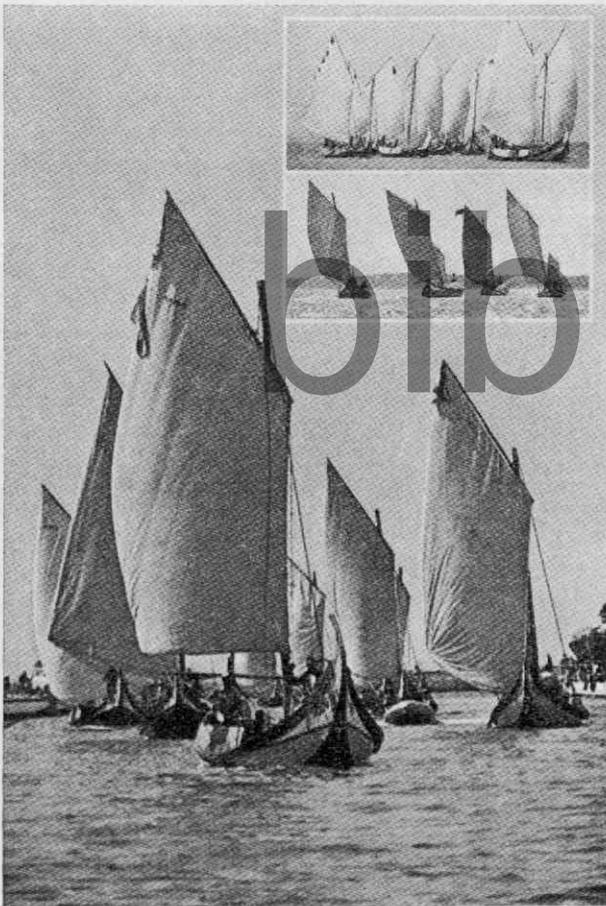
Mas, na actividade piscatória, seria uma injustiça omitir, aqui, uma referência aos «Murtoseiros» que constituindo uma casta de gente muito diversa da dos «Ílhavos», dado que nela coexiste, misturada à vocação para a água, uma actividade paralela de lavradores que os faz revolver a leiva marginal com delicadezas de jardineiro, assina, pontualmente, o livro do ponto dos trabalhadores da laguna e é barqueiro, pescador e homem com raízes tão ténues na terra que cultiva que ela não consegue diluir nele a insofrida vocação de emigrante impenitente.

Jaime de Magalhães Lima estabelece o contraste entre os dois tipos humanos, sempre pelo caminho de uma intuição lúcida, dizendo que pressentia «na voz da gente de Ílhavo — Ecos de Tartassos», como na voz da gente da Murtosa ouve «o rumor afreimado e rude de embarcações arrojados, largando ávidos dos recifes do Báltico e do Mar do Norte em busca de presas»...

Quer isto dizer que os Ílhavos seriam uriundos das suaves brisas mediterrânicas, de estirpe Fenícia ou Pelasga, enquanto os Murtoseiros entroncariam na progénie normanda donde lhe viria a seiva que os empurra para a emigração.

Também **Garrett**, nas «Viagens na Minha Terra», descrevendo uma acalorada disputa entre Ílhavos e Campinos, atribui aos primeiros uma origem mediterrânica ao escrever num retrato comparativo que, «em vez de calção amarelo e de jaqueta de ramagens que caracterizavam o homem do forcado, estes (os Ílhavos), vestiam o «amplo saiote grego» dos varinos e o «Tabardo arrequifado siciliano» de pano de varas. O campino, como o saloio, tem o cunho da raça africana. Estes, «(os Ílhavos) são da família pelasga: feições regulares e móveis, a forma ágil»...

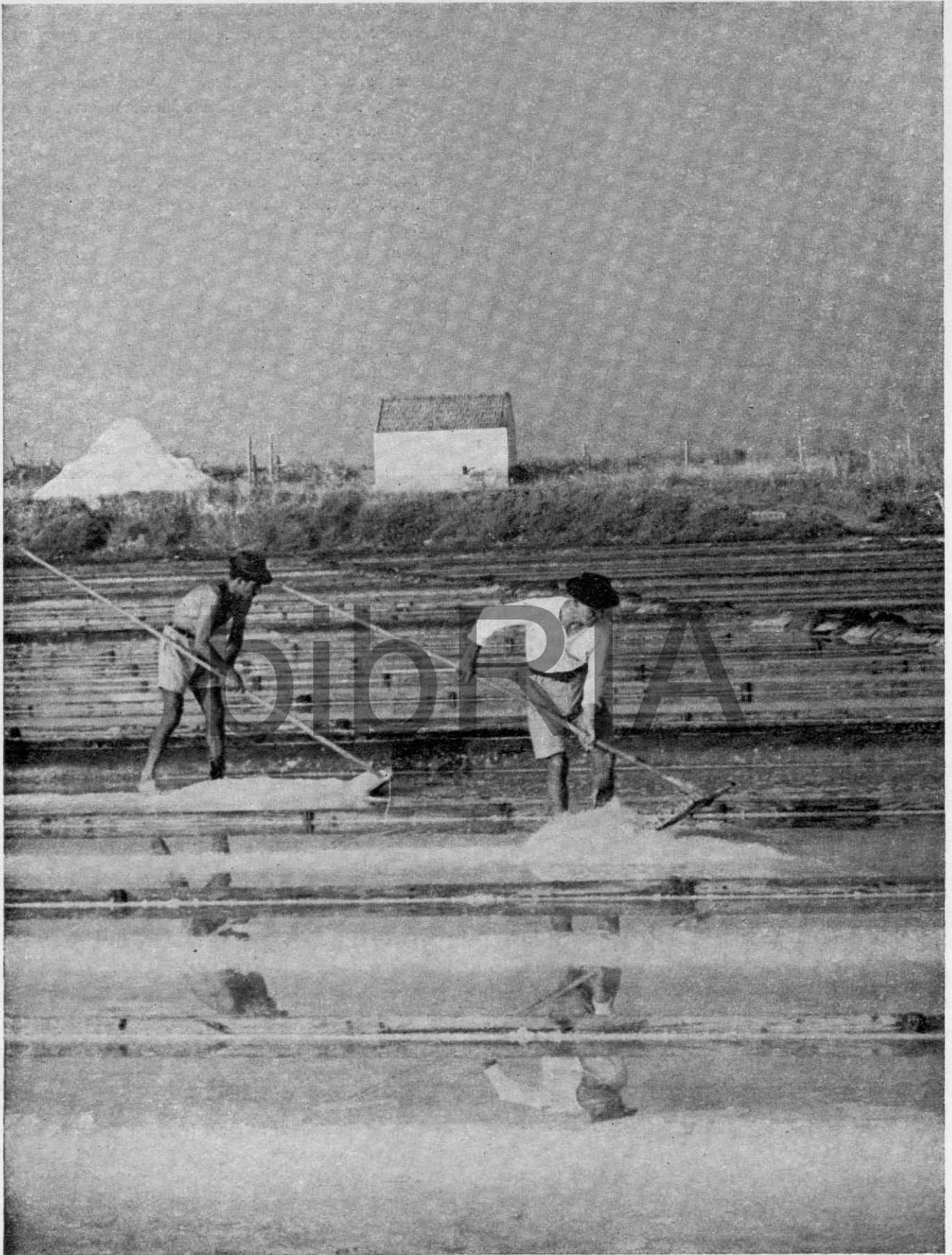
Seja como for, aceitemos ou não estes argumentos conjecturais, a presença destes dois tipos humanos, tão específicos e tão dissemelhantes ao mesmo tempo, é solicitante para aventuras temerárias à cata de raízes. E só numa prudência de fundo positivista a que não sou capaz de me eximir, me inibe de dar adesão completa



Regata de moliceiros (Festa na Ria).

puxar as redes grávidas de peixe faiscante o que fez com que, **D. Miguel de Unamuno**, ao falar do fenómeno o designasse como uma «ruralização do Mar»...

Este ímpeto de deixar a terra para fora do alcance da vista e de arrostar com a água sem balizas, nem pontos de referência, foi vocação quando os lugares leva-



A labuta ofegante do sal «factício».

e entusiástica, às investidas pelo caminho de «pé-posto», do critério compreensivo que tantas vezes se antecipa, luminosamente, à calçada solidamente explicativa que a ciência, pacientemente e friamente, vai construindo.

Falou-se de marnotos, falou-se de pescadores e navegantes, faltando apenas falar dos «Gafanhões» que vieram, por fim tratar da moldura, afeiçoando a terra que debrua a laguna e substituindo a desolação da duna e da flora quaresmal que, a medo, aflorava, por uma verdura indivisível de milheirais frescos e viçosos e de batatais que lhe corroboram os tons abertos com gradações sublinhantes que parecem oriundos de uma paleta de pintor.

Quando aí por volta de 1677 os foreiros do Conde de Aveiras, senhor de Vagos, vieram com os seus enxadas violar a virgindade das lombas para as cultivar, não toparam nelas com nenhuma quentura maternal para as sementes que queriam lançar-lhe sobre o dorso, nem lhe sentiram nas entranhas qualquer resquício de matéria orgânica capaz de dar alento a uma vontade que não fosse dotada de ganas para teimar, independentemente de qualquer aceno indutor.

Terra **gafada** e mutável ao sabor do vento onde aqui e além, nalguma baixeira mais fresca, se aventuravam a arrebitar vergõteas umas tristes plantinhas cinzentas onde se não catava um indício de clorofila, ou um macisso de junco hirto e agressivo como uma coroa de espinhos — a terra das Gafanhas recebia pasmada e interrogativa, as primeiras bagadas do suor que o trabalho humano destila.

Dava-se uma cavadela e, antes de levantar o gume faiscante da alfaia à altura da cabeça, logo a terra arranhava arrasando a cova que procurava o filão da esperança.

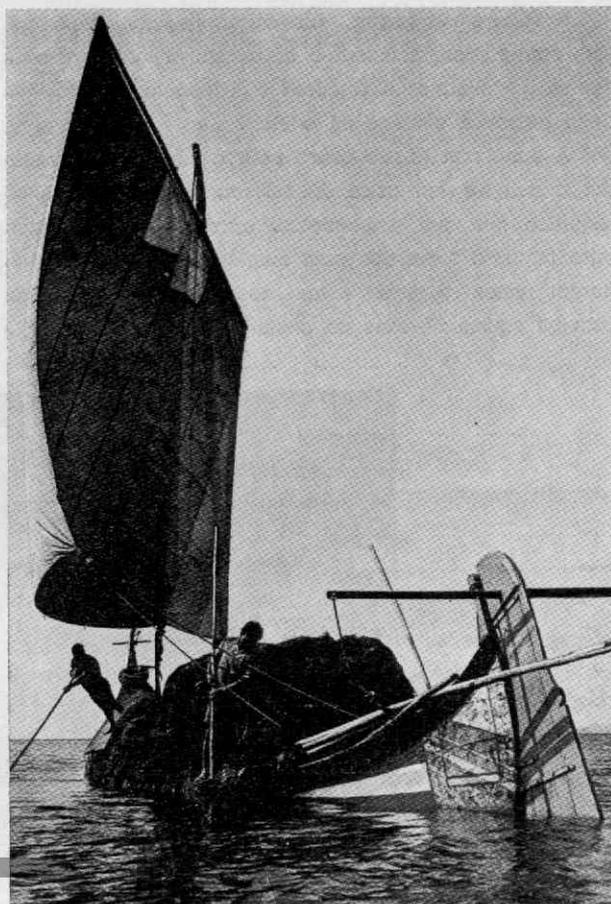
Momento a momento, o perfil da duna mudava de cariz — quer planificando-se numa promessa de acentação, quer avolumando-se a soterrar o vislumbre da confiança.

Os passos atolavam-se naquela areia movediça, **cambando** os pés do caminheiro e, um quilómetro de percurso, era capaz de esfalfar um dromedário, quanto mais um homem!

Mas os «Gafanhões» não desanimaram...

Foram-se a ela e, encharcados até ao tutano, revolveram-lhe as entranhas a ponto de lhes nascer água debaixo dos pés — água salobra, que ardia na língua, que cheirava a ácido fénico e que não podia acalentar esperanças desmedidas.

E, então, os homens olharam para o «Nilo» que lhe passava à ilharga, descansaram sobre a sua superfície de aço polido os olhos fatigados e mordidos pela areia; atentaram no oiro em fusão que o sol derramava nele e sulcaram-no decididamente à procura de uma ajuda. O barco «Moliceiro» que no dizer de **Virgílio Correia**, «não tem parceiros em qualquer parte do Mundo», içou a vela



Barco moliceiro na faina.

rectangular, lançou a «pá da borda», virou para traz, petulantemente, a cabeça de gaivota que lhe termina a proa e rompeu vaidoso, a bolinar pela **Ria** fora, com os **ancinhos** descomunais e pentear o leito lodoso e arrancar-lhe os cabelos verdes e frescos que, depois deixava em medas, na borda, a secar para que o tempo lhe corrigisse a demasia do tempero!



ANCINHOS — Os pentes que penteam o leito da Ria na apanha do molicho.

E voltaram à terra... Surribaram-na, pacientemente, sem sofreguidão, deixando-a de ventre assoalhado, para depois lhes misturar o «moliço» e o lodo que a Ria lhes tinha posto ao alcance da alfaia.

A duna mostrou-se avara para a súplica do semeador e deu-lhe, em troca do esforço, uns pés de milho raquítico que mal embandeirou e não chegou, sequer, para matar a fome dos bois que, todo o Inverno, ruminaram umas magras ervas nascediças entremeadas com os caules fibrosos da milharada...



Calafates no Canal de S. Roque, em Aveiro.
Uma actividade bem enquadrada na paisagem envolvente.

Mas aqueles homens sacaram da desesperança novas energias e voltaram ao princípio, continuando afanosamente a engodar a terra, misturando-lhe algas e «escasso» e revolvendo-a com desvelos paternos.

Nos intervalos tiveram, ainda, filão de fantasia para ir decorando, carinhosamente, as proas elegantes dos seus «moliceiros», salpicando-as do sal da ironia nas figurinhas e nas legendas em que os próprios erros de ortografia corroboravam, inconscientemente, a malícia das ilustrações.

E até tiveram a coragem para, uma vez por outra,

carregarem de esperança os sumários textos com um confiado «ORA BAMUS LA CUM DEOS»...

E cegos à negativa hostil que lhes respondia ao afago, fechados aos avisos uivados do vento que lhes carregava sobre as culturas nuvens de areia polvilhando-as de palhetas de mica espelhante, não desanimaram.

E realizavam o milagre.

Então a laguna ficou encaixilhada por uma orla de jardins verdejantes onde se destaca um nunca acabar de casitas alapadas — «casas de meia roda» como por lá

lhes chamavam — estendendo-se em lagarta e polvilhando a verdura com os seus telhados de um vermelho vivo...

Fazedor de paisagem por excelência, o homem da região tinha a obra concluída: quadriculou de brancura a extensão aquática; infestou o espelho da laguna de velas e de barcos e agricultou a terra marginal, assentando-lhe em cima cortiços de gente...

Basta olhar para lhes ver as impressões digitais; basta respirar para lhes sentir o cheiro do suor milagroso que só a fronte humana é capaz de destilar.



Catálogo de Manuscritos relativos a Fervedo (Concelho de Arouca)

— TERRAS DE SANTA MARIA

Por Alfredo Gonçalves de Azevedo

PREÂMBULO

Fragmentae colligite, ne pereant.

Reverter carinhosamente as cinzas dos nossos antepassados, é afervorar, ou pelo menos, despertar no coração dos meus conterrâneos o culto do passado — o altivo e bem justificável sentimento do que fomos e podemos ser. Por isso, recordar o património sagrado das riquezas da terra e das virtudes dos homens — tudo revelado na nobreza do trabalho e da honra — é motivo de gratidão.

Quando meti ombros — no pensamento de fazer a melhor Monografia de Fervedo (1) — logo me faltaram as forças suficientes para isso, umas por ordem económica, outras por desgostos espirituais — na verdadeira complexidade da vida antiga e moderna da minha terra de Fervedo. Como os Ex.^{mos} leitores terão ensejo de ver, eu procurei sobretudo, amontoar material e dispô-lo pela ordem que me pareceu mais conveniente e em harmonia com a ordem cronológica dos factos mais importantes desta região.

Estes apontamentos aqui se publicam para, assim, facilitar as pesquisas dos investigadores — que queiram fazer a melhor história desta esquecida e desfalecida terra de Arouca. É profundamente exacta a frase dum ilustre historiador: «A investigação dum ano — para qua-

NOTA:

(1) Fervedo foi sempre concelho e tão antigo e talvez mais do que a antiga Monarquia Portuguesa. Está situado a seis quilómetros do rio Arda com o seu limite com o rio Inda. Dista de Arouca vinte quilómetros para O. N. O.

Foi vila com a sua antiga capital em Cabeçais. Teve forais: um, dado por D. Afonso III em 1257; outro deu-lho o rei D. Manuel a 27 de Setembro de 1514. Este concelho foi extinto em 24 de Outubro de 1855 e anexado ao de Arouca. Estes territórios eram denominados Terras de Santa Maria pelos seus donatários os condes da Feira.

tro linhas». — Uma vida de análise para um dia de síntese!».

Ao Sr. Prof. Dr. Francisco Ferreira Neves, Dig.^{mo} Director da preciosa e monumental obra: «Arquivo do Distrito de Aveiro» — insigne cultor das belas letras e criterioso historiador, bem como aos saudosos amigos Dr. Alfredo Pimenta, P.^o Francisco Manuel Alves, Dr.^a D. Emília Felix; Leite de Vasconcelos, e a tantos outros — pela indicação de muitos documentos — a todos quero deixar aqui especificamente o testemunho do meu muito reconhecimento. É verdade que muito fica para se indicar; mas, como Garcia de Resende, posso concluir este preâmbulo, afirmando:

O caminho fica aberto
a quem mais quiser dizer:
tudo o que escrevi é certo,
não pude mais escrever,
por não ter mais descoberto.

DOCUMENTOS

Carta da renda de Fervedo.

T. T. Chancelaria de D. Afonso III
Liv. 1 — Fl. 13 a

Carta super renda da terra de Fervedo.

T. T. Chanc. de D. Afonso III
Liv. 1 — Fl. 130 v.

Carta de arrendamentos dos Direitos Reais de Fervedo a João Soeiro Martinho Gonçalves.

T. T. Chanc. de D. Afonso III
Liv. 1 — Fl. 180 e 180 v.

Sentença que julga aos mordomos das Terras de Santa Maria da Feira, paguem os moradores de Cedofeita a colheita de galinhas.

T. T. *Chanc. de D. Diniz*
Liv. 1 — Fl. 97

Sentença que julga à Coroa a Casa de Pombos em Santa Maria de Fermedo, contra a Sé de Braga.

Carta sobre honras e devassas de Fermedo.

T. T. *Chanc. de D. Diniz*
Liv. 1 — Fl. 278 v.

Aforamento da herdade das Arretortas no julgado de Fermedo a Lourenço Esteves.

T. T. *Chanc. de D. Diniz*
Liv. 2 — Fl. 73

Sentença sobre o foro que esta terra de Fermedo deve pagar a el-rei.

T. T. *Chanc. de D. Diniz*
Liv. 3 — Fl. 65

Sentença sobre o foro que esta terra de Fermedo per Razõ o dito cõcelho filhara terreos que auya no dicto logo.

T. T. *Chanc. de D. Diniz*
Liv. 3 — Fl. 65

Carta a Pedro Domingues da igreja de Santa Maria de Fermedo — bispado do Porto.

T. T. *Chanc. de D. Pedro I*
Liv. 1 — Fl. 102

Carta a Afonso Martins da igreja de Santa Maria de Fermedo — bispado do Porto.

T. T. *Chanc. de D. Pedro I*
Liv. 1 — Fl. 118

Carta para os moradores de Fermedo servirem nas obras dos muros do Porto.

T. T. *Chanc. de D. Pedro I*
Liv. 1 — Fl. 126

Carta de confirmação à apresentação da igreja de Fermedo (19-12-1285).

T. T. Gav. 19 — Maço
n.º 5 — n.º 38

Carta da igreja de Fermedo a Afonso Martins.

T. T. *Chanc. de D. Fernando*
Liv. 1 — Fl. 27

Carta do almoxarifado do Porto — entrega da terra de Fermedo a Diogo Gomes de Azevedo.

T. T. *Chanc. de D. Fernando*
Liv. 1 — Fl. 118 v.

Carta de apresentação à igreja de Fermedo de Gonçalo Fernandes, dada em Coruche.

T. T. *Chanc. de D. Fernando*
Liv. 1 — Fl. 166

Carta de apresentação, dada em Óbidos, ao clérigo Mendes Anes, para Fermedo.

T. T. *Chanc. de D. Fernando*
Liv. 2 — Fl. 33

Carta da igreja de Santa Maria de Fermedo a Vaz Esteves.

T. T. *Chanc. de D. Fernando*
Liv. 3 — Fl. 94

Carta de apresentação à igreja de Fermedo do clérigo Vasco Esteves, dada em Lisboa.

T. T. *Chanc. de D. Fernando*
Liv. 3 — Fl. 108 v.

Doação de casais do julgado de Aguiar de Sousa a Rui Pereira e Lopo Fernandes, de Mançores, de Fermedo.

T. T. *Chanc. de D. João I*
Liv. 1 — Fl. 95

Doação a Lopo Esteves de uns casais em Fermedo.

T. T. *Chanc. de D. João I*
Liv. I. — Fl. 95

Doação da terra de Fermedo a Afonso Madeira, vasalo de D. João I.

T. T. *Chanc. de D. João I*
Liv. 1 — Fl. 165

Doação de Santa Maria da Feira a João Álvares Pereira.

T. T. *Chanc. de D. João I*
Liv. 2 — Fl. 24

Carta de apresentação à igreja de Fermedo do clérigo Pero Martins. Dada esta carta em Santarém.

T. T. *Chanc. de D. João I*
Liv. 2 — Fl. 190 v.

Escambo da terra de Fermedo pelo terço da de Aveiro.

T. T. *Chanc. de D. João I*
Liv. 3 — Fl. 103

Carta do escrivão das sisas de Fervedo a Gonçalo Fernandes.

T. T. *Chanc. de D. Manuel*
Liv. 12 — Fl. 104

Carta de doação de Santa Maria da Feira (sobre Fervedo) a D. Manuel Pereira.

T. T. *Chanc. de D. Manuel*
Liv. 15 — Fl. 134

Carta de tabelião a Gonçalo Anes.

T. T. *Chanc. de D. Manuel*
Liv. 35 — Fl. 14

Carta de tabelião a Lopes Rodrigues.

T. T. *Chanc. de D. Manuel*
Liv. 40 — Fl. 107 v.

Foral Novo dado a Fervedo por D. Manuel em Lisboa, a 27 de Setembro de 1490.

— Juntamente a este Foral alguns «apontamentos» para o «novo foral».

Carta de foral aos moradores de Fervedo.

T. T. Maço 6—de Forais Antigos—n.º 1
(manuscrito de 30 págs.)

Fernão de Araújo, criado do conde da Feira, substebece que Francisco Anes das Figueiras, seja recebedor das sisas do concelho de Fervedo.

T. T. *Chanc. de D. João III*
Liv. 37 — Fl. 178

Carta ao julgado de Fervedo para que os moradores sirvam nos muros da cidade do Porto.

T. T. *Chanc. de D. Sebastião*
Liv. 1 — Fl. 136

Carta do escrivão de Fervedo a André Soares de Mascarenhas.

T. T. *Chanc. de D. Filipe III*
Liv. 15 — Fl. 329

Alvará para apresentar tabelião no concelho de Fervedo.

T. T. *Chanc. de D. Filipe III*
Liv. 24 — Fl. 195

Doação de Fervedo a Rodrigo Pereira da Silva.

T. T. *Chanc. de D. Filipe III*
Liv. 24 — Fl. 369

Carta de Cipriano do Amaral sobre a igreja de Aldeia do Mato.

T. T. *Chanc. de D. Filipe III*
Liv. 56 — Fl. 221

Carta da propriedade dos officios de escrivão do público, judicial, notas e órfãos de Fervedo a Baptista de Lima Perestrelo (20 de Setembro de 1712).

T. T. *Chanc. de D. João V*
Liv. 39 — Fl. 336

Carta de propriedade dos officios de escrivão do público, judicial e notas e órfãos de Fervedo a Sebastião Baptista de Lima Perestrelo (19 de Dezembro de 1722).

T. T. *Chanc. de D. João V*
Liv. 63 — Fl. 128 v.

Carta de Lázaro Moreira Landeiro de procurador do número em Fervedo (30 de Abril de 1744).

T. T. *Chanc. de D. João V*
Liv. 109 — Fl. 59 v.

Carta do monteiro-mor de Fervedo, na comarca de Aveiro, a José Alves de Oliveira (1 de Agosto de 1817).

T. T. *Chanc. de D. João VI*
Liv. 74 — Fl. 187

Livro de sentenças n.º 705, fls. 425 a 430 v.

Cabido, ano 1591 — n.º 15
Manuel Carvalho com o Cabido — 425

Relação da freguesia de Fervedo feita pelo pároco Francisco de Carvalho em 17 de Abril de 1758.

Torre do Tombo, vol. XV, pág. 267

Compêndio manuscrito da Família «Azevedo» de Fervedo, — pela linha dos senhores de S. João de Rey com D. Joana de Vilhena e Berredo, mulher de João Álvares Pereira, senhor de Fervedo.

Torre do Tombo, 21 — F — 14

Sobre os senhores de Fervedo. Manuscritos de Belchior Andrade Leitão.

Códice 49 — XII — 40, fls. 76/80
Biblioteca da Ajuda.

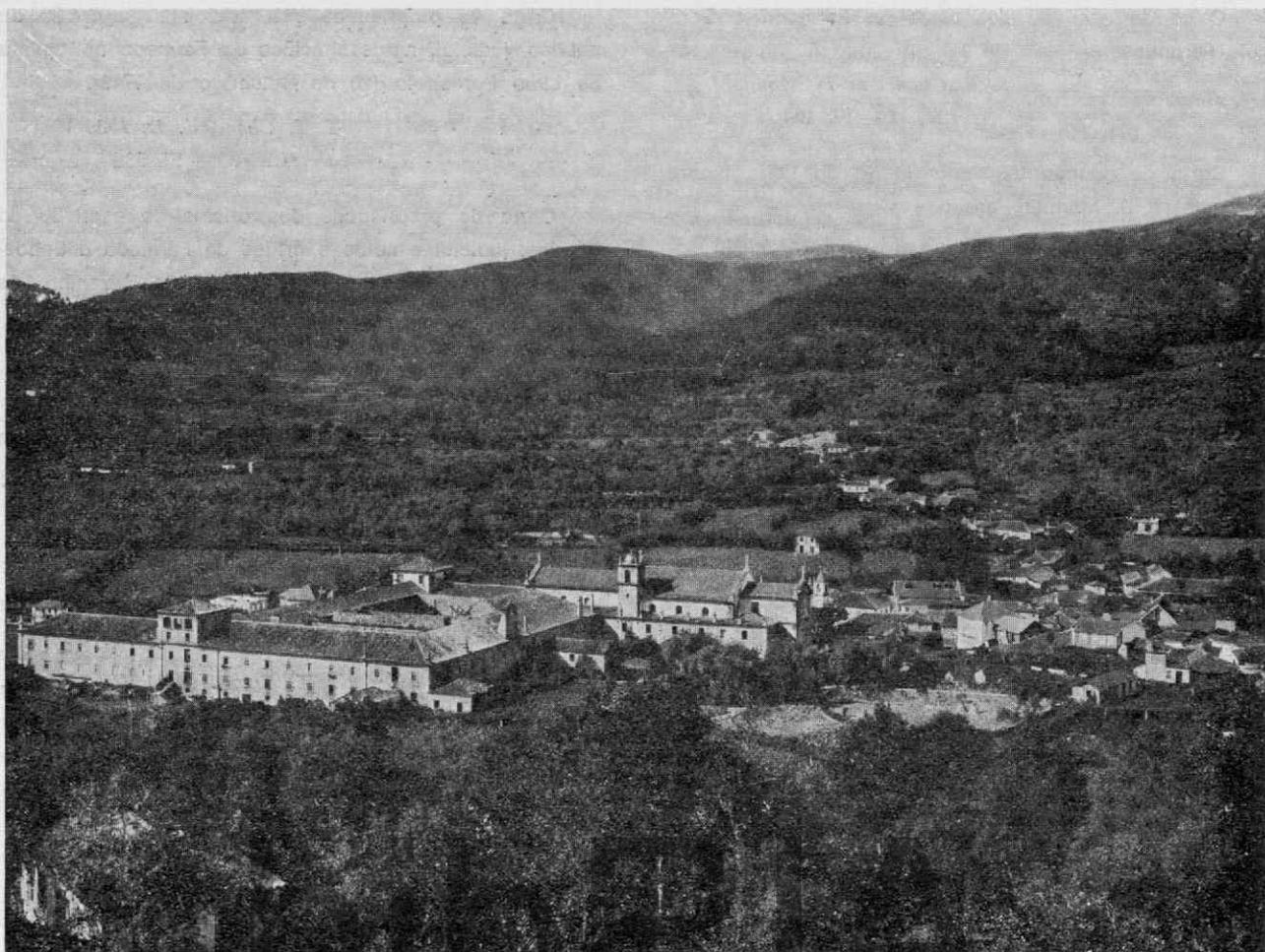
Sobre os mesmos fidalgos de Fervedo. Notas genealógicas de Manuel Álvares Pedrosa.

Manuscrito da *Biblioteca da Ajuda*
49 — XIII — 11, fls. 206 a 709 v.

Nobiliário dos Pereiras de Fervedo, de Manuel Barbosa Cabral.

Manuscrito da *Biblioteca da Ajuda*
Códice $\frac{49 - XIII}{28}$

Cabeçais — Fervedo — Arouca, Janeiro de 1972.



AROUCA — A vila e o Convento de Santa Mafalda



AROUCA — Calvário

Genealogia

da

Família

Rocha Valle Guimarães

Pelo Dr. Orlando de Oliveira



Nascido em Coimbra, em 12 de Março de 1880, viveu e trabalhou em Aveiro o advogado Cherubim (Querubim) da Rocha Valle Guimarães que morreu na mesma cidade em 25 de Março de 1970, isto é, alguns dias depois de ter completado 90 anos de idade.

Casei com sua filha mais velha, Maria Ermelinda e coube-me, após a sua morte, mexer em todos os seus livros e papéis, encontrando um in-fólio de 10 folhas, da autoria de João Chrysostomo de Lemos e Vasconcellos, seu terceiro avô por ascendência materna.

Por motivos expostos no próprio in-fólio, este João Chrysostomo conseguiu reconstituir a sua própria genealogia até aos seus 15.^{os} avós que supomos do tempo do Rei D. Sancho II. Leva-nos a esta suposição o facto de a nota referente a Martim Roiz de Rebbello, neto de Dom Vasco Afonso, 15.^o Avô de João Chrysostomo, assinalar que ele, Martim, «viveu no Reynado de El-Rei Dom Dinis».

Atribuimos a autoria do manuscrito a João Chrysostomo, não só por ser ele o interessado imediato na contenda que lhe moveu João Joze da Foncequa, mas principalmente porque no manuscrito se lê, ao tratar de sua terceira Avó, D. Marianna de Almeida e Vasconcellos e de sua filha, D. Maria de Almeida e Lemos, que dela «descendem meos Primos António, Raymundo e D. Marianna, da Quinta do Pereiro, de Cerpins, junto a Coimbra».

O mesmo manuscrito estava continuado por dois aditamentos de autoria diferente e também os autores dos dois aditamentos são diferentes entre si. O primeiro aditamento não tem interesse de maior, é de leitura difícil e até contradiz uma nota marginal feita ao lado da notícia sobre Manoel Joze de Vasconcellos.

Esta nota marginal, muito importante para a seqüência da genealogia familiar, é feita com caligrafia idêntica à do segundo aditamento, e foi feita com linguagem precisa e exacta.

Este segundo aditamento foi feito por duas pessoas e em duas épocas: a primeira parte, foi escrita por uma das filhas de João Chrysostomo de Lemos e Vasconcellos,

provavelmente por D. Joana Margarida de Lemos e Vasconcellos, porque o manuscrito aqui referido e trasladado passou sucessivamente para as mãos de sua filha D. Umbelina e, através das filhas desta, para as de seus netos, filhos de António Victor Lemos da Rocha; a segunda parte deve ter sido escrita por uma das filhas do mesmo António Victor Lemos da Rocha, das mãos da qual teria passado às mãos de seu primo, Querubim da Rocha Valle Guimarães.

Assim se reconstitui sem hiato a genealogia das Famílias Valle Guimarães e Lemos da Rocha, a primeira residente em Aveiro e a segunda em Oliveira de Azeméis, até os 19.ºs Avós de Querubim da Rocha Valle Guimarães e de D. Flora da Apresentação Valle Guimarães Ayres de Azevedo e de seus Primos de Oliveira de Azeméis.

Não sabe ainda explicar-se pela ciência positiva a razão pela qual as pessoas de boa linhagem se apresentam em regra com distinção de maneiras e atitudes que as distinguem das restantes na vida de sociedade. Mas não há dúvida nenhuma de que, também neste aspecto, as leis da hereditariedade se manifestam com exuberância, iniludivelmente.

Por outro lado, estas Famílias, de raízes seguras na histórica Vila da Feira e mais ou menos disseminadas por todo o termo do distrito de Aveiro e até ultrapassando-o para os de Viseu, Coimbra e mais, possuem muito interesse para o conhecimento perfeito da história regional, dada a projecção atingida por alguns dos seus componentes.

Reconhecendo os predicados de permanente elegância e afabilidade de meu Sogro e de sua Mãe, D. Ermelinda d'Assunção com quem privei ainda alguns anos, promoverei a publicação desta notícia em Revista de expansão distrital, como é «Aveiro e Seu Distrito», cujo acolhimento muito agradeço.

Será esta uma homenagem que julgo devida aos que me receberam na sua Família, apesar de me faltarem nobreza de sangue e distinção de linhagem.

ÁRVORE DE GERAÇÃO

Da Nobreza e Fidalguia de Valor e geração de João Chrysostomo de Lemos Vasconcellos e sua **Irmã** D. Jozefa Felizarda de Lemos e Vasconcellos, extrahida de seus publicos instrumentos e mais clarezas verdadeiras q.º se achão juntas aos mesmos q.º tudo anda apenso aos auttos em q.º com os ditos contende João Joze da Fon.ª desta V.ª da Fr.ª sobre o poderem ou não fazer Alvara de procuração por virtude da mesma Nobreza conforme aord. Liv 5 ff 92, cujo Letigio pende, e se extrahio esta Arvore dos mesmos instrumentos para se unir a eles, afim de q.º os Magistrados possão perceber melhor para o aserto de julgar sobre o ponto da contenda.

Dom Vasco Afonso natural de Lobão, Terra de S. Maria e de Rebello de Riba de Payva Conc.º de Caria, foi Senhor do mesmo Coutto de Rebello, Sollar desta Família, e cazou com D. Mariannes viuva q.º ficou de Raymon ou Raymundo Viegas de Sequeira, Cavalleiro Illustre na Terra da Feira onde conservava huma antiga Torre e teve a



Rui Vasques de Rebello q.º foi Senhor da Caza de Seus Pays e do m.º Coutto de Rebello q.º he em Reris, cazou com D. Thereza Soares de Gomãos e teve a

Martim Roiz de Rebello q.º sucedeu na caza de seus Pays e viveu no Reynado d'El-Rey D. Dinis; cazou com D. Marinha Annes Espinhel, Irmã de D. Guiomar Annes

Irmã porque ele, João Chrysostomo casou com D. Thereza Angélica Soares de Azevedo. V. adiante.

Consta do instrumento 1.º ap. 20 e 21 a 30 de o m.º instrumento

15.ºs Avós de João Chrysostomo de Lemos e Vasconcellos

he em Lobão q.º recebe os Foros M.ºl de Figueiroa S.ºs do Porto

14.ºs Avós o m.º asima

Consta como retro fica dito e mais a fl. 38 e f.º
13.ºs Avós

e filhas de João Garcia Espinhel e de sua mulher D. Urraca Mendes esta filha de Menciono, Alcaide mor do Castello de Lanhozo e Senhor e Fundador da Torre de Moncorvo e viveu tambem no Reynado de El-Rey D. Dinis; e aquelle hera filho de Garcia Martins Espinhel, Senhor do Sollar de Espinho junto a Guimaraes, e vem de D. Pedro Gomes Espinhel, e a **D. Guiomar Annes** retro foi cazada com João Vasques Peixoto, de quem nasceu Gonsallo Annes Peixoto, Fidalgo de grande authoridade e vallor o qual hera **Primo** no 4.º grau com o **Condestavel D. Nuno Alvares Pereira**, Progenitor da Real Caza de Bragãça e hera Bisneto de Gomes Peixoto o velho Progenitor da Caza dos Peixotos da calçada e este hera Irmão de D. João Viegas Porto Carreiro Arcebispo de Braga.

O dito Martim Roiz e sua mulher tiverã a Gonsalo Mendes ou Mzº Rebbelo q.º segue, e a João Mendes ou Mzº Rebbº.

Gonsalo Mendes ou Mz.º Rebbello succedeu nas cazas de seus Pays e servio a El-Rei D. Dinis, e cazou com D. Guiomar Annes do Amaral, filha de Lourenço Fernandes do Amaral e de sua mulher D. Maria Trz.ª de Abrantes, em 4º de Amaraes e tiverão

Gil Gilz de Rebbello q.º foi Senhor das cazas de seus Pays e viveu no tempo de El-Rei D. Afonço 4º e D. Pedro 1º, cazou e teve a

Lopo Gil Rebbello q.º servio a El-Rey D. Fernando foi Senhor da Caza de seus Pays e cazou com D. Ighes Roiz de Carvalho, filha legitima de João Roiz de Carvalho vassallo da Casa Real em 4.º de Carvalhos e foi passada a carta de legitimação de D. Ighes a 29 de Set.º de 1421, cujo seu Pay hera Irmão de **D. Gil Frz de Carvalho**, Mestre da Ordem de S. Thiago e 9º Avo do Marquês de Pombal como consta da sua Arvore de Genese e herão Filhos Legitimos de Fernão Gomes de Carvalho, Senhor do Morgado e Sollar de Carvalho e cazada com D. Mor Roiz da Foncequa e foi criado de El Rey D. Afonço 4º e os ditos Lopo Gil Rebbello e sua m.ª tiveram a

Diogo Lopes Rebbello viveu no Reynado de El-Rei D. João 1.º morreu na quinta do Ribeiro Concelho de Caria comarca de Lamego cazou e teve a

—Lopo Dias de Rebbello q.º foi Senhor da caza de seus Pays e da mesma onra de Rebbello Alcaide Mor de Santarem e viveu na sua Quinta de Alvellos junto a Lamego em tempo de El-Rey D. Duarte e D. Afonso 5.º e cazou ccm D. Izabel Vaz Cardozo filha de Azevil Cardozo e Vasconcellos em 4º de Cardozos e hera Senhor da Caza de Cardozo; e tiverã a

1.º—Pedro Dias de Rebbello q.º cazou ccm D.ª Felipa de Menezes e a

—D. Maria Dias Cardozo q.ª cazou com Pedro Vaz Cardozo filho de Luiz Vasques Cardozo Alcaide mor de Trancozo e Snr.ª das Vilas de Moreira e Ervilhã e outras Terras; e do dito Pedro Dias Rebbello e sua mulher nascerão a

—Gil de Rebbello Cardozo e

—D.ª Joanna de Rebbello; esta cazou com Gonsallo Roiz Cabral q.º hera natural de Nabainhos e viveu em Vouzella. Pays de

—D.ª Maria do Amaral Soares q.º cazou com António Rebbello Cardoso, de Vouzella, e aquele Gil Rebbello cazou com D.ª Izabel Roiz do Amaral. Pays estes de

—D.ª Joana de Rebbello q.º cazou com Martim de Tavora Senhor dos Direitos Reaes de Tavora e destas cazas descendem os Tavoras do Porto e outras Familias; o dito Lopo Dias Rebbello retro filho de Diogo Lopes Rebbello teve mais Irmãos a saber:

2.º—Rui Lopes de Rebbello q.º morreu em Lamego e foi Procurador na mesma Cidade e nas Cortes celebrarão no anno de 1439.

É m.ª Tia por ser Irmã de minha décima 3.ª Avó. D.ª Marinha Annes retro

Nasceu em Junho de 1360 e morreu no pr.º de Abril de 1431; ganhou 17 victorias aos castelhanos; e jaz em Lx.ª no conv.to do Carmo e edificações. Moura de Portugal, Auctor João Bap.ta de Castro N.ºs 3.ª e 4.ª fl. 78

12.ºs Avós

Consta de instrum.to rostado cap. 21 f.ª 38 e 38 v.º

Consta cap. 22 in instrumento
11.º Avós

10.ºs Avós

E vem a ser meu Tio como Irmão de m.ª décima Avó. D. Ighes Roiz retro

Consta da Arvore do Marquês de Pombal

9.ºs Avós

Consta da fl. 22 do instrumento 5

M.ª retro e mais do de Almeidas junto como teve a fl. 3

8.º Avós

M.º fl. 22 do instrumento

7.º Avós

Consta do instrumento 1.º
fl. 20 e 23

M.º fl. 20-23 do instrumento

6.º Avós

M.º instrumento, fl. 25

5.º Avós

Consta do 1.º instrumento,
fl. 23

Consta do mesmo instrumento

3.º — Martim Rebbello ou Roiz de Rebbello q.º segue,

4.º — Alvaro Dias Rebbello,

5.º — Vasco Dias Rebbello Abbade de S. Payo da Rua q.º he do Padroado Real,

6.º — João Alves Rebbello.

Martim Rebbello ou Roiz de Rebbello dito asima, Estabelleceuce no lugar do Prado donde possuio as terras q.º no dito lugar tem a Cond.ª de Langroiva da orde de Christo cazou e teve,

1.º — Francisco Rebbello q.º cazou duas vezes e teve geração,

2.º — Alvaro Dias Rebbello

3.º — Pedro Rebbello q.º segue

Pedro Rebbello filho 2.º de Martim Rebbello, Fidalgo da Caza Real q.º foi chamado o grande, cazou e teve,

1 — Pedro Rebello q.º cazou com D. Violante de Fig.º,

2 — João Rebello, Feitor da Fazenda Real na India e foi ê Cochij no anno de 1526 sendo Governador naquellas partes Lopo Vaz de S. Payo como dizem as Decadas de Barros, Decão 4.º, L.º 1, cp. 6 fl. 31,

3 — Francisco Rebbello,

4 — Vasco de Menezes Rebbello,

5 — Simão Rebbello,

6 — D. Brites de Rebbello que cazou com João Mz Pinto ascendente por varonia da Caza de Ad Barros e por femea da caza da Cede,

7 — D. Maria de Rebbello, segue

8 — D. Catherina de Rebbello q.º cazou em Britiande, junto a Lamego, com Manoel de Coimbra

9 — D. Violante de Rebbello q.º tão bem cazou.

D. Maria de Rebbello dita asima filha do dito Pedro Rebbello chamado o Grande, cazou com Afonço Vaz de Carvalho de Segões no Concelho de Caria e teve

D. Violante de Carvalho q.º cazou com João Roiz de Almeida q.º viveu no lugar Forca ou Aldeya de S. Estevão no Concelho de Caria e hera de S. João da Pesq.ª e teve

— Bernardo de Almeida de Carvalho q.º cazou com D. Leonor Barradas de Albergaria,

— Gaspar Rodrigues de Carvalho,

— Cipiriano de Almeida de Carvalho q.º segue

— D. Juliana de Carvalho q.º cazou com seu Primo Domingos Rebbello de Carvalho de quem nasceu Francisco Rebbello de Carvalho q.º cazou com D. Maria de Rebbello Pereira de quem nasceu D. Maria Pereira, Fundadora e dotadora do Mosteiro de Taboza; e o dito Francisco Rebbello asima teve outra Irmã, D. Maria de Carvalho q.º cazou com Diogo Lopes Machado da caza do Tojal e o dito Domingos Rebbello de Carvalho asima hera filho de Gonsalvo Afonso de Carvalho e de sua molher D. Maria Rebbello filha de Fernam Rebbello q.º foi Embaixador em Frãça, mais foi tão bem Irmã de D. Julianna retro,

— D. Brites de Almeida de Carvalho q.^o cazou com João Leite, Provedor de Lamego,

Cypiriano de Almeida de Carvalho retro filho de João Roiz de Almeida e de D. Violante de Carvalho referidos cazou com D. Joanna de Lemos das Antas de Penedono Legitima Decendente da Caza da Trofa e teve entre outros filhos, a

— D. Marianna de Almeida e Vasconcellos q.^o segue,

— O Padre António de Almeida e Lemos, Abbade q.^o foi colado na Igreja de S. Marinha de Nespreira, Bispado de Lamego;

D. Marianna de Almeida Vasconcellos filha dita de Cypiriano de Almeida retro e de sua m.^{or} cazou com Domingos Pereira natural de Baltar, Homê Illustrê e teve entre outros, a

— Domingos de Almeida e Vasconcellos q.^o segue,

— D. Maria de Almeida e Lemos donde descendem meos Primos António, Raymundo e D. Mariana da quinta do Pereiro de Cerpins junto a Coimbra.

Domingos de Almeida e Vasconcellos filho dito de Domingos Pereira e de D. Marianna referidos retro cazou com D. Izabel Tavares, e teve entre outros a

D. Maria de Almeida e Lemos q.^o cazou com António de Souza e Mello descendete de Paulo de Mello, do Coutto de Pombr.^o (1) foi capitão de cavallos na Província de Traz os Montes, servio El-Rey Dom Pedro 2.^o e viverão em S. Marinha de Nespreira e tiverão a

— D. Josefa d'Almeida que morreu em Lisboa,

— Manoel Joze de Vasconcellos q.^o segue.

Manoel Joze de Vasconcellos q.^o foi criado Particullar da Real Cãmara de S. A. R. o Senhor Infante D. Manoel, com o Foro de Resporteiro de Numero da mesma Cãmara e Escrivão Proprietario de off.^o de Escrivão das Sizas da Villa da Feira cazou com D. Maria de Assumpção Pimenta e Fig.^{do} da cidade de Lx.^a e teve entre outros q.^o morrerão a

— D. Jozefa Felizarda de Almeida Vasconcellos e Lemos cazada com António Marques Ferraz da S.^a Meireles,

— João Chrysostomo de Lemos e Vasconcellos q.^o vivem prezentem.^{te} na villa da Feira desde 1767.

Todos os Avos antepassados dos referidos João Chrysostomo de Lemos e sua Irmã D. Josefa, reos nesta cauza, forã pessoas de conhecida Nobreza e Fidalguia q.^o nuns forão Fidalgos de Sollar e geração outros possuirão os milhores Foros do Reyno. Os reos estão na posse desta esclarecida Nobreza q.^o herdarão de seus Illustrê Avos, antepassados porq.^o sempre viverão, conservarão e se conservão no Estado da gravidade e limpeza sem rumor em contrario conforme as pessoas Nobres desta villa e comarqua como consta dos Auttos e apenso, e ainda alegado prello proprio Autor porq.^o a verdade referida he inegavel por ser patente e notoria.

Esta Nobreza herdada sempre esta henerente a pessoa e nunca se perde como bem o diz Carv. ad cap. Reynald n.^o 217 muito mais havendo conservação della como ha e sempre houve nos Reos pois ainda o Pay dos mesmos gozava da propria e ver-

(1) Pombeiro, concelho de Arganil, sede de casas fidalgas muito illustres.

4.^{os} Avós

Consta do 1.^o instrumento fl. 20 e 23

V.^o fl. 17 1.^o instrumento fl. 19

a 23 e nas fl. 28 do 2.^o instrumento

O m.^{mo} dito asima

3.^{os} Avós

O m.^{mo} retro

2.^{os} Avós

Nota ilegível

1.^o Avós

O m.^{mo} retro fl. 23 e 29 v

Pays de João Chrysostomo e Avós de D. Joana Margarida de Lemos Vasc.los e bisavós de Umbelina Emilia de Lemos Vasc.los e Rocha

Pai de Joanna Margarida de Lemos e Vasc.los e 1.^o Avô de Umbelina Emilia de Lemos e Vasc.los da Rocha

3.^o Avô de Cherubim

Consta a fl. 20 e v.^o e 21 contrato e por todo o 1.^o instrumento e 2.^o

Consta dos outros instrumentos

Consta de auttos fl. 8 e prello m.^{mo} Alegado a fl. 69

dadeira por ter sido criado particular da Cãmara de hum Príncipe como do seu Alvara e documento junto se vê assim o diz o mesmo Carvalho ad cap. Reynald de testam. part 1.ª n.º 385.

Muito menos para os R.R. e outras semelhantes pessoas serem Fidalgos de Sollar he preciso serem os chefes da linhagem, mas antes basta so herdar o esclarecido sangue dos antepassados com notícia da sua origem como bem o dizem a Nobliarquia Port, cap. 16 fl. 148, Carv.º d.º N.º 204, Silv a ord. do Liv. 3.º tt.º 59 § 15 N.º 39, Barb. nas Remiss. a ord. do Liv. 5492 § ultim. N.º 3; e desta Nobreza do Sollar tratarão mais largam.º Gutierrez Pract. Lib 3.º e 4.º g.º 16 Arv.º Lib 6 nov. recopilaciones tit. 2 e outros muitos q.º dizem ser a Nobreza mais destinta depois dos Titullos.

A norma L do L.º 54 N.º 92 in princip. bem claro diz q.º não he preciso ser o chefe da linhagem p.ª se apellar Fidalgo de Sollar; veja se consta nas palavras ibi.

E nenhuma pessoa tome o apelido de Fidalgo do Sollar conhecido q.º tenha Terras com jurisdição em nossos Reynos não lhe pertencendo nem vindo de tal linhagem cuja L. alegão os Autores citados; a qual razã he solida pois de outra sorte vinhão a ficar escurecidos todos os descendentes dos mais filhos q.º não fossem os chefes o q.º hera injusto porque a heransa do sangue passa a todos com iguald.º assim como a dos bens deve passar e so nos Morgados das cazas ou do Sollar ou outra instituição ficão mayores rendas ja cõ o fundamento de se não consumir o nome daquellas Famílias q.º o chegarão a merecer e a poucos passos pela multidão dos filhos ficarem todos miseraveis, sem se poderem distinguir daquelles q.º nunca se asinalarão com açoins Heroicas em defeza do seu Monarca, da sua Onra e da sua Patria q.º esta he a diferenca dos homes no temporal a qual devem buscar em aumento das suas cazas e pessoas não se esquecendo nunca da igualdade em q.º estão constituídos no espirital.

A palavra Sollar he derivada da latina solum q.º quer dizer chão e val o mesmo no sentido em que falamos, q.º terra, lugar, caza ou Edeficio em q.º teve principio alguma familia Nobre, Salazar, intract. de uzo et consuet. et Stilo Curia cap. 1.º N.º 107 fol. 34 col. 3 Gardiola, no Tratado da Nobreza falado da L. 3 tit. 25 cap. 4. Sempre a Nobreza dos q.º semelhantes cazas tinhão e dellas procediõ foi havida por de grande estimacão e lhe forão concedidos muitos Privilégios e estes são os verdadeiros Fidalgos de Sollar.

A mesma Nobreza quanto mais antiga mais estimada he assim o diz o Bispo Ozorio de Nobil Lib 1.º vers. 6. ibi.

Racioni consentaneum
ut. illi maxime illustres
habeantur qui plurimis
annis ita segesserunt
ut de coris ac dignitatis
possessionem virtute
perpetua tuerentur

Esclarecida he a Nobreza quando na antiguidade se descobre pellos feitos Heroicos e cargos honrados q.º tiverão os Avos, assim o conciderou Virgílio, Æneid, Lib 1.º quando querendo encarecendo, digo, querendo encarecer a Nobreza da Rainha Dido se lembrou dos feitos de seus Avos e da antiguidade de sua gente dizendo

Fortia facta — deium Senes
Longissim rerum Pertot.
ducta viros antiqua aborigine
gentes

O m.^{mo} diz a L. 2 e cap. 2 ibi.

Y poren de los hijos-dalgos devem ser escogidos q.^o vengam de derecho linage de Padre y abuello hasta el quarto grado q.^o clamam bisabuellos & c.^a e se alega esta L. pois como de Reyno vezinho rios são subsidiarias as suas legislações nos cazos q.^o as nossas ometirão; cap 1 p.^a D. 211 N.^o 8. Souza D. 24. N.^o 4 ad. finem.

Estas as razões por onde atenta a legalidade dos instrumentos, e mais clarezas verídicas da referida Nobreza dos Reos, podem estes fazer Alvara de Procuração como fizerã e se acha nos auttos a fl. 7 q.^o se deve sustentar e desprezar a impertinente negativa do A. sem mostrar o contrário daquella verdade porq.^o não pôde.

Consta mais dos mesmos instrumentos serem os R. R. por sua legítima Nobreza aparentados com outras cazas muito Illustres da Beira e Minho como o são os Machados do Tojal, os Cardozos e Amaraes e os Pintos de Ferreiros de Tendões cuja família tem Illustrado a muitos Séculos a Sagrada Religião de Malta sendo o ultimo Gram Mestre D. Fr. M.^o Pinto da Fonsequa que foi Eleito em 18 de Jann.^o de 1741 como consta da cronica da m.^{ma} Religião e foi Seisagecimo setimo gran Mestre.

Consta a fl. 20, 21 e mais outras do m.^{mo} instrumento

Aqui termina o traslado do in-fólio encontrado entre os livros de meu Sogro, Dr. Querubim da Rocha Vale Guimarães.

Havia 3 folhas em branco, duas das quais foram ocupadas em duas ocasiões diferentes com o que vai seguir-se.

1.^o ADITAMENTO

Extenso de duas páginas, com caligrafia de difficil leitura.

D. Joanna de Lemos e seu Marido Cypiriano de Almeida de Carvalho, quartos Avos de João Chrysostomo e sua irmã D. Jozefa, tiverão alem dos dois filhos ali, tiverão outra filha irmã da 3.^a Avo dos ditos D. Marianna de Alm.^{da} de Alm.^{da} e Vascon.^{los} de cuja irmã que inda ignoro o nome, nasceu:

— D. Maria de Alm.^{da} de Alm.^{da} e Lemos q.^o teve a

— D. Marianna de Lemos e Alm.^{da} e esta a

— João de Lemos Alm.^{da} formado na universidade de Coimbra, e este a

— Fr. Bernardino da Virgem Santiss.^a, religioso do Baratojo que aqui esteve com seu companheiro Fr. Boaventura pregando Missas desde 10 de Julho de 1813 até 10 de agosto do mesmo no convento daq.^ola V.^a da Feira e tinha de idade de 33 anos e por conversas de Avos descobrimos o parentesco e ja o Pay tinha 92 annos e teve mais irmãos inda vivos neste tempo a

— D. Maria Violante Angelica de Lemos,

— D. Fr.^{co} Narciza de Lemos

— Dom.^{os} Liborio de Lima e Lemos que foi ter ao Paço e esta a esperar lugar e ja o Irmão Fr. Bernardino retro tinha hido ter ahi sahio o Despacho do Juiz de Fora de hum lugar que agora me não lembra depois de ter hum anno de Novissiado no Conv.^{to} e não, digo, depois de estar no anno de Novissiado não quiz vir p.^a o secullo pella Religiosa vocação que tinha tomado.

— Joze Maria de Lima e Lemos que esta na Universidade de Coimbra e he mais novo.

— Teve outro que agora me não lembra que hera Sargento Mor de Tropas de linha e morreu no campo de huma balla de artilharia na Batalha de Talavera, junho ou julho no anno de 1809 (invasões francesas).

Super, ou p.^{or} Arifana dahi para o Coutto de Cucujains e hera hum grandioso Missionário em Letras o q.^m chamarão coisa grã.^e e tão bom a seu companheiro q.^o por esse se farião singulares nas unidentas sermões e orações; fizerão

Moradoras estas no lugar de Fataunsos de conc.^{ho} de Lafoinz p.^a de Vouvella
veijo casar alij com hua sua Parenta.

2.º ADITAMENTO

Extenso de duas páginas, mais recente e com caligrafia mais acessível.

E este dito João Chrysostomo de Lemos e Vasc.^{los} foi Proprietario do officio
das cizas em a Villa da Feira. Cazou com D. Thereza Angelica Soares de Azevedo
de q.^m houverão 6 filhos

- Manoel Evaristo de Lemos e Vasc.^{los},
 - João Chrysostomo de Lemos e Vasc.^{los}, 2.º filho,
 - Victorino Joze de Lemos e Vasc.^{los}, 3.º filho,
- e filhas

2.º Avô de Cherubim

- D. Joana Margarida de Lemos e Vasc.^{los}, que segue
- D. Matilde Lipoldina de Lemos e Vasc.^{los} e
- D. Ana Emília de Lemos e Vasc.^{los}

D. Anna Emília de Lemos e Vasc.^{los} teve a

- Joaquim Pinto Lemos Cardozo de Menezes e
- Ermelinda Julia de Lemos Cardozo de Menezes.

Joaquim Pinto Lemos Cardozo de Menezes casou com Marcollina do Imperio
do Brasil e teve a

- Ermelinda,
 - Julieta e
- Alvaro, engenheiro civil.

D.^a Joana Margarida de Lemos e Vasc.^{los} teve a

— Umbelina Emília de Lemos e Vasc.^{los} de Joaquim José Pereira de Almeida,
Juiz de Fora em Oliveira de Azemeis.

Avós de Cherubim

Umbelina Emília de Lemos e Vasc.^{los} casou com Custódio José da Rocha, escri-
vão e tabellião em Oliveira de Azemeis e tem 4 filhos:

- Matilde da Conceição Lemos da Rocha,
- Ermelinda d'Assunção Lemos da Rocha,
- Guilhermina da Glória Lemos da Rocha e
- António Victor Lemos da Rocha.

Pais de Cherubim

Ermelinda d'Assunção Lemos da Rocha cazou com José do Valle Guimarães,
bacharel formado em Direito e Conservador em Tábua e tem 2 filhos:

- Cherubim da R.^a Valle Guim.^{ães}, bacharel formado em D.^{to} e
- Flora da Apresentação R.^a Valle Guimarães. Esta casou com João Augusto
Ayres d'Azevedo, bacharel formado em D.^{to} Conservador em Tábua, em Guimarães e
no Porto, e teve:

- Manuel Carlos Guimarães Ayres de Azevedo, licenciado em Direito, e

— Fernando Guilherme Guimarães Ayres de Azevedo, licenciado em Direito, que casou com D. Maria Alberto Ancede.

António Victor Lemos da Rocha, bacharel formado em D.^{to} e Procurador Regio na Sertã, casou e teve:

— Hermínia, Branca, Albertina, Aurora, Carmen, Leonor, Victor, Guilherme Alberto e Maria Regina.

3.º ADITAMENTO

Acrescentado por mim, Orlando de Oliveira, em Junho de 1974.

Cherubim da Rocha Valle Guimarães casou com Maria Emília Rodrigues, de Angeja e teve:

- Maria Ermelinda Rodrigues do Valle Guimarães,
- Francisco José Rodrigues do Valle Guimarães e
- Carlos Augusto Rodrigues do Valle Guimarães.

Maria Ermelinda Rodrigues do Valle Guimarães, casou com Orlando de Oliveira, professor do liceu, natural de Viseu, e teve:

- Manuel Carlos Valle Guimarães de Oliveira,
- Maria Filomena Valle Guimarães de Oliveira,
- Pedro Eduardo Valle Guimarães de Oliveira,
- António Augusto Valle Guimarães de Oliveira,
- Maria Helena Valle Guimarães de Oliveira e
- Fernando José Valle Guimarães de Oliveira.

Francisco José Rodrigues do Valle Guimarães, licenciado em Direito, foi Governador Civil de Aveiro e pessoa de grande projecção, casou com Branca Augusta Gomes, natural de Vila Nova de Gaia e teve:

- Maria Manuela Gomes do Valle Guimarães,
- José Alberto Gomes do Valle Guimarães e
- Ana Paula Gomes do Valle Guimarães.

Carlos Augusto Rodrigues do Valle Guimarães, casou com Maria Antonieta Ribeiro, natural de Matosinhos e teve:

- Maria José Ribeiro do Valle Guimarães,
- Manuel Ribeiro do Valle Guimarães,
- Maria do Rosário Ribeiro do Valle Guimarães,
- Maria Emília Ribeiro do Valle Guimarães e
- Paulo Carlos Ribeiro do Valle Guimarães.

NOTA — Como já foi dito no introito, o Dr. Querubim da Rocha Vale Guimarães, embora nascido em Coimbra, radicou-se desde muito cedo em Aveiro e aqui exerceu a advocacia, abrindo escritório logo após a licenciatura na Universidade de Coimbra.

Dotado de boas qualidades oratórias, alcançou fama notável em todo o País, quer como advogado probo e digno, quer como orador eloquente, quer ainda como político monárquico daqueles de «um só rosto e uma só fé», dos de «antes quebrar que torcer».

Católico praticante de ardorosa fé, gozava de assinalável prestígio nos meios religiosos. Durante bastantes anos dirigiu o «Correio do Vouga», jornal diocesano de Aveiro, e contribuiu em boa medida para a restauração da Diocese de Aveiro.

Foi deputado em várias legislaturas e, porque vem agora muito a propósito, **devemos frisar que contribuiu eficientemente para o desaparecimento das províncias e ressurgimento dos distritos como autarquias administrativas.** Recordemos o que dele disse o Dr. Alberto Souto no seu opúsculo «Em Prol do Distrito»:

«Bem disse, pois, o Dr. Querubim do Vale Guimarães que as províncias não têm tradições históricas no nosso País como circunscrições administrativas quando justificou o seu bem sensato e oportuno projecto de lei tendente a suprimir as províncias, alterando os artigos 125 e 126 da Constituição, apresentado na Assembleia Nacional em 15 de Dezembro de 1937 e que tantas assinaturas de deputados obteve, subscrevendo-o e apoiando-o.»

Como se vê no trabalho, este documento nasceu da necessidade de se fazer prova judicial no litígio em que, no tribunal da Vila da Feira se envolveram, João Chrysostomo de Lemos e Vasconcellos e seu irmã, D. Josefa Felizardo, por um lado, contra João José da Fonseca, a fim de os primeiros poderem fazer valer os seus direitos de Nobreza.

Era importante nestes tempos ,para efeito de heranças de terras e bens, a demonstração da chamada «Nobreza de Solar» e são muito interessantes as considerações constantes da página 48 quanto aos conceitos da distribuição das heranças, pensando-se que estas devam ser distribuídas igualmente, tal e qual como pela natureza é feita uma distribuição equitativa da herança de sangue.

Embora nascido ocasionalmente em Coimbra como já dissemos, sempre se considerou aveirense, sempre agiu sob essa norma e em todo o País era tido como nado e criado nesta terra de maresia e salsugem.

Nasceu em 1880 e morreu em 1970, poucos dias depois de ter feito 90 anos.

Quando se aproximava o centenário do seu nascimento, eu, seu genro, compilei os elementos genealógicos que constituem a base deste trabalho e fi-lo com o sentido de homenagear a memória de Quem tão generosamente me acolheu no seio da sua família, aquando desse centenário (1980).

Circunstâncias várias fizeram retardar o meu desejo, mas um atraso de dois anos nada significa no evento.

Seja esta a minha afirmação de respeito e de gratidão para com quem me deu tantas provas de amizade durante os 35 anos que convivemos.

ORLANDO DE OLIVEIRA

Os Passos de Ovar

Por Arada e Costa

A devoção dos Passos de Ovar vem da primeira metade do século XV.

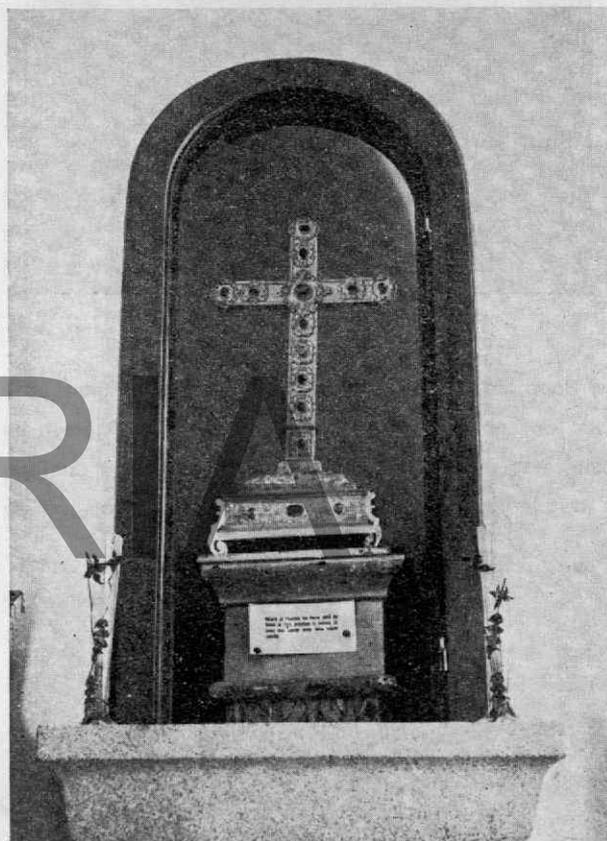
Desde a fundação da Casa da Feira, 1452 foi dada pelos seus titulares grande protecção à Irmandade dos Passos e aos mesmos se deve a organização e aprovação da Instituição.

Temos presente os Estatutos da Confraria reformados em 11 de Setembro de 1727. Abrem com esta cláusula: «E porque esta Irmandade foi erigida com a protecção dos Condes da Feira, que de presente se acham extintos, no caso que pelo decurso do tempo tornem a haver na Casa da Feira, os Irmãos da Mesa serão obrigados a oferecer à sua Ilustre protecção esta Irmandade que era costume eleger para protectores dela aos sobreditos Condes; e isto no caso que haja Conde no Castelo e Casa da Feira, ficando sempre em seu vigor a forma da eleição e o mais disposto nos Estatutos».

De todo o bem que fizeram à Confraria oferecendo-lhe valiosas joias do culto, destaca-se o precioso **relicário do Santo Lenho** (ver foto anexa) com trinta e quatro pedras preciosas, topásios, rubis e esmeraldas a resguardarem as relíquias, oferta do último Conde D. Fernando Forjaz Pereira Pimentel de Menezes.

As sete Capelas dos Passos, dispersas pelas ruas do velho burgo vareiro foram iniciadas em 1747, ano em que foi concedido pelo Rei o imposto de um rial em cada quartilho de vinho que se vendesse em Ovar e seus termos, cujo produto foi aplicado na referida construção concluída em 1755.

As figuras em puro castanho, foram pintadas por mestre António José Pintor, artista de nomeada, natural



Relicário do Santo Lenho.
(Relicário articulado, em ouro e pedras preciosas).

da freguesia de Válega a quem o Provedor de Esgusira, recomendou se **esmerasse na pintura**.

Das capelas, únicas no género em Portugal, destaca-se a do Pretório da Matriz, um mimo de arte em talha rocóco, onde predomina, em destaque, os quatro retábulos representando a Oração no Horto, o Beijo de Judas, o Lava-pés e a Última Ceia.

Igualmente merece menção especial a Capela do Calvário, majestosa e imponente na sua arquitectura, a bem lançada escadaria granítica de largos patamares



Senhor dos Passos.

no topo dos seus cinco lanços, o frontespício quase todo de cantaria onde se abrem em artístico relevo os emblemas da Paixão, o interior onde impera a cantaria e a talha já referida e, por fim o monte calvário de

numerosas figuras escultóricas onde domina a imagem de Cristo uma obra prima considerada por Teixeira Lopes uma das boas maravilhas peninsulares.

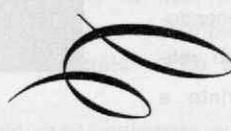
Através da sua vida secular tem sido contemplada com muitos legados. Destacamos da sua curiosa história o legado feito em 1780 da quantia de 600\$000 reis feito pelo Piloto-mor da Foz do Douro, Francisco da Silva.

Da sua vida de piedade constava o Auto do Des-cimento da Cruz feito por artistas em Sexta-feira Santa. A procissão de Passos que ainda se efectua na quarta domingo quaresmal. Esta Procissão que alcançou justificada fama, outrora era precedida de uma feira onde se vendia peças de artesanato, ouriversaria e muitos outros artigos. Promove-se ainda a Procissão do Enterro em Sexta-feira Santa.

O Papa Inocêncio X concedeu-lhe graças e privilégios em 23 de Novembro de 1840. Mais tarde igualmente o fez, 8 de Abril de 1892 o Papa Gregório XVI.

Em 1940 o Governo da Nação decretou que as capelas dos Passos de Ovar eram consideradas monumentos de interesse Nacional.

Ovar, Fevereiro de 76.



Plano de Actividades da

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO

para 1982

PLANO DE ACTIVIDADES

1. — Enquanto não for alterada (o que se espera para breve) a Lei das atribuições das autarquias locais, compete ao **Governador Civil**, por inerência do cargo, a Presidência da Assembleia Distrital e a função executiva da mesma, pelo que, nessa qualidade, lhe incumbe nos termos da lei, submeter à judiciosa apreciação e aprovação dos Senhores Deputados Distritais o PLANO DE ACTIVIDADES para 1982.

2. — Somos dos que comungamos inteiramente do prognóstico de celeridade do processo de regionalização e descentralização, defendendo mesmo que, nesta fase transitória da subsistência da Assembleia Distrital, deveria respeitar-se o princípio do autodirigismo daquele órgão face às coordenadas da independência e autonomia autárquicas, já que os agentes do Poder Local, melhor do que ninguém, conhecem os problemas que lhe são inerentes e as terapêuticas mais adequadas às necessárias melhorias das populações.

3. — O certo, porém, é que outro foi o entendimento do legislador e, nessa perspectiva, temos de assumir-nos como responsáveis, animados de sérios propósitos de acção que tenham na devida conta a institucionalização da democracia e do autêntico Poder Local. Esta será a meta do nosso esforço.

4. — Este espírito reclama a ultrapassagem da barreira das ideias individualistas em prol de uma participação colectiva que tome em consideração os interesses regionais e, paralelamente, a integridade do Distrito.

5. — Não abdicaremos de todas as acções que se tornem necessárias a uma real e efectiva promoção de toda a **Região Aveirense**, exigindo-se que, no processo de regionalização, se tome em linha de conta, a importância que o Distrito de Aveiro, como grande unidade económica, cultural e social que é, tem já no contexto regional e nacional.

6. — No entretanto, pelo que respeita ao Plano de Actividades da Assembleia Distrital para o próximo ano, há que atentarmos nas realidades que nos cercam e caracterizam as diversas parcelas concelhias e bem assim nos recursos financeiros que são postos à disposição para prosseguir os objectivos legalmente estabelecidos.

Assim:

I — FOMENTO

1.1. — Apoiar-se-ão diversificadas formas de apoio e estímulo ao fomento da agricultura, da pecuária, do turismo e das indústrias tradicionais da Região.

1.2. — Incentivar-se-ão organizações de feiras ou exposições de produtos agrícolas e industriais.

1.3. — Continuar-se-ão a desenvolver as necessárias diligências com vista à aprovação superior do projecto do diploma que cria a **Região de Turismo do Distrito de Aveiro**, o que, aliás, se espera venha a verificar-se até ao fim do ano em curso.

II — CULTURA

2.1. — Arquivo Distrital

Conforme deliberação desta Assembleia, de 23 de Junho passado, foi mandado elaborar o ante-projecto de ampliação do edifício desta Assembleia, a fim de ali ser condignamente instalado o arquivo distrital, tendo sido, para o efeito, solicitadas directrizes ao Instituto Português do Património Cultural.

Como é sabido, existe actualmente uma dupla dependência relativamente aos arquivos distritais, ou seja, a competência técnica pertence ao I.P.P.C. e a competência financeira às Assembleias Distritais, o que transitoriamente se manterá, enquanto tais competências não forem redefinidas pela via legislativa.

Entretanto, a nível da Secretaria de Estado da Cultura, foi já criado um grupo de trabalho, com vista ao estudo e elaboração de um projecto de proposta de lei.

O I. P. P. C. inscreveu na previsão do seu orçamento privativo para 1982 a importância de Esc.: — 1 997 000\$00, para o **Arquivo Distrital de Aveiro**.

Não podemos deixar, contudo, de tomar em consideração a urgência de novas e adequadas instalações, até porque a Câmara Municipal de Aveiro vem insistindo pela urgência de desocupação do salão cultural.

2.2. — Publicações

Está em vias de normalização a publicação da Revista «**Aveiro e o Seu Distrito**», tendo vindo a lume, no ano em curso, os números em atraso, 26, 27 e 28 e encontrando-se o número 29 já no prelo.

III — ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES CULTURAIS

3.1. — Desenvolver-se-á, na medida do possível, a acção da Assembleia Distrital no apoio a todas as iniciativas e manifestações de carácter cultural, nomeadamente nos domínios da história, arte, museus, arqueologia, folclore e música regionais.

IV — ASSISTÊNCIA

4.1. — Mantendo-se em vigor o disposto no artigo 314.º do Código Administrativo, continua a competir à Assembleia Distrital, no uso das atribuições de assistência, administrar os estabelecimentos a seu cargo.

Desta forma, cabe a esta Assembleia Distrital a administração do **Internato Distrital** e das **Casas da Criança de Águeda, Albergaria-a-Velha e Mealhada**, pelo que, para a sua manutenção, estão previstas no orçamento as verbas indispensáveis.

No que respeita à Casa da Criança da Mealhada, grandes obras de beneficiação e conservação estão a ser executadas, cujo custo ronda a casa dos 2 000 contos.

No que concerne à Casa da Criança de Albergaria-a-Velha, foram também realizadas diversas obras de beneficiação, designadamente na cozinha, porta, janelas e pavimento.

Foi decidido dotar as Casas da Criança de Águeda e Mealhada de um educador de infância, pelo que já foi aberto o respectivo concurso. Era uma carência educacional que muito se fazia sentir e que, desta feita, se espera resolver.

V — CASAS DA CRIANÇA

5.1. — Uma referência especial merecem estes estabelecimentos de assistência.

Certo como é que, por um lado, as Casas da Criança já não fazem, em regra, o acolhimento de crianças necessitadas ou abandonadas, funcionando hoje mais como estabelecimentos do género de «Jardins de Infância».

E por outro lado, face à Lei das Finanças Locais, a Assembleia Distrital terá cada vez menores dotações para este sector, pois que os objectivos que lhe estão subjacentes respeitam mais, na actual estrutura do Estado, ao Ministério dos Assuntos Sociais.

E ainda porque, para a promoção e execução de tais objectivos, existem hoje instituições especialmente vocacionadas e com maior incidência local — as Misericórdias —, entendemos que as Casas da Criança desta Assembleia Distrital deveriam ser entregues às Misericórdias dos respectivos concelhos, mediante protocolo a estabelecer para o efeito.

Em consonância com o presente PLANO DE ACTIVIDADES, será igualmente apresentado o ORÇAMENTO ORDINÁRIO para 1982.

Aveiro, 2 de Dezembro de 1981.

O Presidente da Assembleia Distrital,
Fernando Raimundo Rodrigues

Regulamento das Casas da Criança

CAPÍTULO I

Objectivos

Artigo 1.º — As Casas da Criança têm por objectivo auxiliar e colaborar com as famílias na promoção da Saúde e na Educação da Criança, assegurando as condições necessárias para o seu desenvolvimento normal.

Art. 2.º — São atribuições específicas das Casas da Criança:

- a) — Assegurar os cuidados de higiene adequados à idade da criança;
- b) — Promover o desenvolvimento integral da criança através do aproveitamento das suas potencialidades;
- c) — Colaborar com as famílias na promoção da saúde da criança e habilitá-la a um melhor conhecimento desta, para uma mais perfeita adequação ao processo educativo;
- d) — Estimular o convívio entre as crianças como forma de integração social;
- e) — Assegurar através de pessoal técnico habilitado, a preparação pedagógica e social das crianças estimulando o ensino infantil e preparando a transição da criança do meio familiar para a escola primária.

Art. 3.º — Têm direito ao atendimento nas Casas da Criança, as crianças domiciliadas no respectivo Concelho, incluindo aquelas cujos pais embora não residindo, aí trabalhem.

CAPÍTULO II

Condições de admissão e de frequência

Art. 4.º — A admissão das crianças deverá obedecer a critérios familiares e sócio-económicos tendo especialmente em consideração as seguintes situações:

- a) — Impossibilidade de manutenção da criança no respectivo lar durante o dia, designadamente por doença prolongada da mãe;
- b) — Trabalho das mães fora do lar;
- c) — Más condições habitacionais ou incapacidade educativa da Família que obstem ao bom desenvolvimento psico-somático da criança;
- d) — Frequência do estabelecimento por outro filho;

e) — Outros casos não previstos nas situações anteriores a apreciar localmente pela respectiva Encarregada da Casa da Criança.

Art. 5.º — Constituem condições de admissão:

- a) — Idade entre 3 meses e 3 anos para o sector da creche e entre 3 e 6 anos para o jardim de infância;
- b) — Não sofrer de doença contagiosa, anomalia física, mental ou sensorial que possa prejudicar o regular funcionamento do estabelecimento;
- c) — Apresentação do Boletim de Saúde com as vacinas em dia;
- d) — Declaração comprovativa das remunerações auferidas pelo agregado familiar, com indicação das importâncias líquidas dos descontos, confirmada pela entidade patronal respectiva;
- e) — Todas as crianças devem usar bibe que será fornecido pela Assembleia Distrital, cuja lavagem e conservação é da responsabilidade dos pais.

Art. 6.º — A admissão das crianças é da exclusiva competência do Presidente da Assembleia Distrital, mediante processo organizado e informado pela respectiva Encarregada-Geral, face ao disposto nos artigos anteriores.

§ 1.º — A data de admissão será fixada mediante a conclusão do processo respectivo, devendo os pais da criança ser informados por escrito.

Art. 7.º — Todas as primeiras inscrições devem ter lugar no mês de Setembro.

§ 1.º — Durante o ano lectivo podem ser autorizadas inscrições, desde que para tanto existam vagas.

§ 2.º — Na hipótese de se pretender garantir a frequência no ano lectivo seguinte, a Casa da Criança respectiva, deverá ser obrigatoriamente informada até ao final do ano lectivo.

Art. 8.º — Os processos de admissão serão instruídos com os seguintes documentos:

- a) — Impresso de admissão devidamente preenchido pelo interessado no internamento;
- b) — Documento comprovativo dos requisitos a que se referem as alíneas a), b), c) e d) do art. 5.º;
- c) — Cópia do recibo da renda de casa referente ao mês anterior ou de prestação do pagamento de habitação própria;

d) — A importância de 100\$00 a pagar também anualmente no mês de Outubro, que se destina a custear o prémio de seguro.

§ único — A cédula de nascimento poderá ser substituída pela apresentação de uma certidão de nascimento.

Mensalidades

Art. 9.º — A frequência deverá ser compensada pelas famílias, podendo ser gratuita se as condições económicas do agregado familiar o justificarem, após apreciação do respectivo processo.

§ 1.º — A compensação das famílias será mensal e deverá ser entregue de 1 a 10 do mês correspondente, constituindo receita da Assembleia Distrital.

§ 2.º — Em caso de atraso no pagamento das mensalidades, estas poderão ser pagas até ao dia 30 do mês correspondente, com o agravamento de 30 %.

§ 3.º — Findo este prazo sem pagamento, as importâncias em dívida deverão ser comunicadas à Secretaria da Assembleia Distrital para efeitos de débito ao Tesoureiro Distrital, nos termos legais.

§ 4.º — Na hipótese do § anterior, a frequência da Casa da Criança pelas crianças cuja mensalidade esteja em dívida será imediatamente suspensa e só poderá vir a ser renovada mediante apreciação do caso pelo Presidente da Assembleia Distrital.

§ 5.º — As ausências de crianças, inferiores a 15 dias não afectam as mensalidades que devem ser pagas integralmente.

§ 6.º — As ausências superiores a 15 dias por motivos de doença, que deve ser comprovada mediante apresentação de atestado médico, dão origem a 30 % de desconto na mensalidade.

Art. 10.º — As mensalidades correspondentes à compensação serão determinadas, tendo em consideração o rendimento «per capita» do agregado familiar e ainda o número de irmãos que frequentam o estabelecimento, nunca podendo ser inferiores a 250\$00, e terão em conta os escalões seguintes:

EM RENDIMENTO «PER CAPITA»	MENSALIDADE
.....\$.....
Inferior ... a 1 000\$00	250\$00
De 1 100\$00 a 3 000\$00	500\$00
De 3 100\$00 a 5 000\$00	750\$00
De 5 100\$00 a 7 000\$00	1 000\$00
De 7 100\$00 a 9 000\$00	1 300\$00
De 9 100\$00 a 11 000\$00	1 600\$00
Superior ... a 11 000\$00	1 850\$00

(a) — Alterações aprovadas por deliberação da ASSEMBLEIA DISTRICTAL de 18-12-81.

§ 1.º — Em casos excepcionais, devidamente justificados, a frequência poderá ser autorizada gratuitamente.

§ 2.º — Por cada irmão que já frequente a mesma Casa da Criança, poderá ser feito um desconto de 20 %.

§ 3.º — Para produzir efeitos a partir de Fevereiro de cada ano, a Assembleia Distrital determinará que, em Janeiro, os responsáveis pelas crianças já admitidas, sejam convidados a apresentar documentos comprovativos dos seus proventos, de molde a poderem ser actualizadas as respectivas mensalidades.

CAPÍTULO III

Do Funcionamento

Art. 11.º — O período de funcionamento das Casas da Criança será de 11 meses, existindo um mês de férias em que aquelas estarão encerradas. Este mês deverá coincidir com aquele em que faltam maior percentagem de crianças.

§ 1.º — Durante o mês de férias não será cobrada qualquer verba referente a esse mês.

§ 2.º — As casas da Criança encerram igualmente nos dias de feriados obrigatórios e ainda na véspera de Natal, na 3.ª feira de Carnaval e na 6.ª feira e sábado antes da Páscoa e na 2.ª feira da Páscoa.

Art. 12.º — Horário de funcionamento dos estabelecimentos:

1 — O horário de funcionamento das Casas da Criança deverá ser, em princípio, o seguinte:

— Abertura às 8 horas e encerramento às 18 h.

2 — Por necessidades sociais respeitantes ao trabalho dos pais fora do lar, o horário poderá ser alargado para os seguintes limites, os quais nunca devem ser ultrapassados:

— Abertura às 7,30 horas e encerramento às 19 horas.

3 — O horário do Pessoal será o seguinte:

— Pessoal Técnico 36 horas.

— Restante Pessoal 45 horas.

§ 1.º — A entrada das crianças deverá verificar-se obrigatoriamente até às 9,30 horas.

§ 2.º — As crianças que não almoçam nas Casas da Criança deverão sair até às 12,30 horas tendo de reentrar até às 14 horas.

Art. 13.º — A alimentação das crianças obedece criteriosamente ao constante da ementa afixada diariamente.

§ 1.º — Qualquer pedido de dieta ou da sua anulação deve ser feito até às 9,30 horas do dia respectivo à Responsável da sala a que a criança pertence ou a quem a substitua.

Art. 14.º — No acto de admissão de cada criança é obrigatório a entrega dos seguintes objectos:

- 1 — Copo, escova e pasta de dentes;
 - Pente ou escova de dentes;
 - Chapéu com o nome da criança;
- 2 — Os bebés deverão apresentar diariamente:
 - Fraldas lavadas;
 - 1 calça de plástico;
 - 1 muda completa.

Art. 15.º — Não é permitida a frequência das crianças que se encontrem com sintomas de doença contagiosa, até ao total desaparecimento da mesma.

§ único — Se qualquer sintoma se verificar durante o dia, cabe à Instituição contactar imediatamente com os pais para que, no mínimo espaço de tempo, a criança seja retirada, só podendo regressar depois de autorização médica, que deverá ser apresentada por escrito no estabelecimento.

Art. 16.º — Sempre que sejam ministrados medicamentos, deverá ser entregue à responsável da sala ou a quem a substitua, uma nota escrita, com indicação do nome da criança a quem o medicamento se destina, bem como das quantidades e das horas a que os mesmos devem ser ministrados.

Art. 17.º — A distribuição das crianças por cada classe é feita de acordo com a sua idade. Cabe no entanto à Encarregada-Geral avaliar até que ponto a criança, depois de algum tempo de estadia, pode continuar a frequentar essa classe, ou deve passar para qualquer outra, de acordo com o seu desenvolvimento intelectual.

Art. 18.º — Após o almoço, há obrigatoriamente um período de repouso para todas as crianças.

Art. 19.º — Mensalmente poderão realizar-se reuniões do pessoal com as Encarregadas-Gerais a que poderão assistir alguns pais ou Comissão de Pais, se estiver

constituída, para, em conjunto, ser feita a coordenação das actividades por forma a obter o bom funcionamento das Casas da Criança em todos os sectores.

Art. 20.º — As actividades de creche e jardim de infância deverão processar-se de acordo com as orientações técnicas dos Serviços competentes do IFAS e Serviços de Segurança Social, através dos seus departamentos locais ou Distritais, a quem será solicitado o apoio necessário.

CAPÍTULO IV

Do Pessoal

Art. 21.º — O Quadro de Pessoal de cada estabelecimento será fixado pela Assembleia Distrital tendo em conta as necessidades respectivas.

Art. 22.º — O recrutamento de pessoal para as vagas existentes será feito pela Assembleia Distrital de conformidade com a legislação em vigor, mais adequada.

Art. 23.º — O provimento de pessoal eventual poderá ser feito, a título experimental, por um período de 6 meses, a título de estágio. Findo este prazo, o pessoal será contratado ou assalariado, conforme os casos, sendo dispensado ao serviço se não oferecer garantias para o bom desempenho das respectivas funções.

Art. 24.º — Cada Casa da Criança tem como responsável uma Encarregada-Geral, a qual responde perante a Assembleia Distrital pela administração, funcionamento, eficiência e disciplina do estabelecimento.

1 — Compete à Encarregada-Geral:

- a) — Verificar se são prestados às crianças os cuidados que a sua idade requer, com predominância de atenção sobre as crianças até aos 2 anos;
- b) — Vigiar as condições higiénicas do estabelecimento;
- c) — Estabelecer as medidas adequadas à prevenção de acidentes e vigiar o seu cumprimento e diligenciar junto das Companhias de Seguros a reparação de quaisquer sinistros ou danos causados;
- d) — Orientar as actividades específicas de todo o pessoal, participar as suas faltas, licenças e impedimentos legais e quaisquer alterações à boa ordem e disciplina do estabelecimento;

- e) — Remeter à Assembleia Distrital até ao dia 10 do mês seguinte ao da cobrança, a importância das mensalidades ou de seguros arrecadada no mês anterior, com mapa discriminativo;
- f) — Elaborar um **relatório mensal**, sucinto, das actividades;
- g) — Administrar o fundo de maneo e elaborar e remeter à Assembleia Distrital até ao dia 10 do mês seguinte, os mapas mensais de Despesas e respectivas facturas das aquisições feitas;
- h) — Promover a realização de reuniões gerais com o pessoal, convocando reuniões extraordinárias sempre que consideradas necessárias;
- i) — Promover a realização das reuniões de sector;
- j) — Elaborar relatório anual da actividade desenvolvida;
- k) — Propor à Assembleia Distrital as aquisições e obras a efectuar, consideradas necessárias;
- l) — Exercer as demais funções, que lhe sejam cometidas pela Assembleia Distrital;

§ 1.º — Se para maneo de fundos ou para maior segurança dos mesmos houver necessidade de recorrer a depósitos bancários, as fichas desses bancos serão remetidas à Assembleia Distrital a fim de serem assinadas pelo Presidente, Chefe da Secretaria e Encarregada da respectiva Casa da Criança, com a indicação de quem poderá movimentar anualmente as respectivas contas;

§ 2.º — Os juros dos depósitos bancários se os houver, constituirão receita da Assembleia Distrital e deverão ser levantados e remetidos **até 15 de Janeiro de cada ano à Secretaria da mesma**, para a sua contabilização.

Art. 25.º — 1 — No sector da creche por cada grupo de 10 crianças até aos dois anos deve existir uma monitora e um elemento de pessoal auxiliar com características essencialmente maternas; todo o sector até aos dois anos será apoiado diariamente pela **Encarregada-Geral** da respectiva Casa da Criança.

Por cada grupo de 25 crianças de 2 a 3 anos deve existir uma **monitora**.

2 — No sector do jardim de infância, por cada grupo de 30 crianças entre os 3 e os 6 anos deve existir uma **unidade técnica**; para auxiliar as actividades das técnicas é necessário 1 elemento auxiliar para todo o sector do jardim de infância.

3 — Havendo necessidade de «roulement» de horário, que permita à Instituição fazer uma verdadeira cobertura social, deverá a Encarregada-Geral estudar o assunto de forma a designar as unidades auxiliares necessárias para o efeito.

Art. 26.º — Compete ao Pessoal Técnico: (Educadoras de Infância e Técnicas Auxiliares Sociais).

- a) — Tomar conhecimento do meio social onde a Instituição está integrada e as circunstâncias familiares e individuais de cada criança, com vista à sua perfeita integração e orientação respectiva;
- b) — Assistir à entrada e/ou saída das crianças, contactando com as respectivas famílias;
- c) — Verificar diariamente se a criança tem aspecto de doença comunicando à Encarregada-Geral e tomando as medidas necessárias à situação observada;
- d) — Tomar precauções e instruir as crianças por forma a evitar acidentes;
- e) — Observar as alterações no estado e comportamento das crianças e tomar as providências consideradas necessárias; controlar os cartões de vacinas, de molde a que estejam actualizados;
- f) — Planear e orientar as actividades diárias do grupo de crianças a seu cargo;
- g) — Organizar e manter actualizados os registos das fichas psico-motoras e pedagógicas;
- h) — Fazer a vigilância das crianças nos recreios e assistir e orientar as refeições; vigiar e desenvolver os hábitos de aseo e arranjo individual das mesmas;
- i) — Propor, nas reuniões gerais de pessoal, a substituição ou reparação de material inutilizado;
- j) — Propor no início do ano lectivo, a aquisição de material didáctico e de desgaste necessário às actividades;
- k) — Colaborar com a Encarregada-Geral na efectivação das funções para esta especificadas e que exijam esse grau de colaboração ou substituí-las nas suas faltas e impedimentos;

Art. 27.º — Compete ao Pessoal Auxiliar:

- a) — Colaborar com o pessoal técnico e de cozinha para o desenvolvimento harmonioso das respectivas actividades;

- b) — Cumprir as ordens dimanadas da Encarregada-Geral ou de quem legalmente a substitua na efectivação das funções que exijam a sua colaboração ou lhes sejam destinadas.

Art. 28.º — Compete ao Pessoal de Cozinha :

- a) — Colaborar na aquisição de géneros alimentícios;
b) — A preparação das refeições segundo as ementas estabelecidas dentro da maior higiene;
c) — Limpeza e arrumação da cozinha e refeitório.

Art. 29.º — Em cada Casa da Criança existirá um livro de ponto para registo da frequência do seu pessoal.

§ 1.º — Ficará a cargo da Encarregada-Geral assinalar as respectivas faltas do pessoal devendo remeter as participações ao Sr. Presidente da Assembleia Distrital e mensalmente até ao dia 10 do mês seguinte, à Assembleia Distrital, mapa da frequência do pessoal em relação ao mês anterior.

CAPÍTULO V

Diversos

Art. 30.º — A vigilância de saúde das crianças e do pessoal será assegurada pelos serviços de saúde locais.

Art. 31.º — As infracções às disposições do presente Regulamento serão objecto de sanções disciplinares a aplicar pelo Sr. Presidente da Assembleia Distrital mediante apuramento das responsabilidades em inquérito previamente organizado nos termos da legislação em vigor.

Art. 32.º — Em tudo o mais em que a presente Regulamento seja omissa, a Assembleia Distrital, ouvido o IFAS, deliberará.

Art. 3.º — Consideram-se revogados os regulamentos anteriores das Casas da Criança.

Art. 34.º — O presente Regulamento entrará em vigor em 1 de Janeiro de 1981.

Aveiro e Assembleia Distrital, aos 27 de Novembro de 1980.

O Presidente da Assembleia Distrital,

Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça

NOTA: — O presente Regulamento foi aprovado em reunião ordinária da Assembleia Distrital de Aveiro de 12 de Dezembro de 1980.

bibRIA

Relatório da Gerência do Ano de 1981

INTRODUÇÃO

Nos termos legais e regimentais, temos a honra de submeter à judiciosa apreciação da Assembleia Distrital o RELATÓRIO E CONTAS do Distrito, concernentes ao ano de 1981, e que esperamos mereçam a devida aprovação.

Sem dúvida que, mais do que a actividade político-administrativa, desenvolveu a A. D. meritória acção de assistência às Instituições que tem a seu cargo: **Internato Distrital e Casas da Criança de Águeda, Albergaria-a-Velha e Mealhada**, e que deverão continuar a merecer melhor carinho e apoio, na prossecução dos nobres e humanísticos objectivos que lhe são atinentes.

Por isso que, no decurso do ano em apreço, se iniciaram várias obras de beneficiação e de reconstrução de algumas daquelas instituições, nomeadamente, nas Casas da Criança de Albergaria-a-Velha e Mealhada, que se elevarão a cerca de 2 000 contos.

No domínio do Fomento, da Agricultura e do Apoio Cultural, não obstante a exiguidade dos recursos, pode considerar-se positiva a acção desenvolvida, em termos de cooperação com as iniciativas distritais no campo de exposições e feiras, e concessão de vários subsídios.

No aspecto político-administrativo, houve regular funcionamento, com participação, interesse e empenhamento de todos os seus membros, com especial realce para o debate das grandes questões que importam ao Poder Local, designadamente no que respeita a projectos de alteração às leis do Poder Local e da Regionalização Turística do Distrito.

Especialmente, no que toca à estreita acção administrativa da A. D., no ano de 1981, explicitar-se-á, como segue, através da apresentação e análise de Relatórios e Mapas sectoriais.

*
* *
*

MOVIMENTO FINANCEIRO

— Teremos que referir que do ponto de vista global e em relação ao que havia acontecido em 1980 se verificou em 1981 um ligeiro aumento na RECEITA da Autarquia.

— O seu valor de esc. 24 585 064\$20, foi superior em 4 425 086\$50 à receita do ano de 1980 e inferior em esc. 7 988 935\$80, à Receita Orçamental prevista.

— Este último facto deve-se especificamente, no Capítulo das **Transferências Correntes** à insuficiente verba global atribuída pelo M. A. Interna por conta das

dotações do Orçamento Geral do Estado, para cumprimento do n.º 1 do art.º 22.º da Lei n.º 1/79 (Lei das Finanças Locais), uma vez que os **Adicionais às Contribuições e Impostos Gerais do Estado**, que constituíam a principal receita dos **Distritos**, foram abolidos a partir da cobrança de 1979 (n.º 2 do art.º 24.º da citada Lei), muito embora se arrecadem ainda os liquidados ou liquidáveis referentes a anos anteriores.

— Por outro lado, relativamente à receita a que se refere o n.º 2 do citado art.º 22.º (Receita arrecadada pelo Cofre Privativo do Governo Civil), tem estado suspensa a sua entrega ao Distrito, conforme estabelecia essa disposição legal, não tendo o M. A. I. atribuído qualquer verba a título de compensação, pela sua falta.

— Deste modo a gestão do ano de 1981, e como se pode ver dos números acima, foi no sentido de restringir despesas, malgrado houvesse que efectuar algumas obras de reparação já programadas nas **Casas da Criança**, reparações diversas em equipamento nas mesmas Casas e no **Internato Distrital de Aveiro**, além de diversas aquisições de material e equipamento, nomeadamente frigoríficos, cilindros eléctricos, material de aquecimento, etc., absolutamente necessário para dotação daqueles Serviços Distritais.

— Conseguiu-se mesmo assim, «congelar» a verba de 20 000 contos destinada à Obra de Ampliação do Edifício-Sede Distrital, para instalação do Arquivo e Biblioteca Distrital, verba essa colocada em depósitos a prazo, em duas instituições bancárias o que permitiu de certo modo assegurar o seu destino útil, reforçando a Receita através de juros válidos que garantiram a prossecução dos objectivos da Autarquia.

— Quanto à DESPESA, foi de esc. 25 337 945\$10; Como a realizada em 1980 foi de 25 793 841\$20 **resulta numa diferença para menos de esc. 455 896\$10.**

Mas passemos à apresentação dos números mais elucidativos:

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Saldo do ano de 1980	20 752 946\$10
Receita de 1981	24 585 064\$20
Total	45 338 010\$30
Despesa do ano de 1981	25 337 945\$10
SALDO PARA 1982	20 000 065\$20

RECEITA

O Mapa que segue descreve comparativamente as receitas arrecadadas nos anos de 1980 e 1981, com indicação das correspondentes diferenças para mais ou para menos: (a)

	Em 1980	Em 1981	Diferença para mais	Diferença para menos
IMPOSTOS DIRECTOS				
Adicionais às contribuições e Impostos do Estado referentes a anos anteriores a 1979 e respectivos juros de mora (n.º 3 art.º 24.º da Lei n.º 1/79)	508 423\$40	381 501\$70	\$	126 921\$70
Outros Impostos	\$	16 755\$10	\$	\$
Taxas, multas e outras penalidades	2 546\$50	5 295\$00	2 748\$50	\$
Juros e dividendos	1 990 914\$20	3 839 509\$00	1 848 594\$80	\$
Juros de certificados de renda perpétua	900\$00	900\$00	\$	\$
Outros	\$	1 413\$60	\$	\$
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
Sector Público (do M. A. I.) Verba do n.º 1 do art.º 22.º da Lei n.º 1/79	10 694 000\$00	14 296 000\$00	3 602 000\$00	\$
Central e Regional — das Caixas de Previdência e Abono de Família	84 273\$50	118 638\$00	34 364\$50	\$
Do Centro Regional de Segurança Social de Aveiro Acordo de Cooperação para manutenção do Internato	3 958 713\$00	3 201 150\$00	\$	757 563\$00
Outros Sectores	63 285\$80	22 455\$50	\$	40 830\$30
Autarquias	527 253\$20	105 762\$80	\$	421 490\$40
Outros reembolsos: Reembolso de chamadas telefónicas particulares	36 119\$00	41 680\$00	5 561\$00	\$
Reembolso de subsídios de refeição	166 187\$90	150 322\$60	\$	15 865\$30
Descontos para a Autarquia aos Beneficiários da A. D. S. E.	1 227\$00	15 846\$00	14 619\$00	\$
Donativos de particulares para fins assistenciais ou de cultura	5 000\$00	2 000\$00	\$	3 000\$00
VENDA DE BENS DURADOUROS				
Venda de publicações distritais	51 763\$00	51 150\$50	\$	612\$50
Venda de bens dispensáveis aos serviços	\$	3 500\$00	\$	\$
Venda de cadernos de encargos e desenhos	63 989\$20	\$	\$	\$
Quotas de internamento de assistidos	1 112 578\$00	1 425 519\$40	312 941\$40	\$
Receita proveniente da passagem de certidões e fotocópias de livros e documentos do Arquivo Distrital	6 996\$50	6 024\$00	\$	972\$50
Fundos Permanentes	26 000\$00	26 000\$00	\$	\$
Reposições abatidas em despesas correntes	11 621\$00	3 864\$00	\$	7 757\$00
Outras	\$	500\$00	\$	\$
TOTAL	19 311 791\$20	23 715 787\$20	5 820 829\$20	1 375 012\$70

(a) A receita comparada acima não inclui as cobradas para diversas entidades (consignação de receitas).

Nas diferenças para menos, verificadas no quadro acima, merecem realce:

- a) A diferença de 757 563\$00 proveniente da diminuição dos subsídios mensais do Centro Regional de Segurança Social, para a manutenção do Internato Distrital de Aveiro.
- b) A diferença de 421 490\$40, mais a não venda de cadernos de encargos e desenhos, às Câmaras

Municipais do Distrito, em trabalhos elaborados pelos SERVIÇOS TÉCNICOS DE FOMENTO, motivada pela extinção daqueles em 1980.

- c) Importa referir que a «Venda de publicações Distritais» em 1979 foi de esc. 13 046\$00, em 1980 de esc. 51 763\$00 e em 1981 de 51 150\$00, o que se deve a uma certa estagnação em que se encontravam os **Serviços de Cultura** em 1979, a que se imprimiu maior dinâmica nos anos seguintes que provocaram aumentos sensíveis de receita.

Nas diferenças para mais, é de salientar o aumento sensível da receita proveniente das Casas da Criança, 312 941\$40, provocado pelo aumento das Quotas autorizado por deliberação da Assembleia Distrital de 12-12-80.

A Receita total prevista para o ano de 1981 foi de :

Orçamento Ordinário	32 574 000\$00
1.ª Revisão Orçamental (sem o saldo do ano anterior)	200 000\$00
2.ª Revisão Orçamental (sem o saldo do ano anterior)	580 000\$00
TOTAL	33 354 000\$00

Na receita efectivamente arrecadada foi de Esc. **24 585 064\$20** o que em relação aos Orçamentos se traduz numa diferença para menos de Esc. **8 768 935\$80**.

Pelo que se relatou se pode ver à evidência que a situação financeira da Autarquia Distrital se apresenta precária com vista aos anos futuros, se o Estado através do M. A. I., não vier a reforçar a verba global já referida.

Neste sentido já se diligenciou junto da Secretaria de Estado da Acção Regional e Local, tendo em conta o Orçamento do ano em curso.

DESPESA

No mapa a seguir se discriminam por Capítulos Orgânicos comparativamente as despesas dos anos de 1980 e 1981, com as correspondentes diferenças :

Convém esclarecer que as diferenças mais sensíveis encontradas, se justificam da seguinte forma :

- a) **Órgãos da Autarquia** — A diferença para menos na despesa, resulta de, no ano de 1980 ter sido adquirida uma viatura para os serviços da Autarquia, embora afecta ao Internato Distrital de Aveiro.
- b) **Serviços Técnicos de Fomento** — Em 1980 foram extintos estes Serviços, tendo o património (bens móveis) sido transferidos para o G. A. T. de Aveiro, bem como parte do pessoal respectivo.
- c) **Nas três Casas da Criança** houve um aumento sensível para mais na despesa que se deve à dotação de alguns lugares dos respectivos quadros de pessoal, aumento de vencimentos ao funcionalismo, pagamento de obras realizadas durante o ano de 1981 e aquisição de algum equipamento.
- d) **No Capítulo da Cultura** — A diferença para mais verificada resulta essencialmente da concessão de maior número de subsídios a Instituições Culturais e também do pagamento de publicações mandadas reeditar.

Na análise do mapa comparativo da **Despesa** realizada em 1981 constata-se que no decurso daquele ano, esta foi superior à receita em Esc. 752 880\$90.

Houve pois que recorrer ao saldo do ano findo, embora sem necessidade de utilizar as importâncias depositadas a prazo, tendo-se conseguido mesmo transitar para o ano de 1982, sem dívidas passivas.

	Em 1980	Em 1981	Diferença para mais	Diferença para menos
Classes Inactivas	89 234\$00	188 908\$00	99 674\$00	\$
Órgãos da Autarquia	1 998 486\$80	576 940\$70	\$	1 421 546\$10
Secretaria	2 911 763\$70	3 687 721\$20	775 957\$50	\$
Tesouraria	8 194\$00	11 942\$10	3 748\$10	\$
Serviços Técnicos de Fomento	3 209 885\$50	\$	\$	\$
Outras Atribuições de Fomento	270 000\$00	215 000\$00	\$	55 000\$00
Cultura	1 975 582\$00	2 054 403\$20	78 821\$20	\$
Arquivo Distrital	591 119\$00	607 355\$30	16 236\$30	\$
Internato Distrital de Aveiro	7 965 473\$20	9 352 287\$20	1 386 814\$00	\$
C. C. de Albergaria	1 588 316\$80	2 559 910\$50	971 593\$70	\$
C. C. de Águeda	1 456 822\$70	2 165 183\$70	708 361\$00	\$
C. C. da Mealhada	1 670 985\$60	2 197 558\$90	526 573\$30	\$
Outras Atribuições de Assistência	1 209 461\$40	855 457\$30	\$	354 004\$10
Contas de Ordem — Consignação de Receitas	848 516\$50	865 277\$00	16 760\$50	\$
TOTAL	25 793 841\$20	25 337 945\$10	4 584 539\$60	1 830 550\$20

No ano em curso porém, e dado o saldo que transitou estar reduzido a esc. 20 000 065\$20, sem o reforço das verbas a atribuir pelo M. A. I., não vai ser possível gerir a Autarquia Distrital sem o recurso aos depósitos a prazo, que como se disse atrás, estão consignados para obras.

Este o sombrio panorama que se depara à Assembleia Distrital e para o qual se espera que o Poder

Central encontre solução, através do O. G. E. dotando a Autarquia das verbas que se afiguram justas para a manutenção dos serviços.

Seguem alguns elementos comparativos das despesas desdobradas em alguns Capítulos Orgânicos pelos respectivos Capítulos ou Grupos Económicos :

Assim :

	Em 1980	Em 1981	Diferença para mais	Diferença para menos
CLASSES INACTIVAS				
Pessoal	89 234\$00	188 908\$00	99 674\$00	\$
ÓRGÃOS DA AUTARQUIA				
Abonos diversos — despesas de representação ...	29 094\$00	128 094\$00	99 000\$00	\$
Bens Duradouros :				
Aquisição de livros, publicações, assinatura do Diário da República e respectivas encadernações	39 890\$00	27 862\$00	\$	443\$00
Outros Bens Duradouros	28 305\$00	13 490\$00	\$	26 400\$00
Bens não Duradouros :				
Consumos de Secretaria	449\$00	\$	\$	\$
Material de higiene e limpeza ...	14 334\$40	22 020\$80	7 686\$40	\$
Aquisição de Serviços :				
Luz, aquecimento, água, limpeza e jardim ...	42 809\$00	\$	\$	\$
Locação de Bens ...	3 352\$50	\$	\$	\$
Transportes e Comunicações :				
Correios, telégrafos e telefones ...	2 251\$50	23 453\$50	21 202\$00	\$
Diversos ...	33 690\$00	5 940\$00	\$	27 750\$00
Emolumentos ao Tribunal de Contas ...	31 834\$00	70 877\$00	39 043\$00	\$
Publicação de anúncios no Diário da República e outros periódicos ...	28 514\$70	46 744\$50	18 229\$80	\$
Serviços de Administração Financeira ...	18 884\$00	15 426\$00	\$	3 458\$00
Fundo de Cadastro ...	241\$00	55\$00	\$	186\$00
Anulações nos Adicionais às Contribuições e Impostos Gerais do Estado ...	277 067\$00	76 597\$40	\$	200 469\$60
Pequenas reparações — Sede ...	6 331\$00	4 322\$30	\$	2 008\$70
Diversos ...	\$	6 040\$00	\$	\$
Outras Despesas Correntes :				
Seguros de imóveis, móveis, máquinas e veículos	53 318\$20	96 338\$20	43 020\$00	\$
Indemnizações por danos causados a terceiros ...	500\$00	\$	\$	\$
Restituição de importâncias indevidamente recebidas ...	\$	5 320\$00	\$	\$
Fundos Permanentes ...	26 000\$00	26 000\$00	\$	\$
INVESTIMENTOS				
Construções diversas e grandes reparações ...	227 532\$60	\$	\$	\$
Material de transporte incluindo grandes reparações	798 438\$00	\$	\$	\$
Máquinas e equipamento ...	335 750\$00	7 500\$00	\$	228 250\$00
TOTAL ...	2 087 819\$90	764 988\$70	327 855\$20	488 965\$30

ÓRGÃOS DA AUTARQUIA :

Pelo mapa acima se pode ver que as principais diferenças para mais se verificarem nas rubricas de despesas de representação, verbas com portes de correio, emolumentos pelo julgamento de Contas e publicação de anúncios no Diário da República e noutros periódicos. As despesas de representação referem-se à deslocação a Madrid, à **Estação de Tratamento de Lixos da Vertresa, S. A.** e as restantes despesas justificam-se pelo aumento

dos encargos com a realização de reuniões da Assembleia Distrital, pois em 1981 realizaram-se 6 reuniões em diversos locais do Distrito.

Quanto aos emolumentos ao Tribunal de Contas, houve um aumento gravoso nos emolumentos a cobrar por aquele Venerando Tribunal e referem-se ao julgamento das Contas de Gerência do ano de 1978, cujo acórdão irá ser presente à Assembleia Distrital.

Vejamos agora o Capítulo da **SECRETARIA :**

	Em 1980	Em 1981	Diferença para mais	Diferença para menos
SECRETARIA				
Pessoal				
Remunerações certas e permanentes. Pessoal eventual. Subsídios de férias e de Natal, diuturnidades, subsídio de refeição	2 450 242\$80	3 193 513\$00	743 270\$20	
Alimentação e alojamento — Ajudas de custo	868\$00	32 576\$00	31 708\$00	
Vestuários e artigos pessoais (fardamentos e resguardos)	2 405\$00	9 440\$00	7 035\$00	
Abono de Família	26 400\$00	29 400\$00	3 000\$00	
Encargos A. D. S. E.	4 550\$00	13 950\$00	9 400\$00	
Outras prestações directas (de segurança social)	7 900\$00	9 900\$00	2 000\$00	
Encargos com Pessoal inscrito na Caixa de Previdência	59 748\$00	42 093\$00		17 655\$00
Deslocações (abono para transportes)	2 442\$00	20 317\$00	17 875\$00	
Bens duradouros :				
Aquisição de livros e outras publicações e respectivas encadernações (de interesse profissional)	3 425\$00	6 225\$00	2 800\$00	
Equipamento de Secretaria	7 292\$60	7 379\$60	87\$00	
Outros bens duradouros	5 698\$00	\$	\$	
Consumos de Secretaria (material de expediente e escritório)	170 897\$00	176 494\$50	5 597\$50	
Diversos	\$	160\$00		
Aquisição de serviços :				
Correios, telégrafos e telefones	135 535\$30	126 520\$10		9 015\$20
Outros encargos	1 390\$00	19 753\$00	18 363\$00	
Investimentos :				
Maquinaria e equipamento	32 970\$00	\$	\$	
TOTAL	2 911 763\$70	3 687 721\$20	841 135\$70	26 670\$20

Na Secretaria aparecem como diferenças significativas **para mais**, as das despesas com pessoal que se justificam pelos aumentos ao funcionalismo público verificados no decorrer do ano de 1981.

Na rubrica de «Correios, telégrafos e telefones», as despesas diminuíram porquanto o expediente das reuniões é processado pelo Capítulo Orgânico dos «Órgãos da Autarquia».

	Em 1980	Em 1981	Diferença para mais	Diferença para menos
TESOURARIA				
Pessoal				
Gratificação ao Tesoureiro. Art.º 327.º C. A.	7 200\$00	7 200\$00		
Bens não Duradouros				
Consumos de Secretaria	994\$00	4 742\$10	3 748\$10	
TOTAL	8 194\$00	11 942\$10	3 748\$10	

De referir que é essencial que o M. A. Interna, com a Direcção Geral do Tesouro, promovam a alteração da disposição legal que fixou a gratificação ao Tesoureiro da Fazenda Pública em 600\$00 mensais, que é perfeitamente anacrónica nos tempos actuais, não obstante aquele ter vencimento pelo Estado.

Também se não justifica a criação de uma Tesouraria Privativa pelos encargos que isso acarretaria à Autarquia Distrital.

Durante o ano de 1981 foi possível instalar Posto Suplementar Telefónico para a Tesouraria, falta que se fazia sentir imenso nos anos anteriores.

ATRIBUIÇÕES DE FOMENTO:

	Em 1980	Em 1981	Diferença para mais	Diferença para menos
Transferências Correntes:				
Subsídios com vista à instituição de prémios destinados ao Fomento da Agricultura, Pecuária, do Turismo e das Indústrias Tradicionais da Região	195 000\$00	215 000\$00	20 000\$00	
Subsídios com a organização de Paradas, Feiras ou Exposições de produtos agrícolas ou das indústrias regionais	75 000\$00	\$	\$	\$
TOTAL	270 000\$00	215 000\$00	20 000\$00	\$

ARQUIVO DISTRITAL:

	Em 1980	Em 1981	Diferença para mais	Diferença para menos
Pessoal				
Remunerações certas e permanentes	561 625\$00	583 900\$00	22 275\$00	
Abono de Família	3 780\$00	3 950\$00	170\$00	
Deslocações — Participação de encargos	1 309\$00			
Bens Duradouros				
Assinatura do Diário da República	3 860\$00	220\$00		3 640\$00
Equipamento de Secretaria	745\$00	725\$00		20\$00
Diversos		378\$50		
Bens não Duradouros				
Consumos de Secretaria	15 184\$50	12 450\$00		12 734\$50
Mat. Higiene e Limpeza	4 615\$50	5 731\$80	1 116\$30	
TOTAL	591 119\$00	607 355\$30	23 561\$30	16 394\$50

Em relação ao movimento do **ARQUIVO DISTRITAL**, podem referir-se os seguintes elementos estatísticos:

- 1—O número de consulentes foi de 374, sendo 178 do Núcleo Notarial e 196 do Núcleo Paroquial.
- 2—Foram consultados 5 949 volumes, dos quais 2 963 pertenciam à Secção Notarial e 2 986 à Paroquial.
- 3—Foram requisitadas durante o ano de 1981 e entregues 128 certidões de livros e documentos arquivados.

CULTURA:

	Em 1980	Em 1981	Diferença para mais	Diferença para menos
Transferências Correntes:				
Subsídios para a manutenção ou criação de Museus de Etnografia, História e Arte Regional	650 000\$00	400 000\$00		250 000\$00
Instituições Particulares:				
Subsídios a instituições ou institutos e associações culturais do Distrito para os fins culturais previstos no presente capítulo Orgânico	991 500\$00	877 500\$00		114 000\$00
Outras Despesas Correntes:				
Encargos resultantes da publicação da revista «Aveiro e o seu Distrito» respectivas reedições e outras publicações incluindo portes de correio e honorários devidos por intervenção nas mesmas	316 082\$00	758 903\$20	442 821\$20	
Encargos com gratificações a funcionários distritais pelo exercício de funções de cultura	18 000\$00	18 000\$00		
TOTAL	1 975 582\$00	2 054 403\$20	442 821\$20	364 000\$00

Como se vê do mapa acima, as despesas com as publicações distritais aumentaram em relação a 1980 em 442 821\$20, o que se deve essencialmente aos custos actuais das edições e reedições, que se haviam encomendado já em 1980. Cada número da Revista «Aveiro e o seu Distrito» ficava em 1981 à razão de 124\$00 cada exemplar, motivo pelo qual, o preço de venda actual (60\$00) terá de ser novamente revisto em 1982, de molde a atenuar um pouco o custo de tais edições. Neste momento apenas está por reeditar o n.º 5 da Revista (actualmente esgotado) e encontra-se prestes

a ser publicado o n.º 29, cujos artigos se encontram já na tipografia desde Novembro de 1981, devendo-se o atraso na sua publicação, a dificuldade de arranjo de fotografuras e também ao volume de serviço existente na Gráfica Ideal de Águeda no final do ano.

De qualquer modo parece-nos do maior interesse manter a publicação daquele Órgão Distrital que tanta aceitação tem tido a nível Distrital e até Nacional.

Existe já alguma colaboração para o n.º 30 da referida Revista, que logo que esteja completa e coordenada, vai ser dada ao prelo, de molde a ser publicada no ano de 1982.

INTERNATO DISTRITAL DE AVEIRO :

	Em 1980	Em 1981	Diferença para mais	Diferença para menos
PESSOAL				
Remunerações certas e permanentes :	4 706 598\$00	5 691 598\$00	985 083\$00	
Alimentação e alojamento Ajudas de custo	1 372\$00	7 208\$50	5 836\$50	
Abono de Família	25 210\$00	20 790\$00		4 420\$00
Encargos com a saúde		2 430\$00		
Seguros de Pessoal	51 359\$00	51 359\$00		
Deslocações — Comparticipação de encargos	314\$00	85\$00		229\$00
Bens Duradouros :				
Construções e grandes reparações	107 545\$90	9 543\$00		98 002\$90
Material de aquartelamento e alojamento	79 378\$30	33 684\$20		45 694\$10
Material de educação cultura e recreio	1 881\$00	4 715\$00	2 834\$00	
Equipamento de Secretaria	265\$00	\$	\$	\$
Outros Bens Duradouros :				
Utensílios de limpeza	1 241\$00	2 200\$00	959\$00	
Diversos	11 921\$30	13 116\$20	2 094\$90	
Bens não Duradouros :				
Combustíveis e lubrificantes	378 080\$80	463 952\$00	85 871\$20	
Alimentação, roupas e calçado	1 416 250\$90	1 659 907\$70	243 656\$80	
Consumos de Secretaria	7 346\$70	12 604\$00	5 257\$30	
Material de higiene e limpeza	144 084\$70	209 954\$40	65 869\$70	
Medicamentos	58 746\$80	37 370\$60		21 376\$20
Material de educação e recreio dos assistidos	76 871\$90	74 600\$90		2 271\$00
Diversos	65 685\$00	122 109\$70	56 424\$70	
Aquisição de Serviços :				
Luz, aquecimento, água e limpeza, jardim	243 483\$10	249 488\$80	6 005\$70	
Encargos Agro-Pecuários da Quinta do Forte	280 422\$50	247 314\$00		33 108\$50
Transportes e comunicações :				
Correios, telégrafos e telefones	43 559\$50	47 914\$50	4 355\$00	
Diversos	9 499\$00	6 821\$00		2 678\$00
Outros :				
Assistência médica e hospitalar	35 980\$00	51 135\$00	15 155\$00	
Reparação de imóveis, móveis e viaturas	131 292\$10	217 092\$90	85 800\$80	
Diversos	6 257\$50	5 938\$00		319\$50
Transferências Correntes :				
Particulares	9 832\$50	4 460\$00		5 372\$50
Outras Despesas Correntes :				
Seguros de material	5 641\$00	5 641\$00		
Despesas com a instrução dos assistidos	3 710\$00	3 266\$00		444\$00
Outros	7 130\$50	385\$00		6 745\$50
Investimentos :				
Material de transporte		9 767\$40		
Maquinaria e equipamento	53 256\$20	85 752\$40	32 496\$20	
TOTAL	7 963 316\$20	9 352 287\$20	1 597 699\$80	220 661\$20

Como diferenças para mais, a assinalar mais acentuadas, temos as despesas com Pessoal devido a aumentos nas remunerações, autorizados superiormente no ano de 1981.

Há no entanto aumentos sensíveis nas rubricas de «Combustíveis e lubrificantes» e «Alimentação, roupas e calçado dos internados» que se devem aos aumentos dos custos de todos estes produtos e géneros verificados no ano de 1981.

Verificou-se também um aumento na rubrica de «Reparação de imóveis, móveis e viaturas», pois houve

necessidade de reparações em depósitos, caldeiras, máquinas de lavar roupa, etc., reparações essas que ficaram bastante dispendiosas.

Mesmo assim conseguiu-se uma certa compressão nas despesas, pois a verba votada para o **Internato Distrital de Aveiro** era de 11 517 000\$00, tendo sido dispendida apenas a quantia total de 9 352 287\$00, o que dá uma diferença para menos de 2 164 712\$00.

Em separado se anexa o relatório da forma como decorrem os serviços naquele Internato no ano de 1981.

ACTIVIDADES DE ASSISTÊNCIA — CASAS DA CRIANÇA

MAPA COMPARATIVO: ANO DE 1981 «DESPESAS»

	Em Águeda	Em Albergaria-a-Velha	Na Mealhada	Soma
Pessoal				
Remunerações certas e permanentes e outras despesas obrigatórias (diuturnidades, Sub. refeição, de férias e Natal)	1 487 112\$50	1 612 542\$00	1 326 548\$00	4 426 202\$50
Alimentação e alojamento (ajudas de custo)	2 020\$00	640\$00	640\$00	3 300\$00
Vestuário e artigos pessoais	\$	\$	\$	\$
Abono de Família	8 600\$00	34 240\$00	7 900\$00	50 740\$00
Encargos com a saúde (A. D. S. E.)		5 285\$00		5 285\$00
Seguros de pessoal	1 637\$10	1 637\$10	3 401\$00	6 675\$20
Deslocação — Participação de encargos	220\$00	568\$00		788\$00
Bens Duradouros				
Construções e grandes reparações	175 000\$00	396 722\$40		571 722\$40
Material de aquartelamento e alojamento	33 782\$00	3 690\$00	81 216\$80	118 688\$80
Material de educação, cultura e recreio	140\$00	1 900\$00	475\$00	2 515\$00
Outros bens duradouros:				
Utensílios de limpeza	500\$00	1 000\$00	1 500\$00	3 000\$00
Diversos	556\$00	1 447\$00	4 812\$50	6 815\$50
Bens não Duradouros				
Combustíveis e lubrificantes	71 385\$20	18 594\$20	23 999\$50	113 978\$90
Despesas com a alimentação dos assistidos	282 731\$90	234 094\$60	306 115\$60	822 942\$10
Roupas e calçado dos assistidos	668\$50	27 124\$00	22 173\$00	49 965\$50
Consumos de Secretaria	658\$50	1 018\$00	1 735\$00	3 411\$50
Outros				
Material de higiene e limpeza	8 273\$20	11 936\$40	28 282\$90	48 492\$50
Medicamentos	451\$00	786\$50	4 857\$00	6 094\$50
Material para educação de assistidos	3 338\$50	8 509\$60	11 623\$00	23 471\$10
Diversos	4 905\$00	352\$80	4 585\$70	9 843\$50
Aquisição de Serviços				
Luz, aquecimento, água, limpeza e jardim	20 188\$80	15 388\$70	6 407\$40	41 984\$90
Correios, telegrafos e telefones	16 720\$00	40 980\$00	20 285\$00	77 985\$00
Diversos	320\$00	4 255\$00	\$	4 575\$00
Reparação de móveis, imóveis e viaturas (pequenas reparações)	11 441\$00	700\$00	8 584\$50	20 725\$50
Diversos	\$	3 720\$00	\$	3 720\$00
Outras Despesas Correntes				
Seguros de menores	12 116\$00	10 384\$00	9 884\$00	32 384\$00
Seguros de material	\$	271\$20	\$	271\$20
Outros	\$	\$	17\$50	17\$50
Investimentos				
Outros edifícios	\$	\$	300 000\$00	300.000\$00
Maquinaria e equipamento	22 418\$50	11 717\$00	23 518\$50	57 654\$00
TOTAL	2 165 183\$70	2 449 503\$50	2 198 561\$90	6 813 249\$10

Como se pode ver do mapa acima em todas as Casas da Criança se realizaram obras de simples reparação ou mesmo obras novas (caso da Mealhada) estas últimas levadas ao Capítulo de INVESTIMENTOS e por conta das quais se pagaram já 300 000\$00 ao respectivo empreiteiro.

No conjunto dispendeu-se com obras em todos aqueles serviços de assistência a quantia total de esc. 871 722\$40, estando para pagar em 1982 a quantia aproximada de 1 700 000\$00 referente à empreitada já concluída na Mealhada.

Também em equipamento, (material de aquecimento e outros) se dispendeu nas 3 Casas da Criança durante o ano de 1981, a quantia de esc. 57 654\$00.

O número de crianças médio que frequentou as 3 Casas durante o ano de 1981 foi o seguinte:

— Casa da Criança de Águeda	87
— » » » de Albergaria	51
— » » » da Mealhada	59

Como se pode ver, Águeda com instalações menos próprias tem contado a maior frequência, que só ainda não excedeu as 100 crianças em média, porquanto se fixou esse limite para a capacidade de admissões da referida Casa.

As Casas da Criança de Albergaria-a-Velha e Mealhada constituem património próprio Distrital que foi legado da antiga Junta de Província da Beira Litoral, com sede em Coimbra.

A Casa da Criança de Águeda funciona nas instalações da antiga Cadeia Comarcã, pertencente ao Ministério da Justiça, após a realização de diversas obras de adaptação.

Este o panorama financeiro da Assembleia Distrital no ano de 1981.

Seguem-se alguns relatórios por sectores que se anexam e dão conta de forma mais pormenorizada, do que foi o movimento dos diversos departamentos distritais durante aquele ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS :

É certo que, com a criação das Regiões Administrativas, desaparecerá a Assembleia Distrital, mas, enquanto subsistir, a sua acção terá de desenvolver-se dentro dos parâmetros legais e do espírito ético-social que naturalmente emana da sua própria essência autárquica.

Mas não é menos certo que, mesmo para prosseguir a sua acção nos termos definidos, a Assembleia Distrital vem-se debatendo com sérias dificuldades de ordem administrativa e financeira, para cuja resolução exige uma maior responsabilização do Poder Central, já que, em matéria de recursos, aquela depende totalmente deste.

A vida nas instituições de Assistência e Segurança Social a seu cargo não tem sido fácil, debatendo-se

OUTRAS ATRIBUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA

	Em 1980	Em 1981	Diferença para mais	Diferença para menos
Transferências Correntes — Sector Público :				
Central e regional — Subsídios às Santas Casas da Misericórdia do Distrito ou outras instituições regionais de assistência		50 000\$00	a)	
Instituições Particulares				
Subsídio à A. C. A. S. A. para fins de assistência aos serventuários distritais	969 451\$40	605 457\$30		363 994\$10
Subsídio ao Cofre de Previdência dos Serventuários da Assembleia Distrital	240 000\$00	200 000\$00		40 000\$00
SOMA	1 209 451\$40	855 457\$30		403 994\$10

a) — Subsídio concedido à Seccção Regional de Aveiro do Instituto Português de Oncologia.

A diferença para menos verificada no ano de 1981, de subsídio à A. C. A. S. A. deve-se ao facto de terem sido extintos em 1980 os Serviços Técnicos de Fomento, pelo que os respectivos funcionários deixaram de ser sócios daquele organismo, o que diminuiu o montante das participações a pagar pela Assembleia Distrital (8 %).

com carências de vária ordem que só a dedicação e o interesse dos responsáveis tem permitido colmatar, pelo que são dignos do maior apreço.

Aveiro, 19 de Março de 1982.

O Presidente da Assembleia Distrital,
Fernando Raimundo Rodrigues

INTERNATO DISTRITAL DE AVEIRO

RELATÓRIO ANUAL — 1981

Mais um ano se passou com o esforço, dedicação e amor que todos nós demos a esta Instituição, para que os nossos pequenos se sintam o melhor possível, ainda que longe dos seus familiares.

É do conhecimento de todos que a tarefa de educar e fazer os homens de amanhã é bem difícil, principalmente numa época em que a juventude tanto reivindica e até quer prescindir dos conselhos e orientação que os próprios pais ou os educadores acham por bem dar-lhes; e principalmente também porque os nossos rapazes estão traumatizados por acontecimentos na sua vida que os deixaram profundamente marcados e revoltados. É muito difícil e duma responsabilidade tremenda!

No entanto fizemos e faremos cumprir o que estiver ao nosso alcance para o bem deles e para que daqui saiam com possibilidades de virem a singrar na vida.

1 — DA EDUCAÇÃO

O número dos nossos educandos, que frequentou as Escolas: Primária, Preparatória, Secundárias, Cerci e Conservatório, foi o seguinte, assim como o aproveitamento obtido:

Ensino Primário	46 a)	75 %
Escolas Preparatórias	11	80 %
Escolas Secundárias	4	100 %
Cerci	4	100 %
Conservatório de Música	1	100 %

a) — Entraram de novo + 2, no decorrer do ano.

A semelhança dos outros anos, a Encarregada manteve estreito contacto e participou em todas as reuniões de professores e encarregados de Educação para se manter a par de todas as ocorrências e situações.

Foram conseguidos para os nossos rapazes, todos os subsídios atribuídos pelo NASE e IASE aos alunos mais necessitados; os Serviços Municipalizados de Aveiro como já acontece há 3 anos, forneceram, a meu pedido, a título gratuito, passes dos autocarros a todos os nossos educandos que frequentam estabelecimentos de Ensino em Aveiro.

Dos alunos das Escolas Secundárias um desistiu logo no fim do 1.º Período, por não ter atingido o nível de rendimento necessário ao prosseguimento dos seus estudos.

Da Cerci, também saíu um educando que foi integrado familiar e profissionalmente por intermédio do Serviço Social do Internato.

Ao terminar o período lectivo, foram matriculados para o ano de 81/82 os seguintes educandos:

Ensino Primário	11
Ciclo Preparatório	11
Escolas Secundárias	3
Cerci	3
Conservatório de Música	1

2 — DO SERVIÇO SOCIAL

2.1 — Pedidos de Internamento

Na sequência do trabalho realizado em anos anteriores a Técnica do Serviço Social continuou a deslocar-se ao exterior para acompanhar os agregados familiares dos educandos e analisar, in loco, a situação global de cada caso proposto para internamento.

Pela acção desenvolvida concluiu-se que dos 15 pedidos de internamento.

— 4, sem capacidade de resposta no meio, foram deferidos, caracterizando-se 1 deles de readmissão;

— 3 não foram admitidos; 1 encontrou a solução no meio; os dois outros estavam deslocados, obtendo 1 resposta positiva da instituição adequada;

— 3 deles foram feitos verbalmente esclarecendo-se os interessados dos objectivos da instituição que não respondia aos seus problemas;

— 5 aguardam na Assembleia Distrital o despacho de Sua Ex.ª o Senhor Presidente.

QUADRO 1 — PEDIDOS DE INTERNAMENTO

Deferidos	Indeferidos	Anulados	A decorrer	Total
4	3	3	5	15

É de salientar que os pedidos de internamento por um lado, têm vindo a diminuir, por outro, chega-nos ao conhecimento casos muito dramáticos que envolvem crianças com idades inferiores à prevista nos estatutos para internamento e do sexo feminino.

2.2 — Movimento de Internados

Os rapazes que se iniciaram profissionalmente vieram a manifestar de forma progressiva e acentuada, ao longo do ano, a vontade de sair do Internato.

Essa manifestação raramente se traduziu em comportamento exemplar, bem pelo contrário, por atitudes e gestos negativos.

Dos 7 educandos que saíram, 3 tinham atingido o limite de idade, 2 a pedido de familiares que trataram da sua integração sócio-profissional e 2 por não que-

rerem permanecer no IDA. A estes foi devidamente preparada a reinserção familiar, social e profissional.

Entraram 2 menores: 1 a pedido do Comandante da G. N. R. de Aveiro, outro, readmitido, a pedido de sua mãe.

A mobilidade da população do IDA variou entre 74 e 69 elementos.

QUADRO 2 — MOVIMENTO DE INTERNADOS

Entradas	Saídas
2	7

Encontram-se em experiência de integração 8 educandos.

3 — SAÚDE

Neste campo luta-se com dificuldades grandes em prestar assistência célere e eficiente aos nossos rapazes, principalmente nas consultas de especialidades.

Dr. Manuel Soares mostra-se disponível sempre que solicitado, prestando óptima colaboração e orientação.

Os **Centros de Saúde de S. Bernardo e Infantil de Coimbra** apoiam-nos na medida do possível e o **Centro de Saúde de Aveiro** atende, quando necessário, os nossos rapazes para vacinação.

Resta referir o **Hospital Distrital**. Somos socorridos pelo Banco de Urgência e temos acesso a várias consultas de especialidades. **Porém não a todas**. Refiro como exemplo a de otorrino, consulta por nós tão solicitada (ao longo do ano ficamos com 5 rapazes propostos para intervenção cirúrgica 2 dos quais foram já atendidos). O Hospital não tem contrato com a Caixa de Previdência a nível desta e doutras especialidades e todos os nossos educandos são utentes. Só por boa vontade de funcionários e do próprio médico tenho obtido as consultas necessárias. O mesmo se passa nos Serviços de Radiologia e Análise onde temos sido atendidos por ter conseguido uma autorização pessoal dos médicos responsáveis. Em Estomatologia nem por meio do Banco de Urgência temos acesso às marcações de consultas, que estão sempre canceladas.

Ainda a este nível e porque o Dr. Pires que uma vez por outra consultava gratuitamente os rapazes mais necessitados, agora se recusa a fazê-lo, dirigi-me aos S. M. S. (Serviços Médico Sociais). Aí há marcações 2 vezes por ano, podendo nós inscrever **apenas um número limitado de rapazes**. Para os outros resta-nos dirigir aos serviços todos os dias às 8 horas afim de conseguir obter alguma vaga. Esta situação é incomportável com a estrutura do IDA.

Torna-se pois urgente a tomada de medidas, no que respeita à saúde dos nossos rapazes, como já foi referido no relatório do ano passado.

QUADRO 3 — CONSULTAS

H. D. A.		C. S. A.	C. A. M. J. C.	C. S. M. S. B.
Urgência	Especiali.			
15	50	60	7	3

4 — ASSISTÊNCIA RELIGIOSA

27 rapazes frequentaram a catequese durante o ano lectivo 1980/81. 15 foram preparados doutrinalmente no IDA por 2 Monitores que se esmeraram no seu trabalho afim de que alguns fizessem a 1.ª Comunhão Solene. Isto porque as idades e o número elevado proposto para a frequência na Paróquia, levou de imediato a uma rejeição, por parte do Pároco, de alguns deles. Foi-lhe pedido, então, apoio pelas Monitoras. Não o negou mas foi demasiado escasso, sentindo-se as senhoras muito entregues ao seu próprio método, orientação e capacidade.

8 fizeram a Comunhão Solene, sendo 5 deles preparados no IDA.

A festa, realizada no dia de Corpo de Deus, foi toda ela singeleza, encanto, alegria e participação total das crianças, familiares e pessoal da Instituição.

Para 1981/82 foram inscritos na Paróquia 25 rapazes. 5 continuam a cargo de uma Monitora.

Dada a falta de resposta à Instituição por parte da Paróquia diligenciou-se junto dos Missionários Combonianos, em Aradas, que pronta e simpaticamente aceitaram vir ao IDA estar, conversar, ensinar, transmitir amizade em palavras, música, slides, filmes.

Os nossos rapazes estão encantados e têm participado positivamente.

5 — O QUOTIDIANO

Na Instituição os dias repetem-se com as mesmas tarefas a cumprir, deveres, diferentes diversões, o espírito que se deseja sempre de família. E em duas épocas do ano se irmanam mais os nossos rapazes na participação do dia-a-dia: férias grandes e Natal.

As férias são organizadas de modo a que cada um passe um período determinado de tempo na família, na Instituição e na praia. Uma vez mais recorreremos à Escola Primária da Barra — «o Hotel de 5 Estrelas» — para as férias balneares. Colaboração eficiente, amizade, humilde entre o grupo de adultos e cada um dos rapazes saldou-se numa quase perfeita família, unida e feliz.

Também no Natal transparece em cada rosto uma alegria nova, uma renovada esperança. E há frenesim nas canções que se ensaiam, limpezas, realizadas, estreia do vestuário, conversação que mantém na ânsia da chegada do dia grande. 18 de Dezembro é mais côr, brincados, mimos, alegria. A participação é de todos mas com realce, este ano, para o Pároco de Cacia e um grupo de jovens que divertiram com canções, danças e ilusionismo e um dos nossos educandos que, de improviso, abriu triunfalisticamente com trompetes e tambores, a festa.

6 — DAS ACTIVIDADES ADMINISTRATIVAS

O custo de vida subiu e conseqüentemente aumentaram as despesas, embora todas as aquisições feitas para o Internato sejam as absolutamente necessárias e imprescindíveis e procurando sempre os armazéns ou fábricas para que o seu fornecimento se torne mais económico.

Este ano também a conservação da casa, caldeiras, depósitos e electrodomésticos ficou bastante dispendiosa porque estão em funcionamento há quase dez anos e há que as reparar.

Por outro lado o ano agrícola foi mau e o abastecimento que a quinta nos dá foi seriamente afectado. Tivemos que, a conselho do Senhor Eng.º Barros da Cruz acabar com o pomar que, apesar de todos os anos ser tratado com produtos por ele indicados foi invadido pela lagarta de duas cabeças que tornou ociosos os troncos e ramos das macieiras dando como resultado uma produção mínima. Para que o bicho desapareça, esse terreno vai ser semeado a batatas durante pelo menos dois anos. Os pessegueiros também foram arrancados a conselho do mesmo Senhor Eng. por a produção ser nula já há anos, e aí serem semeadas batatas e feijões.

Ha ainda o terreno que fica no exterior da quinta onde sempre se tem semeado batatas porque também deu pouco rendimento — um terço da produção do ano passado — vamos mudar para feijão durante dois anos a fim de a terra descansar.

Estas foram as modificações que a quinta sofreu para termos no futuro um melhor rendimento.

A produção referente a este ano foi a seguinte:

Abóboras	500 kg.
Alhos	55 »
Batatas	4 134 »
Cebolas	450 »
Ervilhas	150 »
Favas	205 »
Feijões	435 »
Tomates	118 »

Alfaces	580 pés
Hortalças	3 257 »
Cebolo de plantar	40 molhos
Grêlos	414 »
Pepinos	71

Frutas

Maçãs	425 kg.
Peras	89 »
Laranjas	40 »

Carnes

Coelho	40 kg.
Frangos	168 »
Porco	1 135 »

Bonsucesso, 22 de Fevereiro de 1982.

A Directora,

Maria do Rosário Reis

CASA DA CRIANÇA DE ALBERGARIA-A-VELHA

RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DURANTE O ANO DE 1981

A Casa da Criança continua a cumprir a missão específica para que foi criada: — Acolher, educar e recrear as crianças durante o trabalho das mães.

Com a evolução da vida moderna, cada vez mais a mulher tem necessidade de trabalhar fora do lar. Essa necessidade, se em muitos casos é de ordem económica, pode ser também por desejo de realização profissional e pessoal, ou até pela instabilidade da vida actual.

A Casa da Criança não só responde a estas necessidades procurando supletivamente substituir a mãe, como educar e promover a integração da criança em grupos, preparando-a para a sua futura inserção na vida social do País.

DO FUNCIONAMENTO DA CASA: — A confirmação do acima exposto é-nos dada pela frequência e constantes pedidos de admissão. Isto, apesar da existência de 2 Jardins Infantis particulares e duma classe Infantil no Colégio.

A Casa continua a ser frequentada por crianças de todos os extractos sociais, sendo as mensalidades cal-

culadas segundo o rendimento familiar. Parece-nos bastante positiva a existência das mensalidades, responsabilizando os pais e levando-os a interessarem-se e a participarem na vida da Casa.

As crianças estão divididas por grupos etários, tendo cada grupo uma responsável, o que permite melhor acompanhamento.

A CRECHE recebe crianças dos 3 meses aos 3 anos. A idade limite da passagem do grupo não é rígida, depende da evolução e desenvolvimento da criança.

A alimentação é feita de acordo com as regras da moderna dietética infantil.

Dos 3 meses aos 2 anos estão no Berçário e dos 2 aos 3 anos noutra sala com uma responsável.

JARDIM INFANTIL (3 aos 6 anos) — As crianças estão distribuídas em 2 salas e as actividades a que se entregam durante o dia são correspondentes às idades e ao desenvolvimento psíquico e psicológico.

Nas visitas a Instituições similares, temos verificado que esta Casa da Criança, não se acha de modo algum atrasada ou em situação de inferioridade perante elas.

ACTIVIDADES — Além das actividades diárias e normais numa Casa da Criança, temos procurado proporcionar outras como: passeios para Jardins Públicas ou matas, o que permite às crianças exteriorizar melhor a sua natural vivacidade e respirar ar menos poluído.

Sempre que nesta Vila há espectáculos ou festas infantis, as crianças desta casa a elas assistem.

Nas festas principais como Natal, Carnaval e Páscoa, organizámos uma festazinha o que muito agrada não só às crianças, como aos pais.

Como de costume, terminámos o Ano Escolar com um passeio, desta vez ao Palácio de Cristal no Porto e à Casa do Gaiato de Paço de Sousa.

Temos procurado melhorar sempre os serviços desta Casa, introduzindo actividades que correspondem às necessidades sentidas. Este ano pareceu-nos que a ginástica seria a mais necessária. Numa reunião de pais lançamos a ideia, que foi muito bem acolhida e participada, pois que os pais pagam (80\$00 mensais) à professora que 2 vezes por semana vem dar a ginástica.

OBRAS — Este ano a Casa foi beneficiada com grandes obras interiores de que estava bastante carecida. A cozinha foi pintada, alguns móveis foram substituídos e outros sofreram beneficiações e o pavimento foi alcatifado com plastificado. Esta divisão carece ainda dum frigorífico e dum fogão, pois o existente é pequeno para as necessidades, além de ter o forno totalmente avariado, devido aos longos anos de trabalho.

Duas salas foram completamente remodeladas, e as restantes também foram pintadas na medida das necessidades.

NECESSIDADES MAIS PREMENTES: — O fogão, como acima referimos e a pintura exterior do edifício, sobretudo as janelas e portas que se encontram bastante deterioradas.

CONCLUSÃO: — Sendo as crianças o nosso mais valioso património e a esperança dos anos futuros, a sua educação deve merecer-nos todos os cuidados.

Uma Casa da Criança exige de quem nela trabalha uma doação total e o esquecimento do espírito mercenário.

De nossa parte esperamos ter cumprido neste espírito a nossa missão, procurando fazer felizes as crianças da nossa terra.

Albergaria-a-Velha, aos 15 de Fevereiro de 1982.

A Encarregada-Geral,

Maria Margarida Correia Tavares

CASA DA CRIANÇA DE ÁGUEDA

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DURANTE O ANO DE 1981

CONSIDERAÇÕES GERAIS: — A Casa da Criança de Águeda deu assistência a 101 crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade escolar.

Na sua maioria os pais das crianças, que frequentam a Casa da Criança trabalham, daí a recorrerem a este estabelecimento de assistência. Outros há que o fazem pelo facto de ser benéfico no desenvolvimento psico-social da criança, o contacto com outras crianças e com técnicas de educação.

O ano de 1981 trouxe à Casa da Criança especificamente às suas crianças aquilo que elas mereciam: uma carrinha, que as transportasse na ida para a Casa da Criança e no regresso a casa.

Esta carrinha foi adquirida por uma Comissão de Pais que junto do Concelho Aguedense e nos seus Concelhos limítrofes fizeram o seu pedido.

Mais uma vez a escola do Magistério Infantil de Coimbra, escolheu esta Instituição para estágio de alunas do 3.º ano daquela escola.

Em número de duas estagiárias, iniciaram o estágio em Outubro de 1980 e terminaram em Julho de 1981. Em Outubro de 1981 a Escola do Magistério Infantil de

Coimbra decidiu acabar com o tempo de estágio nesta Instituição, em virtude de não existir nenhuma Educadora de Infância no quadro, que pudesse auxiliar as estagiárias durante o seu estágio.

A Casa da Criança iniciou o ano com um défice de pessoal, face às crianças a que dá assistência.

Assim como não consegue dar resposta aos inúmeros pedidos de pais que pretendem que os filhos frequentem esta Instituição.

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS AO LONGO DE 1981:

— Durante o ano de 1981 por duas vezes crianças desta Instituição se deslocaram a Coimbra ao Portugal dos Pequeninos. Da primeira vez foram as crianças dos 5 anos aos 6 anos, que, aproveitando a deslocação ao Portugal dos Pequeninos, visitaram também a Rádiodifusão Portuguesa — Zona Centro.

Da segunda vez a deslocação foi apenas ao Portugal dos Pequeninos e desta vez foi feita pelas crianças dos 4 aos 5 anos.

Em Julho as crianças entre os 3 e 5 anos foram várias vezes passar os dias ao rio onde tomaram o seu banho.

Este ano iniciou-se mais uma actividade: A educação física. Esta foi conseguida através da Casa do Povo de Águeda. E assim 2 vezes por semana, as crianças têm educação física, pagando cada criança uma pequena mensalidade de 20\$00.

Também em 1981 e através de contactos estabelecidos com a direcção da Empresa Cinematográfica de S. Pedro, SARL foram concedidas a esta Instituição 10 bilhetes para a sessão Infantil da manhã de domingo. E assim das 68 crianças que frequentam a secção do jardim infantil, cada domingo vão 10 crianças acompanhadas por uma funcionária.

No Natal efectua-se uma festa com a distribuição de prendas. Nesta festa participaram os pais das crianças num lanche convívio.

Pelo Carnaval a convite do Infantário as crianças foram todas fantasiadas com as educadoras jogar o Carnaval, onde passaram a tarde e lancharam. Esta festa teve lugar do Infantário de Águeda. As crianças ficaram radiantes e felizes com esta festa.

Ao longo de 1981 efectuaram-se 2 reuniões de Pais para tratar de assuntos relacionados com as actividades desenvolvidas pelas crianças desta Instituição.

OBRAS FEITAS NA CASA DA CRIANÇA: — Foi ampliado o dormitório com a aplicação de um tecto falso e seu alcatifamento; Vedação de umas escadas, que dão para o primeiro andar, para o dormitório ficar mais aconchegado e ser mais fácil o seu aquecimento. Mais se fez na secção do Infantário: alcatifar os corredores e uma sala.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA CASA:—

A Casa da Criança funciona com: 1 Encarregada-Geral; 2 monitoras; 3 serventes; 1 cozinheira e 1 ajudante de cozinha.

Com a entrada em funcionamento da carrinha, o quadro do pessoal da Casa da Criança, alargou-se a 1 motorista.

O horário adoptado pela Instituição, é o mesmo dos anos anteriores, ou seja, abertura às 7,30 horas e encerramento às 19 horas. Salientamos que este é o horário que mais convém à grande maioria dos pais.

O pessoal é distribuído por duas secções que esta Casa tem; a secção de Infantário e a secção de jardim de Infância.

Na secção de jardim de infância, com a frequência de 68 crianças com idades compreendidas entre os 2 anos e a idade escolar, trabalham 4 funcionárias. É de realçar que nesta secção, as crianças estão divididas por 4 salas de actividades. Numa sala com crianças dos 2 aos 3 anos. Outra com as crianças dos 3 aos 4 anos. E outra com crianças de 4 anos. E ainda outras com crianças dos 5 aos 6 anos.

Estas salas funcionaram com o apoio das educadoras estagiárias.

A secção de Infantário com 16 crianças desde os 3 meses até aos 2 anos, funciona com uma funcionária, sendo ajudada por outra nas horas das refeições. No final do ano existiam 13 crianças com a idade compreendida a partir dos 3 meses até aos 2 anos, e 88 desta idade até aos 5 anos.

Na cozinha trabalha uma cozinheira auxiliada quando necessário pela ajudante de cozinha.

A supervisionar estas duas secções e a cozinha está a Encarregada-Geral.

Esta Instituição encerrou para férias no mês de Agosto.

NECESSIDADES MAIS PREMENTES DA CASA DA CRIANÇA: — Será a garagem para abrigar a carrinha da chuva, que se está a deteriorar.

De grande necessidade é a pintura de todas as paredes do interior da Casa, que se encontram muito feias.

O salão interior, que serve de recreio tem os tacos a levantar.

Esperamos, que esta Casa continue a atender todas as mães, que trabalham e não têm quem lhes tome conta dos seus filhos, e lhes dê aquilo que muitos deles não têm em suas casas.

Águeda, 15 de Janeiro de 1981.

A Encarregada-Geral,

Alice Diniz Carvalho Antunes Neves

CASA DA CRIANÇA DE MEALHADA

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DURANTE O ANO DE 1981

O ano de 1981 decorreu de acordo com os problemas da vida actual, que exige cada vez mais o trabalho da mulher (mãe) fora do lar, impondo à sociedade a existência de Estabelecimentos de Assistência à criança.

A Casa da Criança da Mealhada exige de todo o pessoal muitos deveres e obrigações que nem sempre se podem cumprir correctamente, mas sempre dentro das possibilidades existentes a fim de procurar que as crianças, em idade pré-escolar se sintam felizes e ao mesmo tempo evitar que fiquem na rua, ou entregues a vizinhos.

Em 1981 esta Casa da Criança funcionou com o seguinte pessoal:

- 1 — Encarregada-Geral
- 1 — Monitora
- 1 — Cozinheira
- 3 — Serventes
- 1 — Jardineiro

Afigura-se extremamente necessário uma monitora para o Sector da Creche.

Foi instaurado um processo disciplinar à cozinheira por motivo de desobediência e agressão na face a uma criança de dez meses de idade, motivo pelo qual deu entrada uma nova cozinheira especializada. Primeiramente permaneceu a título de contrato a prazo e mais tarde foi admitida no quadro.

FREQUÊNCIA DA CASA

O ano de 1981 entrou em actividade em Janeiro com crianças de ambos os sexos, sendo da Secção da Creche, do Jardim de Infância.

SECÇÃO DA CRECHE

A Secção compreende crianças entre os 3 meses e 3 anos de idade e subdivide-se em 2 grupos;

- 1.º — é o berçário
- 2.º — é dos 2 aos 3 anos

Esta Secção funciona apenas com uma funcionária (servente) a tempo inteiro, sendo auxiliada por outra quando necessário (servente que também auxilia na cozinha e em limpezas).

Na Creche nota-se muito a falta de uma monitora devidamente qualificada por motivo de ser a idade que requer mais cuidados e preocupações para o bom desenvolvimento e psicologia das crianças, motivo pelo qual o pessoal existente não corresponde de modo algum a estas exigências.

JARDIM DE INFÂNCIA

A Secção do Jardim de Infância é subdividida em 2 grupos;

- O 1.º é dos 3 aos 4 anos
- O 2.º é dos 4 aos 6 anos

Cada um dos grupos está entregue a uma unidade de pessoal;

- O 1.º a uma servente
- O 2.º a uma monitora

De facto e dada a falta de pessoal técnico, o trabalho torna-se muito mais difícil para o pessoal existente, visto não ter especialização e ser exigido um trabalho muito sério e adequado às crianças e suas idades.

ALIMENTAÇÃO

Procura-se que a alimentação das crianças corresponda às normas exigidas pela dietética infantil.

SAÚDE

No aspecto da saúde começará a funcionar nesta Casa da Criança o consultório médico com visitas de um médico do Centro de Saúde local uma vez por mês, logo que sejam concluídas as obras de construção em curso.

FÉRIAS

A Casa da Criança encerrou para férias de pessoal durante o mês de Julho.

FESTAS

No Natal a Casa da Criança já se encontrava encerrada para obras, mas dentro das possibilidades da altura fizemos uma pequena festa com as crianças e familiares seguida de um lanche e distribuição de brinquedos e guloseimas.

OBRAS FEITAS NA CASA

Durante o ano de 1981, foi elaborada uma empreitada da qual constava a revisão de todo o edifício e de acréscimo destinado a uma lavandaria e duas salas. Também fazia parte:

- Pintura interior e exterior
- Reparação de estuques
- Reparação da instalação eléctrica
- Reparação de madeiras
- Colocação de alcatifas plásticas em quase todos os compartimentos do edifício.

MATERIAIS FORNECIDOS

- Convectores eléctricos
- Cilindro eléctrico para aquecimento de água
- Tecido para batas de pessoal
- Tecido para bibes
- Tecido para lençois
- Tecido para colchas
- Cobertores

NECESSIDADES MAIS PREMENTES

- Material didáctico variado
- Pessoal especializado
- Mobiliário
- Cortinas
- Persianas
- Fritadeira eléctrica
- Reparação de baloiços
- Reparação de câmas da secção da Creche
- Substituição do fogão existente
- Vedação dos terrenos anexos ao edifício

Esperamos que as obras sejam concluídas o mais rápido possível e estamos com esperanças de que no novo ano se continue a cumprir cada vez melhor a missão que nos foi confiada pelos pais e pela Assembleia Distrital.

Mealhada, 19 de Março de 1982.

A Encarregada-Geral,
Silvina de Paiva Macedo Simões

bibRIA



bibRIA

APÊNDICE

N.º 30 DA REVISTA «AVEIRO E O SEU DISTRITO»

Artigo — «30 ANOS DE PESCA DO BACALHAU»

a fls. 11, linha 20, a contar da gravura, na frase ... «das exíguas e precárias condições dessa gente do mar», verifica-se a falta da palavra «gente».

Artigo — «A MÃO DO HOMEM NA PAISAGEM — *do Sr. Dr. Frederico de Moura*

falta a seguinte nota: «Conferência pronunciada no Museu Marítimo e Municipal de Ílhavo em 3-4-981, do qual é Director».

Artigo — «CATÁLOGO DE MANUSCRITOS RELATIVOS A FERMEDO (AROUCA)»

— por Alfredo Gonçalves de Azevedo

falta a seguinte nota: «Transcrição autorizada pelo autor do Volume XXXVIII do «Arquivo do Distrito de Aveiro».

bibRIA



NA CAPA:

- 1 — Praa de Moliceiro
- 2 — Ria de Aveiro-Barcos na faina

Sumário

	Página
★ Página Heráldica	3
★ Nascimento e Morte de uma Associação Cultural Espinhense — O Centro Gil Vicente	5
Por Francisco Azevedo Brandão	
★ «30 anos da Pesca do Bacalhau»	9
Por Asdrúbal José Sacramento Capote Teiga	
★ Algumas notas sobre o «Edifício do Governo Civil de Aveiro»	23
Por Eduardo Cerqueira	
★ A Mão do Homem na Paisagem	29
Por Frederico de Moura	
★ Catálogo de Manuscritos relativos a Fervedo (Concelho de Arouca) — Terras de Santa Maria	39
Por Alfredo Gonçalves de Azevedo	
★ Genealogia da Família Rocha Valle Guimarães	43
Pelo Dr. Orlando de Oliveira	
★ Os Passos de Ovar	55
Por Arada e Costa	
★ Vária	57